

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SINOP: A TERRA PROMETIDA  
GEOPOLÍTICA DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

CIRCE DA FONSECA VIDIGAL

Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de MESTRE.

ORIENTADOR:

Prof.Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo

1997

FARA

Orlando Valverde, geógrafo

e

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, antropóloga

mestres e amigos,

sem os quais este trabalho não teria sequer sido iniciado.

E também

para Clarice Benvenuti e Guido Ferdinando Caron, "o Poeta do Sertão" - Ela no Paraná, cuidando a casa, amassando o pão; ele, em Mato Grosso, amando a terra e "poetando" com seus três meses de Mobrai - ambos descendentes daqueles imigrantes de que fala este trabalho e que, com a força de seus corações simples e amorosos, acreditaram em mim.

## AGRADECIMENTOS

A página dos agradecimentos é sempre muito complicada. Todos temos nossos gurus e nesta hora, é dever de coração citá-los, sem hierarquizá-los, pois a todos somos devedores, de uma forma ou de outra. Entretanto, seria faltar com a verdade não destacar aqueles que foram nossa "força propulsora", nosso "motor de arranque".

Orlando Valverde dispensa apresentações. Eternamente jovem na luta por seus ideais, incansável em suas atividades preservacionistas, militante da fé no homem e na natureza, há mais de 40 anos trabalha em benefício da humanidade, em todos os setores que se lhe apresentaram: como professor, conferencista, pesquisador, escritor e militante político. Deste homem ilustre, mereci o carinho, a atenção e a paciência que, junto com sua amada Miriam, dispensam a todos os que se lhes aproximam.

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, mestra das primeiras letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro - hoje amiga-irmã - transmitiu-me o entusiasmo pela pesquisa e acreditou que eu também seria capaz de realizá-la. Ajudou-me com seu grande saber e amparou-me com seu imenso e amoroso coração, nos difíceis momentos de vida pelos quais

passsei, no decorrer deste trabalho. Sua grande generosidade jamais desamparou quem lhe buscasse a ajuda, mesmo em graves situações de saúde que a prendiam ao leito de um hospital. Felizmente sobreviveu a alguns desatinos desse quilate. Mestra-mãe-amiga; mãe-amiga-mestra; "polivalente Lulinha" e seu esposo-amigo Jorge; humana harmonia nordestina em cuja casa todos são recebidos de braços abertos e, em caso de necessidade, sempre cabe mais um.

Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Amigo novo, de outro dia. Mestre respeitado e querido. Como orientador, deixou-me totalmente livre para escolher os caminhos, apenas fazendo sugestões, dando informações complementares em alguns trechos da rota, abrindo-me dessa forma, novos horizontes, instigando-me a curiosidade e não podendo nem mesmo os vãos fora de rota de sua orientanda: "escreva tudo, tudo o que desejar; é preferível de mais do que de menos; se houver necessidade de 'podar' eu o farei no final." Sem o hoje meu bom amigo "Ari", esta dissertação também não existiria.

Impossível nomear todos aqueles a quem devo meus agradecimentos, portanto, faço-o a todo o Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo e, em particular, à querida "Palhetinha" ( Profa. Iracy Gomes Palheta ), mestra, amiga e companheira, assim como também à Profa. Rosa Ester e ao Prof. Scarlato, que acolheram com tanta simpatia e carinho, esta carioca que nunca estivera

antes em São Paulo. Na secretaria de Pós-Graduação, é obrigatório lembrar quem jamais perdeu a doçura em meio à tanta competência e responsabilidade: a querida Fumiko, peça importantíssima em tão delicada e complicada engrenagem; e, junto com ela, a não menos querida Aninha, para mim, sempre Ana-Sueli. Nunca esquecerei a simpatia e o belo sorriso cordial de Delacir Poloni, sempre pronta a colaborar e resolver dificuldades por ventura surgidas. Todos os colegas deixaram boas recordações. Entretanto, desse convívio, ficou-me um grande amigo do estado de Goiás. Icarim Melgaço Barbosa e eu, discutimos juntos, com grande proveito para ambos, nossos respectivos projetos. Tenho certeza que este diálogo, iniciado no Departamento de Geografia, não terminará enquanto perdurar em nós o interesse e o amor pelo homem e as coisas do campo.

São Paulo proporcionou-me agradáveis surpresas, entre as quais reencontrar Raquel Morato Belintani, em cuja casa "aterrissei", "cheia de dedos" com a minha invasora presença. Amiga de minha grande amiga Carmem e que só encontrara uma vez no Rio de Janeiro, Raquel - hoje minha amiga-irmã - acolheu-me com muito carinho e a tradicional fidalguia da família paulista.

Não poderia deixar sem um agradecimento a colaboração de minha meia dúzia de filhos: Carlos Augusto, Fernanda, Flávio Augusto, Andréia, Adrienne e Renata.

Augusto fez cálculos percentuais e análises computadorizadas dos dados do IBGE sobre Sinop. Andréia, com sua competente e firme canhota, entre fraldas, mamadeiras e projetos, finalizou os mapas de Sinop, tão esmeradamente feitos pelo professor Roberto Barbosa. Num trabalho de computação gráfica que ainda não domina, Renata idealizou e concretizou os outros mapas, o esquema da usina e a capa. A Fernanda e seu esposo Laércio devo a oportunidade de ter conhecido Sinop, onde viveram por vários anos. Aos outros dois (Adriane e Flávio), residentes fora do Rio de Janeiro, agradeço a torcida pela "mamãe".

A boa vontade, simpatia e ilimitada paciência do carioca José Henrique de Almeida, competente programador, devo a finalização de meu texto.

Não obstante, fica uma grande dívida, que não poderá ser paga, com alguém que foi, certamente, uma das pessoas mais importantes em minha vida. Desde a mais tenra infância preocupou-se com meus estudos, ajudando-me, incentivando-me, proporcionando sempre os meios para meu crescimento intelectual. Tia Maria, solteira, amava-me como uma grande mãe, que nunca pôde ser. Até os últimos dias de seus 80 anos, orgulhava-se de mim e de qualquer pequena "performance" que por ventura eu desempenhasse. E dizia sempre: "Não posso morrer sem ver a Circe defender essa tese". Faleceu a 25 de Novembro último.

# INDICE

AGRADECIMENTOS ..... 003

INTRODUÇÃO ..... 011

## CAPITULO I

A QUESTÃO DA GEOPOLÍTICA ..... 051

## CAPITULO II

A HISTÓRIA DO PROJETO ..... 077

II.1 - AS ORIGENS ..... 080

II.2 - OS COLONOS E A OCUPAÇÃO ..... 086

II.3 - A USINA ..... 113

II.3.1 - OS PROCESSOS TÉCNICOS DA USINA ..... 117

II.3.2 - AS RELAÇÕES DE TRABALHO ..... 121

II.3.3 - A USINA VISTA POR DENTRO ..... 122

II.3.4 - A USINA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO .. 128

II.4 - A COOPERATIVA ..... 130

II.5 - A MADEIRA ..... 133

II.5.1 - O PROBLEMA DA MADEIRA NA OCUPAÇÃO DA  
TERRA ..... 133

II.5.2 - O IBDF E O DESMATAMENTO ..... 134

II.5.3 - O IBDF E A SAQ ..... 136

II.5.4 - AS MADEIREIRAS ..... 138

II.6 - OS PEÕES E A PEONAGEM ..... 149

### CAPITULO III

<u>SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO</u> .....	157
--	-----

### CAPITULO IV

<u>A IDEOLOGIA NA COLONIZAÇÃO</u> .....	167
---	-----

IV.1 - OS COLONOS E O ENCONTRO DE CULTURAS .	169
--	-----

IV.2 - OS FINANCIAMENTOS E A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	177
--	-----

IV.3 - A COOPERATIVA E A IDEOLOGIA DA "AJUDA MUTUA" .....	182
--	-----

IV.4 - A USINA: Avaliações Contraditórias ..	186
--	-----

IV.5 - O COLONO E A CONSCIENCIA SOBRE A HISTORIA VIVIDA .....	187
--	-----

IV.6 - A IGREJA E A IDEOLOGIA CAMPONESA ....	189
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	195
----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA .....	210
--------------------	-----

*"Tem gente que escreve história  
Dos Eróis que são guerreiros  
Eu também escrevi a minha  
Dos Eróis que são rosseiros*

*Os homens que veve na rossa  
Som o esteio da nassão  
Com as armas de foice e machado  
Elles vam desbravando o Sertam*

*Mas os homens que veve na rossa  
Nunca tem na vida graduação  
São elles que faiz a diviza  
Com os produtos da Esportação*

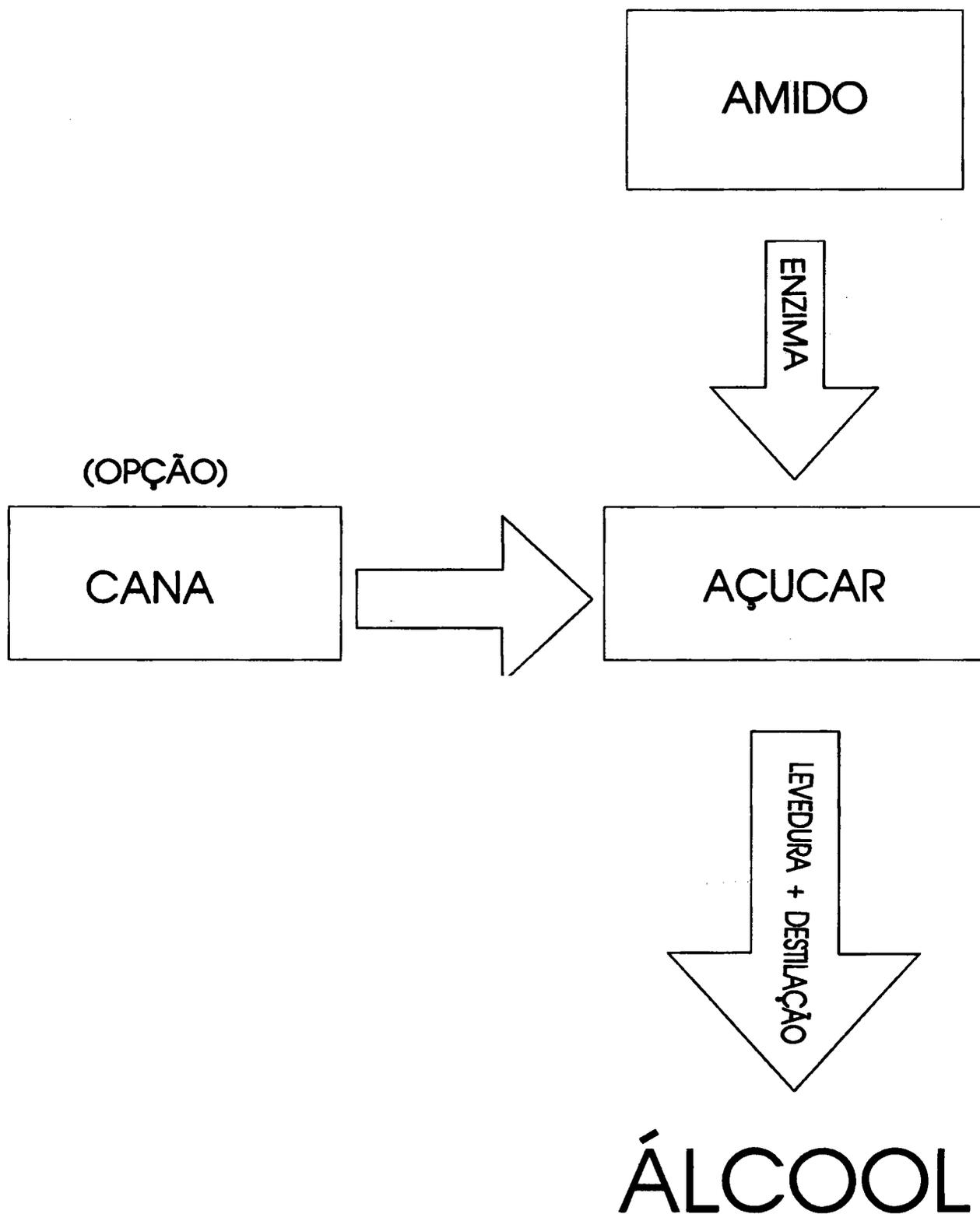
*O cabo da enchada é a caneta  
Elles veve escrevendo no chão  
Com elles se enchia os seleiros  
De uma grande nassão*

*Paioi cheio de milho  
Na tulha arroiz e feijão  
No pasto as vacas de leite  
Os porcos no chiqueirom  
No terreiro as galinhadas  
Dinheiro levava no bolso  
Não se pensava em luzão*

*Com aquelas mons calejadas  
Mantinha o Brasil de pé  
As plantas representava as letras  
A terra era o papel  
As casas desses erois  
Eram de barro e sapé."*

Autor: Guido Ferdinando Caron, "O Poeta do Sertão", nascido em São Lourenço da Turva-São Paulo em 1922. Após várias migrações desde a infância, passando também pelo estado do Paraná, chegou a Sinop em 1978 ou 1979. Imediatamente amou aquela terra com todas as suas dificuldades e lá vive até hoje.

# ESQUEMA DO FUNCIONAMENTO DA USINA



## INTRODUÇÃO

# A expansão da fronteira entre os anos de 60 e 80

Apesar do apelo da migração para as cidades, as populações rurais brasileiras apresentaram constante movimento migratório para novas fronteiras (a palavra aqui aparece não em seu sentido original de limite territorial, divisa, mas significando uma área que sofre mudanças do tipo de atividade econômica, apresentando ao mesmo tempo um aumento de população por receber um fluxo migratório de monta.

A ocupação da fronteira agrícola brasileira representou, nos anos 70, um movimento de população rural semelhante, em magnitude, ao da década anterior, contudo, durante o período 70-80, as frentes de penetração se deslocaram geograficamente e as áreas que antes eram de atração se transformaram em regiões de êxodo rural, enquanto novas fronteiras foram sendo instaladas. Amazônia adentro.

No período 70/80, a Região Sul se tornou a principal fonte de êxodo rural do País, sobretudo devido ao esgotamento da antiga fronteira do Paraná. Ao «Centro-Oeste passou a expulsar mais pessoas do que absorver no tempo, como consequência do esgotamento das fronteiras onde houve maior incremento da população rural: foram Pará, Maranhão e Rondonia, embora o oeste da Bahia tam-



Anna Luiza O. de Almeida

bém tenha absorvido grandes contingentes ao longo do período.

Os mapas mostram um grande movimento da fronteira em direção ao nordeste. No mapa 2, pode-se ver claramente que a frente de penetração forma hoje um 'L' invertido em torno da borda da Amazônia, passando a oeste de Rondonia e pelo norte de Mato Grosso e, a leste, subindo pelo Estado do Pará. Por trás da fronteira, porém, vê-se também que extensas áreas de expulsão nos anos 70 haviam sido fronteiras na década anterior (mapa 1).

Esse fenômeno, em que o

rápido esgotamento de antigas fronteiras impulsiona as frentes de penetração para adiante, foi evidenciado por muitas outras informações. Tanto os dados dos censos agropecuários do IBGE quanto os do cadastro de imóveis rurais do INCRA exibem atração e êxodo recentes em regiões muito semelhantes às do Mapa 2. O que importa ressaltar é que o processo fronteiriço brasileiro é de curta duração.

Podemos supor que o avanço da fronteira no último decênio, conforme mostramos, tenha sido um prolongamento do avanço da década anterior. A fronteira ma-

ranhense, de procedência nordestina, teria transbordado em direção ao Pará, e já estaria ocupando parte do nordeste de Mato Grosso, enquanto a fronteira goiana e sul-mato-grossense se teria transferido para Rondonia e Mato Grosso, sobretudo a microrregião de Anapuã. Este avanço da frente ocidental, ao que indicam os estudos mais recentes, estava sendo impulsionado por uma imensa onda nova de migrantes vindos do êxodo rural do Sul e do Sudeste, cuja participação relativa teria crescido muito em relação aos 20% da década anterior.

(Obs. — A autora, reportando-se a dados que

vão até 1960, deusa de citar, naturalmente, a onda de ocupação que a partir daquele ano se deu em territórios de Alta Floresta, Patuama, Apiacas, Feijó de Azevedo e outros, onde famílias do Nordeste e do Norte, nos garimpos, chegaram em alguns casos a constituir maioria populacional. — Nota do Editor).

Em resumo, a fronteira agrícola caminhou nos últimos vinte anos ao longo de duas grandes frentes de penetração: a primeira, que chamamos "sulista", compõe-se de um fluxo de migrantes oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste, bem como de nordestinos "reciclados" (que passaram pelo Sul e Sudeste). A fronteira tem penetrado na Amazônia através do Centro-Oeste e hoje dirige-se prioritariamente para Rondonia e Mato Grosso norte e outra, que chamamos "sulista", compõe-se de um fluxo predominantemente nordestino; no entanto, inclui também capitais e migrantes de outras partes do país. Tem penetrado na Amazônia geralmente através do Pará, e já se defronta com o fluxo sulista na região marcada por conflitos do nordeste-mato-grossense e do sudeste do Pará (Bico do Papagaio principalmente).

A autora é docente da UFPA, e a publicação saiu na Colônia Nova, nº 56-C.

## BR-163, uma saída para o mar

Marco Aurélio C. Pacheco

heróis hoje esquecidos, que intercalam toda a consideração pelo sofrimento que amargavam por meses na mata quando retornavam para o jus e descanso ou pagamento da sempre onerosa e fatidica malata, toda a tropa do 3º BEC em Cuabá desfilava em formação a cavalo.

A grande atração do Norte começou em 1972, quando milhares de rapetrelas e cavaleiros se deslocaram da Cuabá-Santarém. Uma equipe do 3º BEC foi enviada para o norte, em busca de terra de Caxambu, e outra veio em direção sul. Deslocado para Cuabá, chegava mais um também o grupo do Departamento Militar de que a unidade se deslocava para o norte e a nova fronteira estava ali. A tropa, apesar de grande e equipada com o dobro de homens e cavaleiros em comparação com os outros BECs, não tinha a mesma experiência e disciplina dos outros BECs. A tropa do 3º BEC, formada por cerca de 1.200 homens, foi enviada para o norte em direção a Cuabá e Santarém. A tropa do 3º BEC, formada por cerca de 1.200 homens, foi enviada para o norte em direção a Cuabá e Santarém. A tropa do 3º BEC, formada por cerca de 1.200 homens, foi enviada para o norte em direção a Cuabá e Santarém.

trabalhavam na obra e o resultado foi o recorde do trabalho da Engenharia do Exército, atingindo-se uma média de 2,5 km/dia de estrada pronta, desde o desmatamento até a compactação, totalizando em 1972 quase 400 km.

A aviação civil e a FAB continuavam decolando nesse avanço. Na mata, os pássaros procuravam um espaço que saís da mata e se agarravam aos ramos, comendo frutos, sementes etc. Na verdade, escapavam-se três sacos com o mesmo produto, na esperança de que ao menos um chegasse intacto ao destino.

A malata durou, a fotografa mostrou o efeito do escarpamento, a tropa do 3º BEC e a estrada o primeiro regulamento de trânsito e o primeiro regulamento de trânsito e o primeiro regulamento de trânsito. A malata durou, a fotografa mostrou o efeito do escarpamento, a tropa do 3º BEC e a estrada o primeiro regulamento de trânsito e o primeiro regulamento de trânsito.

de pouso a cada 30 km para motocicletas e a cada 100 km uma pista mais ampla para receber os Buffalos, da FAB. Foram fundamentais para o sucesso da obra.

A obra do próprio progresso foi de que a nação, cuja área de pertencimento foi criada pela BR-163 teve de ser removida imediatamente e com o aval dos irmãos Vilas Boas, do seu "habitat" natural para o Parque Nacional do Xingu. Os chamados gêmeos paraguaios assim um projeto muito alto para a obra de construção, por sua confiança no Brasil e o fato de que os presentes foram exercidos sobre eles. Da à comunidade, a desorganização e a doença como a gripe que afetaram dezenas de pessoas por aqui. A parte da construção para o Parque do Xingu tornou-se uma operação imediata. Lá no Xingu, outro "habitat" o povo Ximé e Kanabi, e assim a obra de reconstrução e o primeiro regulamento de trânsito e o primeiro regulamento de trânsito.

Os 150 km da BR-163 transformaram-se no corredor de vida das três importantes regiões hidrográficas do País. Passou hoje 700 km e com a ajuda, no mais importante segmento dela.

Posto Gil a Colider

A Cuabá-Santarém terá como consequência prática e inovadora a instituição de novo Estado do Norte.

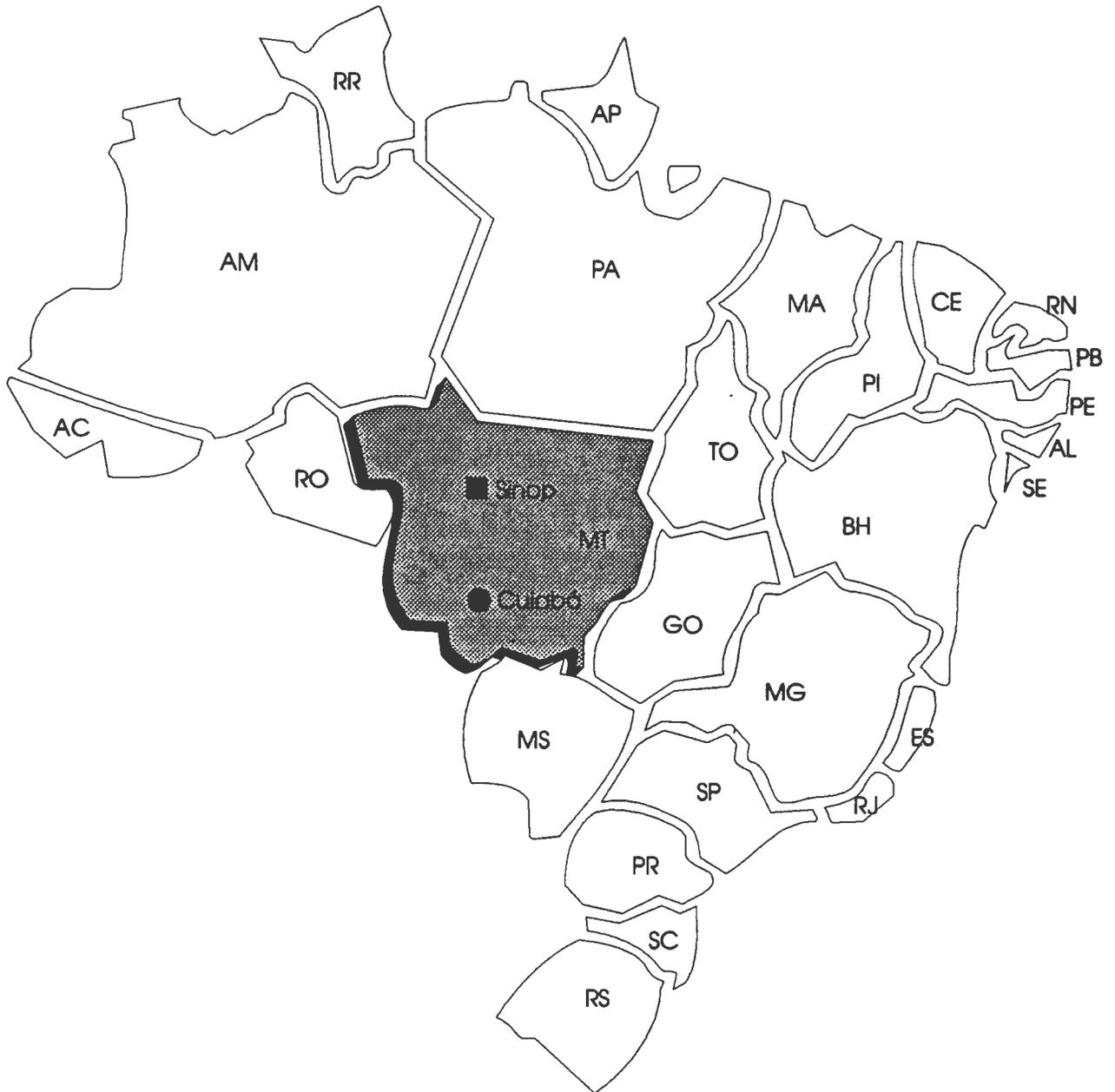
É fato natural e inarredável, pois basta ver que a própria migração é composta no Norte de gente com traços e características étnicas totalmente diferentes de outras. Outros fatores contribuíram para esse fenômeno histórico, são os grandes deslocamentos que separam a Capital das zonas fronteiras, as culturas divergentes e a própria estrutura vegetal ao sul do cerrado, no Norte a floresta amazônica. Mato Grosso do Norte é uma província. As forças de atração e o mais novo não a mão. Pode chamar-se, mas a Cuabá-Santarém já era bem antes de existir, era uma abertura na fronteira da Amazônia Ocidental, que historicamente não foi desceste região.

Marco Aurélio C. Pacheco é professor de História da UFPA e da Amazônia, licenciado em História de serviços na região.

MAPA Nº 1

# Localização do projeto de colonização

## SINOP



O desenvolvimento deste trabalho se constitui no estudo de parte das estratégias geopolíticas do processo de ocupação da Amazônia. Tomamos como exemplo o projeto de colonização que deu origem à cidade Sinop, realizado pela Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná, no Estado de Mato Grosso, no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém ( BR-163 ), no início dos anos 70 (mapa nº 1).

Nessa década, projetos de infra-estrutura que estivessem no campo ideológico da "*Integração Nacional*", foram privilegiados pelo governo militar. Tanto a rodovia Cuiabá-Santarém como a Transamazônica, foram construídas para dar suporte ao PIN (Projeto de Integração Nacional), beneficiando diretamente a colonização privada no Mato Grosso, na área da Amazônia Legal. Essa região recebeu também os benefícios financeiros dos incentivos fiscais.

O tema da dissertação está inserido num conjunto de preocupações, das quais os conceitos de "*Integração Nacional*" e "*Segurança e Desenvolvimento*", formam a base de uma estratégia geopolítica militar, sobre a qual se sustentava a doutrina de Segurança Nacional.

A perspectiva deste trabalho será feita nesta vertente explicativa da realidade.

Seu objetivo principal, é aprofundar o conhecimento da estratégia geopolítica militar que estruturou as diferentes políticas públicas e os respectivos órgãos governamentais que as viabilizaram, neste processo de expansão da fronteira agrícola. Busca-se também verificar de que forma estas políticas públicas, através de seus órgãos governamentais, mediarão a relação com a terra entre grandes e pequenos proprietários, interferindo e direcionando a vida do homem do campo, bem como sua reprodução como tal.

Seria impossível objetivar-se um maior conhecimento destas questões sem se levar em consideração o problema da ideologia. Sustentando e embasando as motivações de uma classe dominante, a ideologia faz com que as idéias veiculadas, pareçam independentes e desvinculadas desta classe por já estarem interiorizadas como "*senso comum*".

Ao priorizarem a colonização privada no sentido de mostrá-la ideologicamente como a verdadeira Reforma Agrária, pacífica e democrática, na realidade pretendiam, principalmente, impedir a ocupação da terra por posseiros que, não pagando a renda da terra, se opunham radicalmente ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, como sempre atrelado aos interesses do capitalismo internacional.

O trabalho de pesquisa foi delimitado e restrito ao núcleo SINOP, primeiro distrito do Município de Chapada dos Guimarães. Em 1978 SINOP foi elevada à categoria de Município do Estado de Mato Grosso.

Dentre essas áreas favorecidas pelos incentivos fiscais, a gleba denominada Celeste, adquirida pela Companhia Colonizadora, constava, inicialmente, de 100 mil hectares, expandindo-se, por aquisições, até atingir 645 mil hectares, divididos em diferentes núcleos colonizadores: Vera, Cláudia, Santa Carmem e Sinop.

A importância desse tema para a Geografia Humana, está nas contribuições que pode trazer para o esclarecimento da produção do espaço, nesse movimento de ocupação de "territórios vazios" ( como os vê o Estado burguês, mesmo estando eles ocupados por índios ou posseiros ), por projetos de colonização privados, apoiados em diferentes instâncias institucionais governamentais. Ao ocupar um território, a sociedade produz uma "projeção territorializada de suas próprias relações de poder" ( Costa:1988 ).

Essa forma de ocupação territorial, incentivada e subsidiada pelo estado, significou, politicamente, uma tentativa de aliviar as tensões criadas na luta pela terra no sul do país, beneficiando, economicamente, determinados grupos aliados do poder, que compravam terras para lotear e vender. Este tipo de ação, fez com que as terras da nova

fronteira agrícola, reproduzissem, após alguns anos de ocupação, padrão semelhante de alta concentração fundiária, causador daquelas tensões indesejáveis no sul.

Os projetos de colonização privados - empreendimentos capitalistas de grande porte - ao venderem terras a pequenos e médios agricultores, consideraram, ideologicamente, estar realizando uma verdadeira Reforma Agrária, sem modificar a estrutura fundiária existente, o que prejudicaria os interesses de vários segmentos das classes dominantes.

Na realidade, *"o Estado brasileiro optou por uma exploração empresarial no campo, que se opõe a uma economia camponesa de produção familiar"* (Martins:1985:67)

O pensamento de Graziano nos acrescenta que:

"Após vinte anos, descobriu-se que a estrutura agrária não entrou o processo de industrialização, que se fez, entretanto, de maneira diferente do que muitos queriam e, se não foi uma *'redenção'* para a burguesia e os trabalhadores, serviu para mostrar um *'segredo'* muito importante do desenvolvimento capitalista: cria muita riqueza em poucas mãos e miséria generalizada. (...) a Reforma Agrária não é mais uma reivindicação de desenvolvimento do sistema

capitalista, mas sim o próprio questionamento desse desenvolvimento. Ela passa a ser não uma questão econômica, mas, básica e eminentemente, política. A importância atual da Reforma Agrária, é que se transformou numa bandeira política capaz de unificar os trabalhadores do campo e da cidade." (Graziano:1978)

Martins também apresenta a análise do novo sentido da Reforma Agrária:

"Uma Reforma Agrária distributivista, não resolverá o problema da *'injusta distribuição de terras'*, pois a exploração capitalista já está embutida na propriedade privada da terra, através da extração de renda da terra. Entretanto, há um novo sentido para a velha luta, qual seja o questionamento feito atualmente por todos os lavradores sem terra em relação à propriedade fundiária, onde os novos *'barões da terra'* estão representados pelo grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão em sua essência." (Martins:1980:219/220)

Podemos dizer que, no Brasil, as modificações das relações capitalistas de produção no campo, o avanço tecnológico que facilitou a apropriação da produção rural pela indústria, as políticas econômicas ( que sistematicamente direcionaram e incentivaram a produção agrícola para a exportação ) e a extração de renda da terra ( agora mercadoria mantida como reserva de valor ), transformaram grande parte de nossos agricultores, proprietários ou posseiros, em quase eternos migrantes, que se vêem obrigados a procurar outras terras, outras amplidões, outros espaços, onde possam continuar a trabalhar de acordo com seus sonhos, com sua visão de mundo.

Estes homens, que vivem e tiram seu sustento do trabalho com a terra, parecem pertencer a uma categoria 'sui generis' que, apesar das diferentes roupagens que veste ao longo dos tempos, apresenta sempre características específicas: a importância de viver no contato direto de suas mãos com a 'mãe-terra', origem e fonte de sua sobrevivência bem como a importância da natureza sagrada que atribuem a essa relação, para eles a mais nobre, seja um próspero agricultor ou um simples e humilde posseiro, que persiste em sua caminhada em busca de um pedaço dessa terra para seus filhos, sempre no rumo da Terra Prometida da sobrevivência camponesa.

Essa análise ficaria prejudicada se não levássemos em consideração, a herança histórica na explicação da atual

estrutura agrária brasileira, pois somente através de seu conhecimento, sua origem e as pequenas modificações pelas quais passou ao longo dos séculos no Brasil, poderíamos compreender a existência das diferentes categorias nas quais se dividem os homens que lidam com a terra: empresários rurais, grandes, pequenos e médios proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, assalariados rurais, 'sem-terra', peões, etc.

O procedimento da corôa portuguesa, marcou, decisivamente, a estrutura da economia e da sociedade que se formou no país. Concedendo terras sob a forma de sesmarias àqueles que possuíssem mais recursos e condições de lhes extrair lucros, formou assim, inicialmente, uma aristocracia paulista e nordestina de grandes senhores de terras e escravos.

Somente em 1850, já no Brasil Império, surgiu uma lei regulamentando de outra forma o uso da terra. A Lei de Terras determinou, de forma definitiva, que a terra não seria obtida senão pela compra. Dessa forma estabeleceu-se no Brasil a propriedade da terra especificamente capitalistas.

Aqueles que não possuíssem o "*sangue limpo*", ficavam excluídos do direito de herança. Foram, portanto, os bastardos, os primeiros posseiros que procuraram outros territórios onde pudessem se estabelecer no cultivo da terra.

Também podiam se transformar em "agregados", enquanto conviesse ao fazendeiro. No nordeste chamaram-se mais tarde "moradores de condição" que, ao serem expulsos com a valorização das terras que ocupavam, ou migravam para as cidades, assalariando-se, ou seguiam em busca de nova posse, onde pudessem continuar lavradores.

Esse tipo de agricultura itinerante, praticada pelos posseiros, dificultava a legalização da posse da terra, bem como se tornava um obstáculo a uma vida comunitária, onde os interesses comuns pudessem ser percebidos.

O estabelecimento da Lei de terras, representou um papel fundamental na manutenção do bloco hegemônico dos grandes latifundiários, baseado na economia colonial e dependente do mercado externo.

Ao determinar que a terra só poderia ser obtida pela compra, a Lei de Terras fortaleceu a estrutura fundiária existente de grandes propriedades, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, em suas zonas pioneiras. Nesse país, a chegada de homens livres, fez com que ocupassem, como colonos, as terras não tituladas, podendo tornar-se proprietários posteriormente; desse procedimento nos Estados Unidos resultou uma estrutura fundiária mais democrática, de pequenas e médias propriedades.

O imigrante que veio para o Brasil, sendo, em sua maioria, um homem pobre, desejando tornar-se proprietário de terras, deveria trabalhar primeiro para o grande fazendeiro, substituindo assim a mão-de-obra escrava, como se previu ao se organizarem as primeiras correntes migratórias. Assim, uma pequena minoria da sociedade brasileira assegurou a posse da terra e, através dela, o monopólio do poder.

Para estabelecer a Lei de Terras, o discurso ideológico invocou, anacronicamente, as mesmas idéias que despontaram como paradigma de modernidade na Europa do século XVI, não podendo, portanto, provocar as mudanças estruturais necessárias à renovação da estrutura agrícola no Brasil do século XIX, dadas as diferentes condições históricas. Assim, o discurso liberal importado da Europa e que pregou, entre outras coisas, a propriedade privada da terra - em nome da qual a Lei de Terras foi criada - só veio reforçar a estrutura latifundiária, legitimando os interesses de classe e grupos na manutenção das relações dominantes existentes e bloqueando o surgimento de uma via camponesa democrática.

A implantação dessa legislação territorial garantiu a vitória aos grandes fazendeiros, contra aqueles que advogavam um regime de terras livres que quebrasse essa estrutura territorial escravista e tornasse os fazendeiros, fundamentalmente, burgueses e empresários através do desenvolvimento pela livre concorrência entre seus produtos assim fazendo surgir novas e mais modernas relações

capitalistas de produção. Conservaram-se, a agricultura em particular e a economia de um modo geral, atreladas aos interesses dos países capitalistas mais desenvolvidos.

A grande empresa agromercantil, a escravidão e a Lei de Terras, constituíram elementos decisivos na formação da estrutura agrária e nos rumos tomados pela economia brasileira. A concorrência entre a grande empresa agromercantil e a produção camponesa existente, tornou-se favorável à primeira, pois a produção camponesa tinha dificuldade de acesso às melhores terras, bem como a comercialização de seus produtos exigia uma capacidade financeira além de suas possibilidades ( a produção camponesa também concorria com o menor custo de produção da grande empresa que trabalhava com a mão-de-obra escrava, como os usineiros do nordeste e parte dos cafeicultores de São Paulo ).

"Após a independência, em 1822, o governo imperial decidiu colonizar as duas províncias mais meridionais, localizadas no extremo sul, que vinham sendo sistematicamente atacadas pelos argentinos e onde extensas áreas de vastas e densas florestas, eram habitadas pelos índios Botocudos que aí imperavam absolutos." ( Waibel: 1949:165 )

Os luso-brasileiros, os açorianos e aqueles vindos da Ilha da Madeira, preferiam o campo aberto, onde estabeleciam suas estâncias e as administravam com trabalho escravo. O Brasil precisava, portanto, de um tipo de colono que cultivasse as terras dessa região com o auxílio de suas famílias e que não estivesse interessado na criação de gado nem no trabalho escravo.

Esses colonos vieram da Europa - especialmente Europa Central - onde sobravam soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e onde grande número de camponeses oprimidos, desejavam emigrar para qualquer lugar do mundo.

"Os alemães deram preferência às encostas das serras até as bordas do planalto. Os italianos, vindos do norte de seu país, bem como os das províncias austríacas de Trento e Veneza, ocuparam o planalto, acima da antiga colônia alemã de São Leopoldo, fundando, inicialmente, as colônias de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves."  
( Waibel:1949:165/170 )

Quando o governo brasileiro iniciou a colonização no sul do país, pretendia apenas povoar áreas desabitadas, ocupando, efetivamente, o território daquela região. Não pensou na situação econômica dos colonos, deixando-os entregues à própria sorte. Esses colonos, em sua maioria, eram pobres e poucos tinham prática na agricultura; por isso,

muitos não resistiram ao novo meio econômico, adotando os sistemas agrícolas dos nativos ( sistema primitivo de rotação de terras-capoeiras ) e transformando-se em "caboclos europeus" (Waibel: 1949).

Na década de 40 do século XX, Waibel encontrou somente 5% de todos os colonos europeus do sul do Brasil no terceiro estágio de desenvolvimento agrícola ( rotação das culturas combinadas com a criação de gado ); 50% viviam no segundo estágio em terras ainda não esgotadas ( sistema de rotação de terras melhoradas ) e onde a existência de núcleos de processamento de produtos agrícolas, permitia o aumento da produção das antigas culturas indígenas de subsistência e a introdução de plantas européias, como produtos comerciais; 45% estavam ou no primeiro estágio ou na fase de decadência e estagnação do segundo estágio.

"Para a utilização do sistema extensivo de colonização de terras, tanto o governo como as companhias particulares de colonização, deveriam ter oferecido lotes bem maiores a esses colonos, pois a média de 25 a 30 hectares é muito pequena para esse sistema, principalmente nas regiões montanhosas." ( Waibel:1949:182/195 )

Podemos dizer, então, de forma resumida, que no século XIX (1820), colonos europeus, em busca de novas terras, estabeleceram-se no sul como pequenos e médios

proprietários, numa distribuição territorial um pouco mais democrática do que a existente no restante do país.

A partir do Rio Grande do Sul, parte desses colonos migrou da serra para os planaltos desse estado e de Santa Catarina, seguindo, posteriormente, para o oeste e sudoeste do Paraná, onde muitos se estabeleceram durante várias décadas, chegando até Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde encontraram os paulistas. Mais recentemente os colonos transpuseram os serrados - considerados então impróprios para a agricultura - e foram se estabelecer ao norte do Estado de Mato Grosso - o chamado "Nortão".

Os agricultores que integraram o projeto da Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná - SINOP - no início da década de 70, vieram, em sua maioria, do oeste paranaense ( 68% ) e são, em grande parte, ( mas não a maioria ) descendentes daqueles colonos europeus.

Para o Padre João - um dos dez primeiros a chegar na região, onde rezou a primeira missa - são todos "gaúchos cansados", o que pôde ser confirmado posteriormente com o aprofundamento da pesquisa sobre as origens dos colonos, que também nos revelou ser aquela a quarta ou quinta migração da família a partir do Rio Grande do Sul.

Nessa caminhada, entretanto, o número de pessoas descendentes dos colonos, que preferiu o assalariamento ou

outras formas de trabalho na cidade, foi maior do que aquele que persistiu na manutenção de sua identidade social de produtor rural.

O avanço do capitalismo no campo, repetiu no Brasil o que outros países viveram há um século.

"As vezes, em um ou dois anos, a terra deixou de ser ocupada por uma agricultura de roça, sendo substituída por outra, tecnicamente desenvolvida como a que pode ser encontrada nos Estados Unidos e na Europa. É um enorme salto, sem passagem pelas mesmas etapas intermediárias que permitiram aos outros países fazer o ajuste demográfico mais ou menos adequado a essa situação." ( Martins: 1985:102 )

Parece-nos que essa peculiaridade do desenvolvimento da agricultura no Brasil, pode ser responsável pelo surpreendente número de pequenas propriedades existentes, principalmente na região sul e sudeste, onde, permanente política de privilegiar as culturas de exportação, subsidiou um alto grau de mecanização para o plantio da soja e do algodão, bem como o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool carburante, com estímulos e subsídios do Programa Nacional do Alcool.

Apesar do intenso processo de proletarização que permeia as migrações do homem do campo sob o jugo do capital, a pequena propriedade reproduz-se e mesmo cresce numericamente. O excedente demográfico na área rural, bem como a existência de novas fronteiras agrícolas, permite esse fenômeno.

"O movimento migratório em direção ao oeste paranaense ocorreu em duas frentes distintas: por um lado, ocupando a região, à partir de meados da década de 40, vieram os "sulistas" - colonos gaúchos e catarinenses que se instalaram na região a partir da ocupação do sudoeste do Estado. Por outro lado, a ocupação em áreas mais ao norte da região, foi feita por "nortistas" - migrantes interestaduais dos estados do norte, principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e nordeste brasileiro - que se destinavam, no início, à zonas cafeeicultoras do norte paranaense." (Lacerda:1985:104 e 138 )

Isso pode ser observado nas tabelas 1 e 2 a seguir, que fazem a análise sintética e mostram o percentual dos imigrantes por estado, mostrando-nos o fato de que o número de "nortistas" encontrados, é quase o mesmo que de imigrantes italianos que ocupavam anteriormente regiões vinícolas do Rio Grande do Sul e bem maior do que o número de alemães das regiões produtoras de cereais e suínos em Santa Catarina.

TABELA Nº 1

TABELA Nº 2

ORIGEM DOS MIGRANTES

ULTIMO DOMICILIO DOS MIGRANTES

## TOTAL GERAL

	Nº	%
ITALIANOS	38	37,62
BRASILEIROS	33	32,67
ALEMAES	16	15,84
JAPONESES	7	6,93
ESPANHOIS	4	3,96
AUSTRIACOS	1	0,99
LIBANESES	1	0,99
PORTUGUESES	1	0,99
TOTAL	101	100,00

## TOTAL POR ESTADOS

ESTADOS	Nº	%
PARANA	68	68,33
S. PAULO	17	16,83
S. CATARINA	11	10,89
RS	3	2,97
MS	1	0,99
E. SANTO	1	0,99
TOTAL	101	100,00

Fonte: Colonizadora Sinop

A noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná, donos de pequenas propriedades falidas ou em dificuldades financeiras, foram obrigados a vender suas terras àqueles bem sucedidos ( os "pequenos patrões dinâmicos" de que nos fala Lipietz ) que, assim, lembraram várias áreas, configurando uma zona de terras que foi dedicada à agricultura de exportação.

"Do Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, entre 1970 e 1980, desapareceram cerca de 200 mil

propriedades rurais. Somente no oeste do Paraná, o capital expropriou e promoveu uma concentração fundiária que fez desaparecerem cerca de 100 mil propriedades rurais, transformando pequenos proprietários em parceiros ou arrendatários, numa relação precária com a terra, pois sujeitos à expulsão, com a simples mudança da produção de gêneros alimentícios para a de soja, algodão, trigo ou cana-de-açúcar, que são, principalmente, matérias-primas industriais." (Martins:1985:99)

Desde 1960 a população economicamente ativa no campo, tem-se mantido mais ou menos estável. Nos censos de 70 e 80, manteve-se pouco acima dos 13 milhões de trabalhadores, com mais de dez anos de idade.

"(...)Entretanto, entre essas duas épocas houve uma mudança significativa. Os pequenos agricultores (camponeses), diminuíram em mais de um milhão e meio, enquanto os empregados (assalariados e parceiros), aumentaram em mais de um milhão e seiscentos mil. Estamos, portanto, diante de um nítido quadro de proletarização de lavradores, cujo trabalho é apoiado no trabalho familiar." (Martins:1985:83)

Isso também se reflete na ocupação de novas áreas de fronteira agrícola, onde, das terras ocupadas entre 1950 e

1960, 84% o foram por estabelecimentos com menos de 10 hectares e 15,4% por estabelecimentos com mais de 100 hectares. Já em 1980, 50,4% dos estabelecimentos tinham mais de 1000 hectares e compreendiam 45% das terras, reproduzindo assim, na fronteira, o padrão de concentração característico da estrutura agrária tradicional no restante do país.

No nordeste, com o advento das leis trabalhistas no campo, com a modernização das lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, com os incentivos ao Pró-Alcool, os "moradores de condição" ( que residiam nas terras do patrão ), foram expulsos, formando um enorme contingente de migrantes que tomou os mais diferentes rumos ( Amazônia e grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo ).

No norte do Paraná e no Planalto Paulista, surgiram os "boias-frias" em virtude da substituição de um sistema agrícola intensivo de mão-de-obra ( café ) por um sistema intensivo de capital ( rotação soja/trigo para exportação e as grandes plantações de cana-de-açúcar subsidiadas pelo Pró-Alcool ). Nessa época, a fronteira agrícola já alcançara o Centro-Oeste, de onde se encaminhava em direção à Amazônia. Possesiros, parceiros, pequenos e médios proprietários, migravam em busca de novas terras, onde pudessem se reproduzir como camponeses.

Em 1981, grupos de trabalhadores que, como os posseiros, também não haviam optado pelo assalariamento no

campo e na cidade, constituíram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que vem atuando com grande vigor em defesa de seus interesses.

O posseiro é um personagem muito importante nesse processo, pois, sendo um excluído da propriedade pelos grileiros, pelos proprietários e pelas empresas, desloca-se sempre para mais adiante, para áreas de matas, recusando-se a migrar para a cidade ou se transformar em assalariado nas grandes fazendas. Nesse contexto, um grupo de posseiros invadiu a reserva indígena de Nonoai, dos índios Caingangos, localizada na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Para solucionar o impasse, o governo, através de um projeto de colonização oficial, levou-os como colonos para Terra-Nova, ao norte de Mato Grosso.

As migrações também se dão pela necessidade de garantir terra para os filhos. O alto preço da terra não pode ser pago com rendimentos do trabalho agrícola, absorvidos por grandes empresas capitalistas que estão criando mecanismos quase compulsórios de comercialização de safras.

"As grandes empresas, não expropriam diretamente o produtor, mas subjugam o produto de seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, fumo, carne, tomate, ervilha, laranja e frutas em geral. Os lavradores passam a trabalhar para essas empresas

nos chamados "sistemas integrados", embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, a parcela principal dos ganhos, fica com o capitalista." (Martins:1982)

Apesar disso, não podemos eliminar do contexto as empresas que trabalham com mão-de-obra familiar e que têm demonstrado sempre maior flexibilidade do que as grandes, em face dessa apropriação. Alguns autores acreditam que a margem de superioridade tecnológica apresentada pela grande propriedade se dilui ante a superioridade econômica da pequena propriedade, que sofre muito menos com as oscilações de mercado, se levarmos em consideração que os avanços da ciência e da tecnologia, quando chegaram, atingiram a grande e a pequena propriedade igualmente. Esta constatação parece reforçar a corrente expressa por Chayanov, que fez a defesa da pequena propriedade, como a forma social de produção camponesa que coexistiu historicamente com outras formas sociais e onde o denominador comum em todas as épocas históricas, foi a unidade camponesa de produção familiar.

No Brasil, apesar de sua área ter diminuído entre 1970 e 1980, o número de estabelecimentos com até 20 hectares, utilizando trabalho familiar, cresceu de 3 milhões e 200 mil, para mais de 4 milhões, sendo que o número de posseiros aumentou de 811 mil estabelecimentos para 898 mil, com aproximadamente 4 milhões de pessoas.

Em 1985, número e área de estabelecimentos com até 20 Ha cresceram novamente. Fato intrigante numa escalada da proletarização, talvez seja explicado pelas violentas lutas por uma Reforma Agrária "de baixo para cima" e realizadas passo a passo, pacientemente mas com firmeza, pelos camponeses e sem-terra.

Se por outro lado, "as migrações se desenvolvem em condições sociais e históricas muito variadas e em seu estudo, é preciso levar em consideração, a estrutura social do Estado na etapa em questão... é preciso sempre começar a análise do deslocamento da população pelo reconhecimento de suas causas econômicas e históricas. Quando se trata de uma sociedade de classes, é o estudo dos lugares do êxodo que permite encontrar as causas sociais das migrações... É na 'área de repulsão' que vamos encontrar os sintomas de estagnação, de antagonismos de classe ou mesmo de enfraquecimento econômico da população, como aconteceu no nordeste brasileiro."(Pockchichevsky :1956)

Portanto, não se pode deduzir a migração do super povoamento de uma área e do vazio de outras.

"Não se pode pensar que o vazio pode atrair automaticamente os habitantes das regiões mais

habitadas, pois em Geografia Econômica e da População, são as leis sociais que dominam, e estas são históricas, porque se aplicam sempre a formações sociais determinadas." ( Pockchichevsky :1956 )

"Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno é, em si mesma, desprovida de virtude capaz de desencadear o avanço do desbravador... As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas..." ( Monbeig:1952 )

Para entendermos essa realidade, tomamos como ponto de partida a pouca bibliografia existente no que concerne ao estudo sobre a colonização privada.

Em 1911, Pierre Denis escreveu "*Le Brésil au XXème siècle*", onde, a partir do capítulo XVI, nos descreve a formação histórica da sociedade paulista, sua mão-de-obra agrícola, a abolição da escravatura e a chegada dos imigrantes a São Paulo, descrevendo a pequena propriedade nesse Estado para depois chegar à colonização do Paraná e Rio Grande do Sul. Ele considerou a política de colonização do Brasil Meridional um sucesso, referindo-se, com ênfase, ao fato de que a imigração européia nessa região "*tend à créer...au Paraná, à Saint-Catherine et au Rio Grand, une*

*société toute différente, une démocratie rurale de petits propriétaires...*" ao contrário da aristocracia rural existente no nordeste e em São Paulo.

Leo Weibel, em 1949 detalha os princípios da Colonização europeia no Sul do Brasil.

Pierre Monbeig é talvez o primeiro a estudar a colonização privada como empreendimento tipicamente capitalista em seu livro "*Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*". ( Monbeig:1952 )

Mais recentemente, João Mariano de Oliveira fez um trabalho pioneiro sobre a pequena produção em Mato Grosso, tendo por objetivo de pesquisa o projeto colonizador Sinop. Suas considerações teórico-metodológicas estão baseadas nos trabalhos de Marx, Kautsky, Lenin e Rosa Luxemburgo ( Oliveira:1982:17 ).

Também na década de 80, Guilherme Narciso de Lacerda escreve sobre a reprodução e aumento da pequena produção, num município paranaense, baseando sua análise crítica em duas obras clássicas a partir de Marx: "*A Questão Agrária*", de Kautsky e "*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*", de Lenin.

A não inclusão da obra de Rosa Luxemburgo provavelmente se reflete ou é consequência do posicionamento

de Lacerda em relação à impossibilidade de se discutir, teoricamente, num viés marxista, ou seja, pela teoria do valor, a questão da viabilidade de uma "agricultura camponesa", como assume claramente Chayanov, em face de ela não possuir a estrutura organizacional de uma empresa capitalista.

Aquilo que João Mariano chama de produção camponesa, Lacerda, ao delimitar, rigidamente, de forma economicista, chama de pequena produção ou produção familiar - usando-as como sinônimo - e, teoricamente as coloca na categoria analítica de "*Produtores Simples de Mercadoria*" e, concretamente, na categoria social de "*Tipos Sociais de Produção não especificamente Capitalistas*" ( Lacerda:1985:35 ).

Essa conceituação torna-se polêmica se a análise for feita da perspectiva do campesinato, onde os produtores são vistos não como "*tipos sociais*" mas como uma verdadeira classe social.

As diferentes relações de produção capitalista, tanto se modificam completamente, com a expropriação e o assalariamento do homem do campo, como se mantêm, adaptadas a novos e diferentes contextos históricos.

Ao criticar a social-democracia, Kautsky diz que:

"(...) sempre que ela se aventura no campo, encontra pela frente a mesma força misteriosa que tanta surpresa já causara aos partidos democráticos revolucionários anteriores. Ela descobre então que o pequeno estabelecimento agrícola de modo algum se encontra em fase de rápido desaparecimento, que os grandes estabelecimentos só ganham terreno lentamente, quando, aqui e acolá não chegam mesmo a perder terreno. (...) essa teoria econômica na qual a social-democracia de baseia, parece revelar-se falsa assim que se procura aplicá-la ao campo" ( Kautsky:1986:14 )

O capitalismo necessita de trabalhadores livres e sem terra e, para isso, destrói o campesinato pré-existente, nos diz Lenin, acrescentando, entretanto, que *"isso é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica"* e nos cita Marx que em uma de suas teses diz:

"O desenvolvimento capitalista se processa de modo desigual e combinado, obedece a movimentos diversos, avançando em extensão e profundidade, segundo condicionantes históricos e é clivado por contradições daí derivadas e não redutíveis às contradições estruturais apreendidas no modelo abstrato." ( Marx, in Lenin:1985 )

Portanto, a persistência e a recriação do campesinato e do latifúndio, devem ser compreendidas "dentro" do capitalismo e não como algo estranho a esse modo de produção, como afirmam alguns autores. Esses fenômenos decorrem das contradições características do capitalismo.

Ainda recorrendo a um dos clássicos:

"Percebemos... que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não capitalistas (...). O processo de acumulação de capital, está ligado, por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital variável e às formas de produção não capitalistas. As últimas formam o meio histórico dado daquele processo. A acumulação do capital, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível, em qualquer sentido(...). O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro(...) necessita de tesouros naturais e forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas - este é o meio histórico da

acumulação de capital - surge então o impulso irresistível do capital de se apoderar daqueles territórios e sociedades(...). De fato, a acumulação do capital como processo histórico, depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não capitalistas." ( Luxemburgo: 1976:314/315 ).

Kautsky considera de caráter progressista a evolução das relações capitalistas na agricultura em comparação com as relações pré-capitalistas, mas concorda que a produção familiar persiste e se transforma no decorrer dessa evolução.

A expropriação do homem do campo, que culmina com sua proletarização aí ou na cidade, também é estudada por diferentes autores a partir dos conceitos de "subjugação formal" e "subjugação real" do trabalho ao capital, como se o processo de agricultura fosse semelhante ao da indústria ( na "subjugação formal" o capital se apropria do 'resultado do trabalho', sem que haja nenhuma mudança no processo de produção; essa é a fase de manufatura, onde o artesão, transformado em trabalhador assalariado, já não trabalha para si mesmo; a maneira de produzir continua a mesma, entretanto, os instrumentos, matérias-primas e, às vezes, até mesmo o teto, não lhe pertencem mais e sim ao capitalista que, dessa forma, se torna o dono do produto desse trabalho.

Na "subsunção real", além da expropriação, ocorre uma modificação na forma de produzir, tratando-se aí do trabalho assalariado.

As colocações de Faure, Soares e Graziano se contrapõem à argumentação de Martins que deles discorda considerando que a expropriação é feita através da "renda da terra" e não daqueles conceitos de "subsunção formal" e "subsunção real". ( Lacerda:1985 )

Embora Lacerda reconheça na posição de Martins um 'avanço' no debate, privilegia a análise da relação da agricultura com a indústria, enquanto preferimos assumir a posição de Martins, que encaminha o estudo do desenvolvimento da agricultura capitalista pela sujeição da renda territorial ao capital.

"O capitalismo se expande tanto na cidade como no campo, mas há um aspecto em que a expansão do capitalismo na agricultura difere da expansão do capitalismo na indústria(...). O capital é produto do trabalho assalariado (...) materialização de trabalho humano(...) já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho(...). Portanto, nem a terra tem valor

no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um 'instrumento de trabalho', qualitativamente diferente dos outros meios de produção. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é(...). A terra não pode ser confundida com capital(...) igual àquele representado pelos outros meios de produção(...). Assim, como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra(...). Mas assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador."

"(...)Desse ponto de vista, a propriedade privada da terra constitui um obstáculo à livre circulação e reprodução do capital, da mesma forma que também é o pressuposto para a

existência e a apropriação da renda da terra pelo mesmo capital, abrindo para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro, *'possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às que lhe são abertas pelo seu capital'*. Nesse sentido, temos inicialmente uma contradição entre terra e capital, o que cria as *condições históricas da existência de duas classes antagônicas: os proprietários de terra e os capitalistas*, para logo em seguida percebermos como, apesar desse antagonismo que os contrapõe, ambos são proprietários privados de instrumentos de produção, separados dos trabalhadores que podem movimentá-los, fazê-los produzir(...). O dinheiro empregado na terra, será mais tarde recuperado com acréscimos. Com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário. Os outros objetos, porém, desaparecem, precisam ser produzidos de novo. Por isso, o dinheiro empregado na terra, não opera como capital; sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade em seu conjunto, é *renda capitalizada* e não capital."

"(...)A concentração da propriedade da terra, não é, necessariamente, um processo igual ao processo de concentração de capital. Quando o capital se

concentra, ele aumenta a capacidade produtiva do trabalhador e aumenta a capacidade do capitalista de extrair "mais-valia", a sua forma de se apropriar de trabalho não pago. Quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador nem a capacidade do capitalista de extrair "mais-valia" do trabalho agrícola. Ela aumenta, no entanto, a capacidade do proprietário de se apropriar da "mais-valia" social, que, em parte, deverá ser distribuída aos proprietários de terra pelo simples fato de que são proprietários privados." ( Martins:1980 )

Nessa visão, o mecanismo básico de expansão do capitalismo, é a compra e a venda da terra. A capacidade dos proprietários de se apropriar da mais-valia social, não precisa, necessariamente ser exercida mediante o recebimento parcelado da renda territorial, mas de uma vez só, com a venda da terra, sob a forma de lotes, a pequenos produtores que, não possuindo capital, são, entretanto, aqueles que fazem a terra produzir riqueza. É o que está acontecendo no norte de Mato Grosso e já aconteceu nas anteriores fronteiras agrícolas do país.

Explicar a pequena produção independente a partir dos conceitos de 'subsunção formal' e 'subsunção real', torna-se difícil, se levarmos em consideração que o produtor

familiar continua dono de sua propriedade e de seus instrumentos de trabalho, não sendo também um assalariado; e o conceito de '*subsunção formal*', segundo Marx, implica na expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção, apesar do processo de produção não se modificar.

A agricultura, sendo um processo distinto da indústria, não passa pela sujeição formal. "Na agricultura, a sujeição é real, mesmo que o trabalhador não seja expropriado da terra e de seus instrumentos de trabalho. Essa subordinação real se dá pela sujeição da renda da terra ao capital." (Martins:1980)

O favorecimento da colonização privada em detrimento da colonização oficial ou da regulamentação das '*posses*', decorre do fato de que, estas últimas não pagam renda, sendo, por isso, uma contestação ao caráter capitalista do regime de propriedade fundiária existente no Brasil. Há vinte anos ( anos 70 ), formaram-se grandes latifúndios já com vistas à colonização privada, que venderia lotes a pequenos agricultores em dificuldades no sul do país. Dessa forma, de uma só vez, foi possível para as empresas colonizadoras, transformar a renda capitalizada em capital.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em "*terra de negócio*", em terra de exploração do trabalho alheio. Quando o capitalista se apropria da terra,

ele o faz com o intuito de lucro, direto ou indireto: ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra ou serve para ser vendida, por alto preço para quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

Em Sinop, como em outros projetos de colonização privados, temos a combinação de "terra de negócio" com "terra de trabalho". Ela é terra de negócio para o colonizador que a vendeu, auferindo-lhe renda (além daquela cobrada compulsoriamente para que o colono se torne um cooperado). Ela é terra de trabalho, para o agricultor que a comprou e tem a sua propriedade privada legalizada, mas que nela não explora trabalho alheio. Proprietário de seus instrumentos de trabalho (muitas vezes totalmente hipotecados ao banco) e de sua força de trabalho, produz amparado no trabalho familiar. A terra passa a uma categoria híbrida de "terra de negócio/trabalho" quando o agricultor bem sucedido compra as terras dos vizinhos falidos, aumentando de tal forma a área de sua propriedade que apenas sua família não pode mais "tocá-la". Faz-se necessário comprar força de trabalho, isto é, contratar trabalhadores assalariados, o que significa criar riqueza para si, com trabalho alheio, por mais bem pago que este seja.

Dessa forma, enquanto uns se tornam pequenos capitalistas, outros, expropriados da terra e de seus instrumentos de trabalho, se proletarizam. Aqueles que querem

continuar camponêses, migram novamente, sempre em busca da Terra Prometida.

Estes são os pressupostos gerais que nortearam a elaboração deste trabalho, que está composto por quatro capítulos.

O primeiro capítulo procura marcar a importância da geopolítica na ocupação da Amazônia, tomando como objeto de estudo, o caso particular de Sinop.

Essa geopolítica e sua correspondente face ideológica, abriram os caminhos para a expansão do capital nacional e multinacional na região, de forma altamente predatória ao meio ambiente, bem como anti-social, pois visavam exclusivamente o crescimento econômico em detrimento do homem, utilizando este apenas como recurso ideológico para a retórica oficial.

Neste capítulo, destaca-se o discurso colonizado do General Golbery do Couto e Silva e absorvido como um "Evangelho" na ESG ( Escola Superior de Guerra ) pelos militares brasileiros.

Apesar desta dissertação procurar basear-se em autores marxistas, ao conceituar o Estado Moderno, não poderíamos deixar de fazê-lo através da ótica Weberiana, pois em Weber encontramos uma consistente Teoria do Estado.

Buscou-se também enfatizar a diferença entre esse modelo de Estado Moderno, estudado por Weber e os Estados Nacionais surgidos dos movimentos de independência na América Latina, que deram origem a estados capitalistas autoritários, apenas politicamente independentes e que impediram o uso da terra pelo campesinato existente, que não conseguiu ocupar livremente a terra como o fizeram, por exemplo, os camponeses dos Estados Unidos.

O primeiro capítulo também define o que é ideologia, como funciona e as fases pelas quais passa até que as idéias dominantes fiquem separadas dos indivíduos dominantes, camuflando, dessa forma, a exploração.

Do domínio geopolítico da Amazônia, como preocupação dos portugueses, até a "*preservação das fronteiras nacionais*" dos tempos modernos, a combinação da exploração econômica com estratégia geopolítica militar, segue um roteiro de diversos planos governamentais.

Na realidade, a questão da Amazônia é, em parte, a manifestação da questão agrária, tecida pelo processo de reprodução ampliada do capital, num processo de apropriação da renda da terra.

O segundo capítulo contém a história do projeto desde suas origens, bem como a dos colonos que vieram para ocupar as terras, as dificuldades que encontraram e as medidas que foram tomadas na tentativa de superá-las

O fracasso do café e das "lavouras brancas" levou os coordenadores do projeto a solicitar do governo os recursos necessários para a construção de uma usina de álcool de mandioca, vendendo-se o restante da terra a pequenos proprietários que plantariam mandioca.

A "mística da ocupação da Amazônia" casava-se com o discurso empresarial que enfatizava a excepcional finalidade social do novo projeto da usina. Além disso, a estratégia geopolítica para a região requeria recursos energéticos próprios. Os derivados de petróleo, nessa época, vinham de Paulínea (SP), distante milhares de quilômetros, o que inviabilizava qualquer projeto de maior vulto.

O fracasso da usina de álcool de mandioca - Sinop Agroquímica (SAQ) - deixou os colonos remanescentes em grandes dificuldades, além de evidenciar a nova reconcentração da terra que se realizou no local, através da "compra de titularidade".

O terceiro capítulo, que trata da situação atual do empreendimento, nos mostra que, como projeto de colonização que visava determinados objetivos, falhou em suas diversas experiências.

Com a expansão da atividade agropecuária e o conseqüente remembramento da terra, a cidade passa a oferecer muito mais do que a região necessita, delineando uma

tendência para a cidade "murchar", o que não aconteceu. A cidade Sinop, além de continuar sendo uma das mais importantes da região, transformou-se num grande pólo de prestação de serviços, sendo também "parada obrigatória" para todos os que trafegam pela BR-163.

O quarto capítulo refere-se à questão da ideologia na colonização, enfocando-se o colono vindo do sul com a mesma fibra do sertanejo, mas com uma filosofia diferente, dadas as diferentes condições históricas, sociais e econômicas em que se reproduziu como camponês.

A igreja é vista pelo conjunto dos colonos, como progressista e democrática, apesar de seu discurso ainda conter alguns lugares comuns do discurso ideológico da igreja tradicional.

## **CAPITULO I**

### **A QUESTAO DA GEOPOLITICA**

# Uma região de grande peso político

De 1976 a 1980 foi que o Norte de Mato Grosso, tendo Sinop como centro irradiador, encontrou tempo para um primeiro entrosamento social entre as diversas comunidades em formação. Foi a época em que os pioneiros, enfrentando inúmeras adversidades principalmente devido às distâncias que os separavam do restante do País, puderam começar a cuidar melhor de aspectos de suas vidas que, nos primeiros anos, haviam sido por necessidade adiados. E nasceram os movimentos que levaram povoações a tornar-se mais independentes politicamente; caravanas já se formavam para reivindicar melhorias em estradas, construção de escolas, melhor organização social nos núcleos.

Nesse tempo, projetou-se em Sinop e região, mercê da posição que ocupava o delegado regional de Ensino, o economista e professor Osvaldo Sobrinho, há vários anos representante da região na Assembléia Legislativa do Estado. Acompanhando passo a passo a transformação das cidades norte-mato-grossenses, vivenciando suas lutas, Sobrinho tem uma visão clara do conjunto sócio-econômico regional e por isso foi consultado pela reportagem. Deputado mais votado de Mato Grosso em 1982, repetiu o feito em 82 sendo o mais votado do PMDB e, por duas legislaturas, secretariou a Assembléia mato-grossense.

Sobrinho acha que brevemente o Nortão será mesmo um centro econômico do Centro-Oeste "brasileiro, comendo cacau, café, borracha, guaraná, pimenta-do-reino, cereais etc. Ele analisa a situação da próspera região, estimulada pela abertura e isolamento da rodovia Ouabá-Santarém, dando ênfase ao seu avanço no campo político-econômico.

O atual eleitorado de Sinop, Juína, Alta Floresta e Colíder — diz — será uma determinante no futuro dessa gente. Sussentará tudo quando eles reivindicarem ou exigirem do futuro governo estadual. São 167 mil pessoas em condições de votar dia 15 de novembro. Não é excelente esse quadro?

Si Colíder saiu de nove mil eleitores no último pleito, para mais de 50 mil agora. Várias regiões do Estado já passaram a fase de estagnação, enquanto esta vai em direção de um apogeu. É por essa razão que recomendamos a necessidade do apoio pleno à agroindústria, como a melhor maneira de desenvolver Mato Grosso. Bons empresários chegaram há pouco mais de uma década e conseguiram, com muita dedicação e persistência, abrir a colonização à exploração econômica. Houve choques e claro, mas é inevitável o avanço que vemos. Temos, então que aproveitar daqui para a frente a nossa vocação agrícola, fixando definitivamente o homem à terra.

## Aumentar a produção

Para Sobrinho, Mato Grosso precisa adequar sua infraestrutura, obtendo aumento de produção e produtividade. Ele reconhece que a existência de estradas e armazéns ainda requer um trabalho político de longo prazo.

Sabemos que isso depende do governo federal, mas não podemos ficar parados. Melhorar esse setor, esboçando as nossas saídas, recorrendo



O deputado: "É hora de o Nortão fazer valer seu peso político".

## O campo

Ao se deter à análise da agricultura regional, o deputado destaca o vertiginoso crescimento dos cacauzeiros. "Veja só o exemplo de Alta Floresta, onde particulares constroem armazéns para abrigar 20, 30 mil toneladas de produtos. O cacau cresceu de tal forma que a Bahia já vê o Nortão com outros olhos".

Sobrinho acha que o apoio às culturas perenes já contribuiu, de certa forma, para fixar o homem na região. Também a divisão da terra em lotes de 20, 50 e 100 hectares oportunizou o assentamento de muitos que clamavam até então pela reforma agrária. "O Nortão já faz a reforma" — diz.

Mas é nesse aspecto que o parlamentar demonstra preocupação e supõe algumas medidas: "Entendo que não basta possuir a terra nesta parte da Amazônia. A 'corrida' ao Nortão transformou a terra num bem comercial que

pode ser transacionado na medida em que se reveste juridicamente do valor da propriedade. Assim precisamos fortalecer a luta de milhares de migrantes com tradição agrícola, porque eles fazem da terra o meio maior de sobrevivência. De outro lado, temos que exercer um controle maior sobre especuladores e aventureiros que consideram a terra um negócio e nada mais. O clima especulativo é nocivo para Mato Grosso, um Estado há muitos anos sofrido nesse setor.

O deputado vê a aproximação do momento em que a região passará a exigir mais, a fim de que possa libertar-se de fatores que, por incrível que pareça, a levaram a uma crescente dependência da importação de alimentos.

"Precisamos de estradas e de crédito agrícola. Não basta fixar o homem a largá-lo à mercê de Deus. Mato Grosso não pode mais, em hipótese alguma, continuar gastando combustível para transportar hortigranjeiros, sementes e insumos.

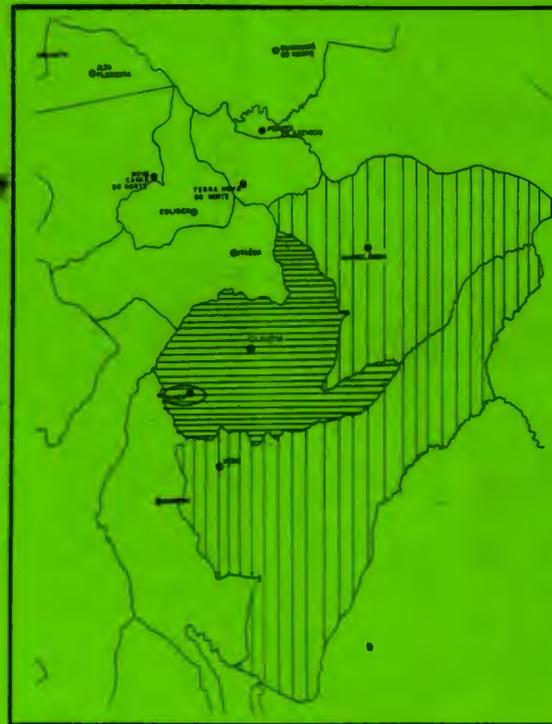
## Futuro e ambiente

O futuro do Nortão, se depender de políticos como Sobrinho, está mesmo decidido. Entusiasta da colonização pioneira de Colíder, Alta Floresta e Sinop, à qual assistiu desde os primórdios, o representante peemedebista vai mais além em sua análise.

"Pode até parecer de efeito retórico o que dizemos sobre esse imenso espaço capaz de abrigar uma agricultura revolucionária, mas o fato é que o Nortão envolve realmente uma gravíssima dimensão e nos chama a repensar a sua ocupação, dando plenas condições ao homem para que realize o máximo. Se a fronteira agrícola plantada na selva traz ânimo e é vista como um bem comum da humanidade, há também preocupação em relação ao ambiente". E o parlamentar fala sobre a preservação da Amazônia: "O cientista alemão Harald Soli, certa época, defendeu uma tese segundo a qual a Amazônia deveria ficar como herança e museu científico. Fabricaram, na época, a tese do 'pulmão do mundo', que produziria metade do oxigênio existente na atmosfera, a floresta amazônica não poderia ser tocada sob pena de se comprometer a qualidade de vida no planeta. Essa confusão serviu para o Governo identificar a ciência praticada fora da América Latina com interesse de outros países ou das multinacionais. As interpretações geopolíticas, muito praticadas quando se trata de Amazônia, facilitaram a difusão dessa ideia. Foi alertada para esse tipo de coisa que a opinião pública tem deixado de perceber que uma parte dos cientistas estrangeiros vem combatendo o modelo que só tem beneficiado as multinacionais, hoje mais poderosas que os próprios Estados nacionais, e que frequentemente esses cientistas atacam diretamente as próprias multinacionais".

Por último, o deputado defende o estímulo à Ciência preta a manutenção de reservas contínuas, mas adverte quanto ao papel daqueles que estão alheios ao futuro da humanidade, à carência de alimentos, por isso falam em preservação por falar. O modelo de ocupação do Nortão, por exemplo, serve para demonstrar o quanto o País se transformou e de como a iniciativa privada consegue operar mudanças no setor agrícola — enfatiza.

"A nova política florestal da Amazônia — acrescenta — foi escrita por linhas pontilhadas e tortas. Na Constituição, tentamos ordená-la ouvindo os ecologistas, os produtores rurais, os empresários, os pesquisadores sérios, para que possamos ajudar a promover o desenvolvimento de forma mais harmônica e permanente."



# Sinop ficou menor

(mas só no mapa)

Vera, a cidade irmã, e Marcolândia, do norte, vão comandar de agora em diante os seus próprios destinos, abrangendo a maior parte do que era o território original de Sinop.

Ao inserir a Geopolítica numa reflexão sobre a Amazônia, pretende-se, sobretudo, marcar sua importância nos processos de ocupação recente dessa região, verificando, sobretudo, de que modo as políticas públicas e os órgãos governamentais interferiram nas relações da sociedade com a natureza.

Nos Anos 70, a estratégia geopolítica militar, visava, fundamentalmente, a ocupação da Amazônia em moldes especificamente capitalistas.

Não se tratava mais de criar uma "frente de expansão", com os posseiros que abriam os caminhos, derrubando as matas e expulsando os índios, economizando assim, grande parte do capital que deveria ser empregado pelo capitalista para tal tarefa, quando ali se instalasse como "frente pioneira", já com relações de produção especificamente capitalistas.

A estratégia geopolítica militar, ao beneficiar os projetos de colonização privados, criava, diretamente, "frentes pioneiras" que tanto impossibilitavam o estabelecimento de posseiros ( que não pagavam a renda capitalista da terra ), como também canalizavam um excedente populacional camponês no sul do país, ainda não de todo empobrecido.

Ao iniciar esta reflexão, cabe ressaltar que o conceito de geopolítica revigorou-se no Brasil na década de 50, com a obra do General Golbery do Couto e Silva - Geopolítica do Brasil - onde o autor, no prefácio à quinta edição em 1981, adverte o leitor que "o livro não é atualizado" ressaltando que:

"de atualização não necessitava também... pois trata-se apenas do esboço de uma geopolítica brasileira... todo o pensamento geopolítico que se preze, tem a pretensão de resistir em seu núcleo central de idéias, às variações conjunturais, mesmo em épocas de um dinamismo excepcional como a quadra que atravessamos. (...) Convém ressaltar que, a década de 50 - caracterizada pela guerra fria em crescendo e por uma bipolarização rígida no campo internacional - viria suceder, no primeiro quinquênio de 60, uma fase nova da guerra fria em diminuendo e de um policentrismo que se vem afirmando tanto no ocidente quanto no oriente. O antagonismo entre o Ocidente Cristão e o Oriente Comunista domina, ainda, a conjuntura mundial."

"(...)a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise

calcada sobretudo nos conceitos básicos de espaço e posição. Um dos ramos, portanto, da política." ( Costa e Silva:1981 )

O incentivo à implantação de projetos de colonização na área de expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia após o golpe militar de 64, é colocado neste trabalho como um dos instrumentos de ação do conceito de geopolítica que distingue o Estado Contemporâneo daquele Estado Moderno definido por Max Weber.

Para Weber, o Estado Moderno surgiu a partir das lutas pelos meios de domínio, pelos governantes, cada qual tentando apropriar-se dos meios financeiros e militares, que estavam relativamente dispersos na sociedade feudal. Weber caracterizou o feudalismo em termos da propriedade privada dos meios de violência militar ( exércitos auto-equipados ) e na apropriação corporativa dos meios de administração.

Segundo Weber, o Estado Moderno se define como:

"estrutura do agrupamento político que reivindica, com êxito, o monopólio do constrangimento legítimo sobre um território e ainda dispõe de força militar." ( Weber:1979:655/67 ).

Para ele o Estado é uma das manifestações históricas da política como atividade geral do ser humano através de sua história. A política, portanto, é anterior a ele, passando, entretanto, nos dias de hoje, a se manifestar quase que exclusivamente no âmbito estatal. A unidade política sempre constituiu um agrupamento, mas foi só no mundo moderno que surgiu o Estado em todo o seu rigor institucional.

Ao contrário de Marx, Weber considera as instituições do capitalismo moderno como a própria materialização da racionalidade. A grande empresa capitalista, como modelo de burocracia, só encontra rival na burocracia estatal e o estado socialista que preconiza uma planificação, não constitui uma estrutura política original, pois é uma das formas típicas do Estado Moderno, desenvolvendo, apenas, em maior grau, a racionalização da sociedade política ( Freund:1980 ).

Weber percebe agudamente as racionalizações ou superestruturas fictícias, as incongruências entre afirmações verbais e intenções reais e partilha com Marx de uma tentativa de correlacionar os fenômenos ideológicos com os interesses materiais das ordens econômica e política. ( Weber :1979 ).

Suas preocupações nesse sentido prevêem o que se anunciava, de forma aguda, com o advento do imperialismo, que

teve na geopolítica seu grande instrumento e onde o discurso ideológico capitalista apresenta o Ocidente como:

"(...) ideal, como propósito, como programa... como aventura extraordinária, cheia de êxitos surpreendentes, de falhas irremediáveis, de fracassos tremendos... a longa história em verdade vivida pela sociedade ocidental. (...) é verdade que em nome daquele ideal se têm perpetrado crimes, realizado espoliações e fundado até tiranias. Mas esses crimes... se como tal são conhecidos e estigmatizados, é à luz do próprio ideal que conspurcam, ao renegar, reafirmam." (Costa e Silva:1981:225/226 )

Na nota introdutória à terceira edição da Geopolítica do Brasil, em 1967, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, comenta: "*(...) com efeito, a visão quase mística do Ocidente... parece que se distancia um pouco do quadro objetivo, o que não facilita propriamente o enfoque dos problemas concretos do Ocidente*".

Afonso Arinos considera que os erros mais sensíveis do governo militar implantado no país, provêm de certas interpretações errôneas da conjuntura internacional e sua consequente repercussão no panorama brasileiro.

Parece-nos, entretanto, ao contrário do que julga Afonso Arinos, que os militares brasileiros assumiram, conscientemente, uma visão de mundo produzida a partir do interesse econômico do capitalismo internacional. Sua ideologia embasou, sustentou e orientou seu procedimento durante o período da ditadura, até a completa hegemonia da burguesia no Brasil, sobretudo a partir da política dos incentivos fiscais que transformou empresários e banqueiros em proprietários rurais, dessa forma unindo os interesses dos segmentos das classes dominantes que parcialmente se opunham. Senhores de terra e burguesia industrial e financeira são agora parceiros na extração da renda da terra e na expropriação dos camponeses. Pode-se perceber nitidamente essa união no momento da Constituinte, com a derrota do modesto projeto de Reforma Agrária e a força crescente da UDR - União Democrática Ruralista - no cenário político e econômico nacional.

Poderíamos dizer, de forma simplificada e generalizada que, no Brasil, a forma de se governar pouco mudou desde seu descobrimento.

O estado europeu capitalista emergiu das contradições de um feudalismo em decomposição, paralelamente ao surgimento de um mercado mundial e refletindo uma correlação de forças onde o liberalismo burguês se fazia ouvir cada vez mais alto. Na análise marxista clássica, esse estado capitalista europeu, é concebido como um

instrumento da burguesia que o domina, a fim de garantir as relações sociais de produção capitalistas.

No Brasil colonial, onde o poder emanava da Metrópole, cada núcleo, sesmaria ou província, exercia sua cota de poder como ondas concêntricas, que se irradiam de um determinado ponto. A independência transferiu o poder dessa Metrópole para um imperador português que atuava em nome dos brasileiros e, praticamente, "nada" mais foi mudado. Os grandes latifúndios e as oligarquias dos senhores de terra continuaram a dominar o agora recém-criado Estado Nacional e a ditar as diferentes políticas que se sucediam no tempo e no espaço, visando apenas os interesses dessa classe.

Simon Bolívar e D. Pedro I apenas romperam os laços formais que uniam as colônias às metrópoles, dando assim origem a estados capitalistas autoritários e apenas politicamente independentes. A economia baseada na agricultura, continuava dependente e vinculada ao comércio mundial de exportação. Não sendo produto de uma revolução burguesa como na Europa, esse estado, entretanto, gozava de relativa autonomia, que usava, como ainda o faz até hoje, para incrementar e supervisionar o progresso da burguesia.

Num capitalismo autoritário, a terra é monopolizada para impedir seu uso por um campesinato independente, como o que surgiu nos Estados Unidos e na França. É um modelo capitalista onde também as leis amparam e protegem a coerção

necessária à exploração e expropriação do campesinato existente.

É nesse sentido que desejamos destacar o conceito de ideologia segundo Marx e Engels e sua importância nos rumos tomados pela geopolítica brasileira.

Os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e o sobrenatural. Esse procedimento, no entanto, tende a esconder dos homens o modo real como suas relações foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política; é esse ocultamento que permite legitimar a exploração e a dominação exercidas, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

A ideologia, como visão de mundo, se constrói em três momentos fundamentais:

- 1) Os pensadores de uma classe em ascensão, divulgam um conjunto sistemático de idéias que parecem representar os interesses de todos os segmentos das classes não-dominantes;
- 2) Popularizando-se, tornam-se aquilo que Gramsci denominou "*senso comum*", formando um conjunto de idéias e valores concatenados e coerentes,

aceitos por todos, até muitos que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade onde essas idéias e esses valores se realizarão;

- 3) A consolidação da ideologia se dá com a interiorização desse "senso comum" pela consciência da maioria dos membros não dominantes da sociedade existente. Esse código de valores se mantém mesmo quando a classe emergente se torna dominante e o nega como interesse e possibilidade de todos. Mesmo percebido, esse fato não abala o código que já foi interiorizado como "senso comum", pois a tarefa da ideologia já foi cumprida, isto é, separou os indivíduos dominantes das idéias dominantes, fazendo com que apareçam independentes uns dos outros. ( Marx e Engels:1980 ).

A importância da ideologia também nos é descrita por Gramsci:

"Uma classe é hegemônica não só quando detém a propriedade dos meios de produção, mas sobretudo quando suas idéias e valores são dominantes e mantidos pelos dominados, mesmo quando lutam contra essa dominação; isto é, uma classe é

dominante quando sua ideologia é dominante."

( Gramsci:1980 ).

Simon Bolivar é um dos mais perfeitos exemplos de consolidação de uma ideologia. A despeito de seu grande amor pela América e do patriotismo e despreendimento com que lutou por sua libertação, ao se tornar vencedor - classe dominante - nega direitos iguais a todos os membros daquela sociedade pela qual lutou em nome da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Certamente se "*El Gran Libertador*" tivesse sido José Martí, outro seria o destino de "*Nuestra América*".

O discurso ideológico da geopolítica de Golbery dirige-se, especialmente, aos militares brasileiros - tradicionalmente "nacionalistas" - no sentido de interiorizarem, como senso comum, valores e ideais da burguesia internacional, como sendo, naquele momento, de grande interesse nacional. Assim se criou uma "elite" militar distorcida que conduziu o Brasil por duas décadas. Os militares brasileiros pós-64, que se auto-denominavam "*os portadores dos verdadeiros anseios do povo brasileiro*", nada mais eram do que herdeiros de um conteúdo ideológico colonizado, completando, através de sua ação política e orientação econômica, a efetiva hegemonia do capital internacional no Brasil.

Para os militares, a ordem, o progresso e o desenvolvimento necessitam de paz, harmonia, acordo,

consenso. Como democracia significa a coexistência do diverso, da diferença, da oposição, do dissenso, fez-se necessária a chamada "Segurança Nacional", doutrina que inaugurou a nova tarefa de substituir os propósitos que balizaram tradicionalmente os ideais das Forças Armadas brasileiras.

Com uma estratégia toda voltada para o "apoio a grande nação amiga do hemisfério norte", diz-nos textualmente o General Golbery do Couto e Silva:

"O que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça não dirigida propriamente contra nós, mas sim, indiretamente, contra os Estados Unidos." (Costa e Silva:1981:72 ).

Assim sendo, prestado todo o apoio aos "aliados" e na quase total impossibilidade de uma guerra nuclear, cogitou-se identificar o inimigo internamente ( para onde deveria ter-se deslocado ) na tentativa de vencer essa guerra no campo ideológico. É dessa forma que as Forças Armadas brasileiras começaram a combater esse novo e perigoso inimigo, transformando-se em gendarmes de seu próprio povo.

O governo militar procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, da Segurança Nacional, o que significa impedir ou dificultar o desenvolvimento político da luta pela terra

Nos anos 50/60, amadureceu no Nordeste um forte movimento camponês, em busca de uma estrutura fundiária nova, que eliminasse o latifúndio e criasse uma agricultura de base camponesa. Eram as Ligas Camponesas, organizadas desde 1947, tendo Francisco Julião como líder.

O país inteiro vivia momentos agitados que prenunciavam uma grande vontade de mudança, de soberania, de cidadania. O povo "ousava" se pronunciar. Ansiava-se pelo momento em que toda a América Latina se libertasse realmente do jugo das "metrópoles" que as oprimiam há tantos séculos.

A Revolução Cubana havia pregado um susto nas forças conservadoras e, com isso, as reformas que despontavam em todo o continente, ou foram reprimidas ou descaracterizadas, pois ameaçavam as relações tradicionais com os Estados Unidos.

Para impedir o surgimento de um bloco hegemônico de oposição aos interesses norte-americanos, era preciso modificar, reformar, para não mudar realmente. As reformas seriam guiadas por canais controláveis através de mecanismos internacionais apropriados, como a Aliança para o Progresso que, com seus milhões de dólares de "ajuda", transformou-se, rapidamente, na maior organizadora e incentivadora de contra-reformas na América Latina.

A partir dos anos 60/70, vários presidentes civis, eleitos pelo voto direto, foram depostos e substituídos por governos militares, submissos ou comprometidos ideologicamente - como o Brasil - com a filosofia desenvolvimentista dos Estados Unidos.

Sobre a política do governo militar brasileiro em relação à terra, Martins nos esclarece:

"Há um ponto doutrinário do governo militar que se instalou, considerado intocável até os dias de hoje: a despolitização da questão fundiária e a exclusão política do campesinato das decisões sobre seus próprios interesses, tendo por consequência, restrições severas à cidadania dos trabalhadores do campo. A política dos incentivos fiscais, desarticulou as relações de poder na Amazonia, destruindo as formas tradicionais de poder local, ao mesmo tempo que impedia o surgimento político de um campesinato baseado na luta pela terra, anulando as conquistas importantes que os trabalhadores rurais conseguiram ao longo desses 30 ou 40 anos na luta pela liberdade pela tutela pessoal dos "coronéis". (...) o que existe é um coronelismo de estado, onde o GETAT - Grupo Araguaia-Tocantins - se sobrepõe ao Incra e à justiça;

(...) concede dádivas, acomoda, tenta conciliar etc... para garantir o interesse dos grandes proprietários. O major Curió, um oficial do Exército que pertenceu ao conselho de Segurança Nacional, é o representante dessa tutela." ( Martins:1985:57/73 )

As particularidades da colonização no Brasil, foram caracterizadas por Waibel na década de 40 e por Costa na década de 80:

"Em contraste com os Estados Unidos, no Brasil quase não houve colonização espontânea. Desde o princípio até hoje, a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte, os métodos aplicados e os resultados alcançados, diferem muito, de acordo com o tipo de colonização." ( Waibel:1949:12 )

"O domínio geopolítico da Amazônia, já era grande preocupação dos portugueses que procuravam sempre combinar exploração econômica com estratégia geopolítica - em grande parte militares. Dois séculos e meio depois, o regime

militar tenciona, claramente, "preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia, ao todo nacional." ( Costa:1988:65 )

Até a metade dos anos 50, o governo limitou-se a incentivar a economia da borracha, tentando reviver um ciclo de prosperidade, semelhante ao que ocorrera no século passado - glória e esplendor da Amazônia a partir de 1870 - baseado unicamente no extrativismo daquela matéria prima.

Podemos dizer que o início de políticas territoriais explícitas para a Amazônia, começou com a transformação do Banco de Crédito da Borracha, em Banco de Crédito da Amazônia S/A em 1950 e com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA - em 1953. A SPVEA, como primeira agência de desenvolvimento especificamente voltada para a Amazônia, não alcançou objetivos satisfatórios. Ao final de dez anos, pode-se-lhe atribuir a supervisão da construção da rodovia Belém-Brasília, a modernização do serviço de Navegação da Amazônia e do Porto do Pará (SNAPP), bem como o financiamento de algumas indústrias importantes.

As profundas mudanças estruturais nas políticas territoriais brasileiras neste período, nos são relatadas por Wanderley Messias da Costa:

"O Plano de Metas do governo JK, alterou profundamente a estrutura econômica do país em apenas quatro anos. A construção de estradas como a Belém-Brasília, "eixos rodoviários de penetração" assentaram as bases para a integração Norte-Sul, objetivo nacional perseguido desde o Império. Com o governo JK, concretizaram-se as medidas precedentes de valorização de partes preferenciais do território nacional, lançadas em 1940." ( Costa:1988 )

Em relação à agricultura, entretanto;

"(...)A economia brasileira continuou sendo uma economia primária exportadora, agora articulada com um setor industrial instalado no país. Este setor continuou tendo primazia no conjunto da economia brasileira e, a partir dessa época, a agricultura foi cada vez mais extensiva e intensivamente articulada e subordinada à indústria instalada no país. Esse processo que já se achava em curso há décadas, ganhou novo impulso durante os anos do governo Kubitschek e a partir de 1964, adquiriu ainda maior intensidade e generalidade." ( Ianni:1986 )

O golpe militar de 1964, provocou algumas mudanças no planejamento econômico que definiram o curso das

políticas territoriais ainda em vigor no país. A concentração do poder, por via autoritária, foi a tônica do período inaugurado em 1964.

Em 1966, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - em substituição à SPEVEA. No mesmo ano, foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia, passando a chamar-se Banco da Amazônia S/A - BASA. Pouco a pouco, o Banco do Brasil dinamizou sua presença na região, criando novas agências e, juntamente com a SUDAM e o BASA, dinamizaram e diversificaram os empreendimentos públicos e privados na região.

O Plano Decenal (1967/1976) que não chegou a ser implementado, tornou-se, apesar disso, importante, devido à nova perspectiva adotada para as políticas territoriais do país, que se tornaram dominantes a partir de então.

Pela primeira vez é colocada de modo explícito, a "questão regional" do ponto de vista da *integração nacional*, objetivo maior perseguido pelo Estado em sua política econômica regional. O plano decenal também explicita políticas territoriais com base na aplicação ao caso brasileiro da "Teoria dos Pólos de Desenvolvimento" formulada pioneiramente pelo francês F. Perroux. Essa estratégia, cria "regiões programa" e nelas os "pólos" representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar seu dinamismo à

"O plano seguinte ( 1968/1970 ), mantém as diretrizes do anterior no que se refere às políticas territoriais, permanecendo a ênfase na integração nacional. Este plano já vem com as medidas específicas para ação regional na Amazônia, com a concentração de medidas governamentais nos "pólos" selecionados, também fazendo menção à criação de "pólos industriais". É nessa fase que se cria o Ministério do Interior, encarregado de coordenar as ações regionais." ( Costa:1988 ).

O estado, através da ideologia da *'integração nacional'* veicula um discurso cuja finalidade é a ocupação efetiva da região amazônica por empreendimentos capitalistas.

"O primeiro FND ( 1972/1974 ) acentua as tendências do Estado a enfocar suas políticas territoriais através da estratégia da *"integração nacional"*. Essa função destaca o Estado em sua dimensão ideológica. A incorporação de terras, a defesa de nossas fronteiras, a preservação de nossas riquezas se constituem na mística da penetração da Amazônia." ( Rattner,H e Udry,H.R.O:1987:155 )

A rodovia Cuiabá-Santarém criou outra frente de penetração na região Centro-Norte de Mato Grosso, por onde

subiram os "gaúchos cansados" vindos do Paraná, bem como pequena multidão de pequenos proprietários vindos das regiões sul e sudeste, em busca de melhores oportunidades do que aquelas que lhes vinham sendo oferecidas, cada vez com maiores dificuldades, em suas terras de origem.

Na década de 70, intensificou-se a ocupação do estado de Mato Grosso, em sua parte norte, onde o governo assentou, em Terra Nova, os colonos que invadiram a reserva indígena de Nonoai ( no limite entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul ), dos índios Caingangos. É nessa mesma região ( o Nortão ) que irão proliferar, posteriormente, os projetos de colonização privados, quase totalmente subsidiados pelo governo federal em sua política de incentivos fiscais. Tinham por finalidade, além de aliviar a tensão sobre a terra na região sul do país, ocupar os "territórios vazios" desse estado, gerando renda, o que não aconteceria se fossem ocupados por posseiros.

Articulados à criação do FIN e do INCRA, criou-se, em 1971, o Plano de Redistribuição de Terras - o PROTERRA - e, em 1974, o POLAMAZONIA.

"A partir do lançamento do POLAMAZONIA, cresceu ainda mais a importância econômica e política do Estado na região. E cresceu, na mesma proporção, a força e a extensão da aliança entre o Estado e a empresa privada, nacional e estrangeira" ( Tanni, 1984:47 )

"Em 1974 é editado o II PND para os anos de 1975/1979 e que vai mudar o enfoque das diretrizes maiores do desenvolvimento nacional. Serão reforçados aqueles setores que contribuirão efetivamente para o aumento das exportações, mais uma vez consideradas como única via para o desenvolvimento econômico. As políticas territoriais tomam medidas agressivas em relação à fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das chamadas áreas vazias do território. A pretexto de incentivar a "vocaçãõ" do Brasil para produzir alimentos para os outros países, o II PND definiu uma estratégia agropecuária voltada para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo." ( Ianni:1986:69 )

O II PND põe de lado as intenções declaradas do PIN, a favor do povoamento através de colonização oficial e faz uma clara opção pelos grandes empreendimentos com capitais privados, nacionais e estrangeiros, sustentados por estímulos governamentais de todo o tipo, além dos investimentos de infra-estrutura, oferecendo-lhes à ocupação, em muitos casos, o mesmo território destinado ao reassentamento oficial daqueles lavradores deslocados de suas terras pela concentração fundiária e pelas transformações econômicas na agricultura que, entre outras coisas, formaram um grande excedente demográfico.

"A questão da Amazônia é, em parte, a manifestação da Questão Agrária, tecida pelo processo de reprodução ampliada do capital, pelo processo de apropriação da renda fundiária pelo capital. (...) As lutas pela terra na Amazônia, não podem ser corretamente entendidas se analisadas separadamente das lutas pela terra em todas as regiões do país. Há fatores específicos da fronteira agrícola nas lutas camponesas na Amazônia que, no entanto, não estão divorciadas das lutas camponesas do país inteiro." (Martins:1985)

O Estatuto da Terra teve como importante função, neutralizar essas lutas, controlando as tensões sociais e os conflitos gerados nesse processo de expropriação de uns e favorecimento de outros; ele é o instrumento de cerco e desativação daqueles conflitos; é uma válvula de escape para evitar a transformação das tensões sociais em tensões políticas.

Sob o pretexto de combater uma internacionalização da Amazônia, que ameaçaria a Segurança Nacional, dever-se-ia "integrar" essa região urgentemente ao restante do país, na forma como o General Golbery havia proposto, qual seja "a partir de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Leste-Oeste, segundo o eixo do grande rio". Estas direções correspondem exatamente às rotas Guahá-Santarém e Transamazônica

Ao se tocar na questão ideológica deve-se levar em conta que , nenhuma política territorial é geográfica ou geopolítica em estado puro, ou seja:

"Simples artimanhas ao nível do espaço e do poder estatal. Com o avanço das formas típicas do capitalismo em sua fase atual, elas serão, cada vez mais, subestratégias da política econômica maior." ( Costa:1988:54 )

A criação do PIN - Programa de Integração Nacional - em 1970, viabilizou a entrega das riquezas minerais do Brasil ao capital internacional, além de atender ainda a outro propósito importante: "descongestionar" o Nordeste sem realizar uma verdadeira Reforma Agrária.

As estratégias geopolíticas lidam, invariavelmente, com um discurso ideológico, pois a maior parte das pessoas não se sente bem no papel de vilão.

Assim, enquanto os brasileiros - entre os quais, grande maioria de militares, muitos reformados como subversivos, outros no ostracismo castrense - temiam os projetos dos Grandes Lagos do Hudson Institute, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que, através de projetos de colonização pública, procurou esvaziar a tensão sobre a terra no nordeste, levando, ao mesmo tempo, através da Transamazônica, mão-de-obra barata

para atender às necessidades de força de trabalho dos grandes projetos agrominerais e agropecuários. Este é o verdadeiro significado da famosa frase do General Medici: *"Homens sem terra para uma terra sem homens"*. Estes homens sem terra, ou morreram de malária, ou voltaram de onde vieram, ou são peões até hoje em algum grande empreendimento capitalista na Amazônia, ou lutam desesperadamente para se manterem camponeses na região. Apenas uma pequena parcela sobreviveu nas áreas a eles destinadas, nas faixas de 10 Km ao longo das rodovias criadas e de suas estradas vicinais. Sem qualquer infra-estrutura, sempre foi quase impossível sobreviver na selva.

É nesse sentido que dizemos que os militares brasileiros assumiram uma *"visão de mundo"* a partir do interesse econômico do capitalismo internacional, interiorizada e conscientizada como sendo de interesse nacional dentro da Escola Superior de Guerra - ESG - orientados pelos conceitos geopolíticos de *"Segurança e Desenvolvimento"* e *"Integração Nacional"* e que propunham *"uma democracia desenvolvida"*, onde se identificava o conceito político de democracia com o conceito econômico de desenvolvimento capitalista; por oposição, o conceito econômico de socialismo foi identificado como o conceito político de totalitarismo.

O projeto de colonização privado que deu origem à cidade Sinop é parte integrante desse planejamento

geopolítico. Ideologicamente propunha terra para pequenos proprietários num simulacro de Reforma Agrária.

A realidade atual nos mostra a ocupação efetiva daqueles "territórios vazios" por grandes propriedades, surgidas do remembramento de lotes dos pequenos proprietários falidos que, ou retornaram ao seu local de origem, ou seguiram adiante, sempre em busca da *Terra Prometida*.

## **CAPITULO II**

### **A HISTORIA DO PROJETO**

# Tudo começou em Vera

(que a agora é município)

A implantação dos núcleos urbanos na Gleba Celeste, pela Companhia Sinop, iniciou-se em 1971, na época em que o novo município de Vera, à época, pretendia ser a sede da Prefeitura Municipal, sob o nome de "Rodoviária de Mat Grosso".

A primeira estrada, segundo relatos dos antigos seringaicultores que da linha Varadero, situada entre a Serra do Caximbo foi feita e concluída e ficou partilhada por fazendeiros locais e somando 30 km, até o local onde a colonizadora decidiu erguer a primeira cidade, Vera, logo ao norte das cabeceiras do rio Nandubá, a cerca de 10 km do que é hoje a BR-163. De Cuiabá a distância é de 100 km, na serra, e daí para Vera passava então pela Rio Negro e a localidade de Vera Rios. Vera — conta Ulrich Edsonato Graebler, ex-gerente da colonizadora sediada desde aquela época em Sinop — foi então o embrião de toda a colonização que resultou na conquista de um imenso espaço no interior de Mato Grosso.

A parcerias com os barbaços da cidade projetada para 5 mil habitantes, constitui-se ali uma pista de pouso com 1200 metros de extensão. O avião, e principalmente os Cessnas, era tudo então e por isso a prioridade da pista.



Vera: a avenida principal

### Influências

Esse novo município matogrossense contribuiu com expressiva parcela de impostos sobre Circulação de Mercadorias, durante o mês de agosto último: Cz\$662.000,00 pela indústria, Cz\$112.000,00 pela agropecuária, Cz\$26.000,00 pelo comércio. Este, pode-se dizer, viu cair sua expressividade conco-

mitantemente ao crescimento de Sinop e na medida em que a sede municipal se transformava no grande centro irradiador de comércio e serviços do Noroeste matogrossense. Todavia, ainda num aspecto referente em parte à questão comércio, Vera continuará sendo talvez um exemplo do futuro da região de transição cerrado-mata amazônica em que se localiza Sinop; à medida em que o ciclo da madeira for ultrapassado, os produtos da agricultura e da pecuária irão tomando vulto. Está longe ainda a mudança, porém, dada a vastidão das matas a serem exploradas.

Quanto ao equipamento urbano, Vera está razoavelmente aguçada.

### E Carmen?

Santa Carmen é como foi chamado o segundo núcleo localizado e demarcado pela colonizadora, na Gleba Celeste situada a Nordeste de Vera, delimitada entre 1971 e 1972, a Cidade de Santa Carmen sofreu mais ainda que Vera as consequências do desvio da atenção da colonizadora para o núcleo de Sinop. Com algumas centenas de famílias de sítios ali assentadas entre 72 e 74, o hoje distrito não evoluiu conforme o esperado. Isso, devido à concentração de atenção de investimentos em Sinop, a partir de 1973. Investimentos que, é claro, trariam bem mais rápido retorno aos colonizadores e também aos novos investidores, já que ao longo da espinha dorsal do

Noroeste — que é a BR-163 — era palpável que as melhorias do setor público viriam do dia para a noite.

Entretanto, não é hoje menos expressiva a contribuição de Carmen aos cofres públicos suas indústrias madeireiras contribuíram com Cz\$258 cruzados, e o comércio com Cz\$111 cruzados, durante o mês de agosto último. A comunidade situada nos limites da Gleba Celeste possui solo fértil, excelentes matas e as melhores perspectivas de bom futuro. Sua população, informam projeções oficiais, tem crescido grandemente nos últimos meses, é o retorno econômico da entrada desses novos contingentes produtivos logo se fará sentir no contexto do Noroeste.



## Marcelândia vai deslançar

Um pedaço de 1 mil habitantes tem sido, em Lixo, um grande rio, a cidade localizada a 400 km de distância da cidade de Marcelândia. Um distrito improprio de um município, este ano impossível em qualquer seu âmbito político. Em agosto último, o distrito recebeu 2500 habitantes, em 100 km, por cento dos quais provenientes da indústria madeireira. Atualmente, com os serviços essenciais e a qualidade de vida.

A Prefeitura de Vera está em processo de instalação de Marcelândia no estado da BR-163, bem como a elevação

do status político e o ingresso de novos contingentes estão fazendo prever profundas mudanças sociais no novo município, que os colonizadores mantiveram até agora sob seu domínio absoluto. Tanto que a campanha pela Prefeitura se desenvolve com ameaças e ameaças, pela manutenção de um "status quo" não necessariamente benéfico ao futuro dessa fértil região.

Dentro do município, por outro lado, ficam alguns dos maiores latifúndios de Mato Grosso e uma localidade que logo se transformará em distrito, Anafândia.

### Algumas indicações de Osvaldo Sobrinho na Assembleia:

- Nº. 18/83 — Criação de uma Superintendência da Fazenda Estadual em Sinop
- Nº. 21/83 — Facilitando providências para instalação da Delegacia Regional de Ensino em Sinop
- Nº. 56/83 — Criação de uma Faculdade de Férias de Licenciatura Curta em Sinop
- Nº. 257/83 — Criação de colégios agrícolas a nível de 2º grau para Sinop, Alta Floresta, Colíder e Juara
- Nº. 650/83 — Construção de um Centro Educacional na Escola Manoel Soares Campos, em Cláudia
- Nº. 635/83 — Efetivação de cursos de reciclagem e atualização de professores da rede estadual de ensino
- Nº. 853/83 — Que a Cemát assumo o fornecimento de eletricidade em Cláudia
- Nº. 855/83 — Que a Sanemat assumo o fornecimento de água potável em Cláudia
- Nº. 94/85 — Construção de um Centro Educacional com 8 salas em Cláudia, para abrigar inclusive o 2º grau
- Nº. 213/85 — Criação de uma Exatona da Fazenda em Cláudia
- Nº. 217/85 — Instalação de uma unidade operativa da Emater em Cláudia
- Nº. 195/85 — Utilidade pública para a creche São Francisco de Assis, em Sinop

DEPUTADO FEDERAL - PMDB

# OSVALDO SOBRINHO

MATO GROSSO NA CONSTITUENTE

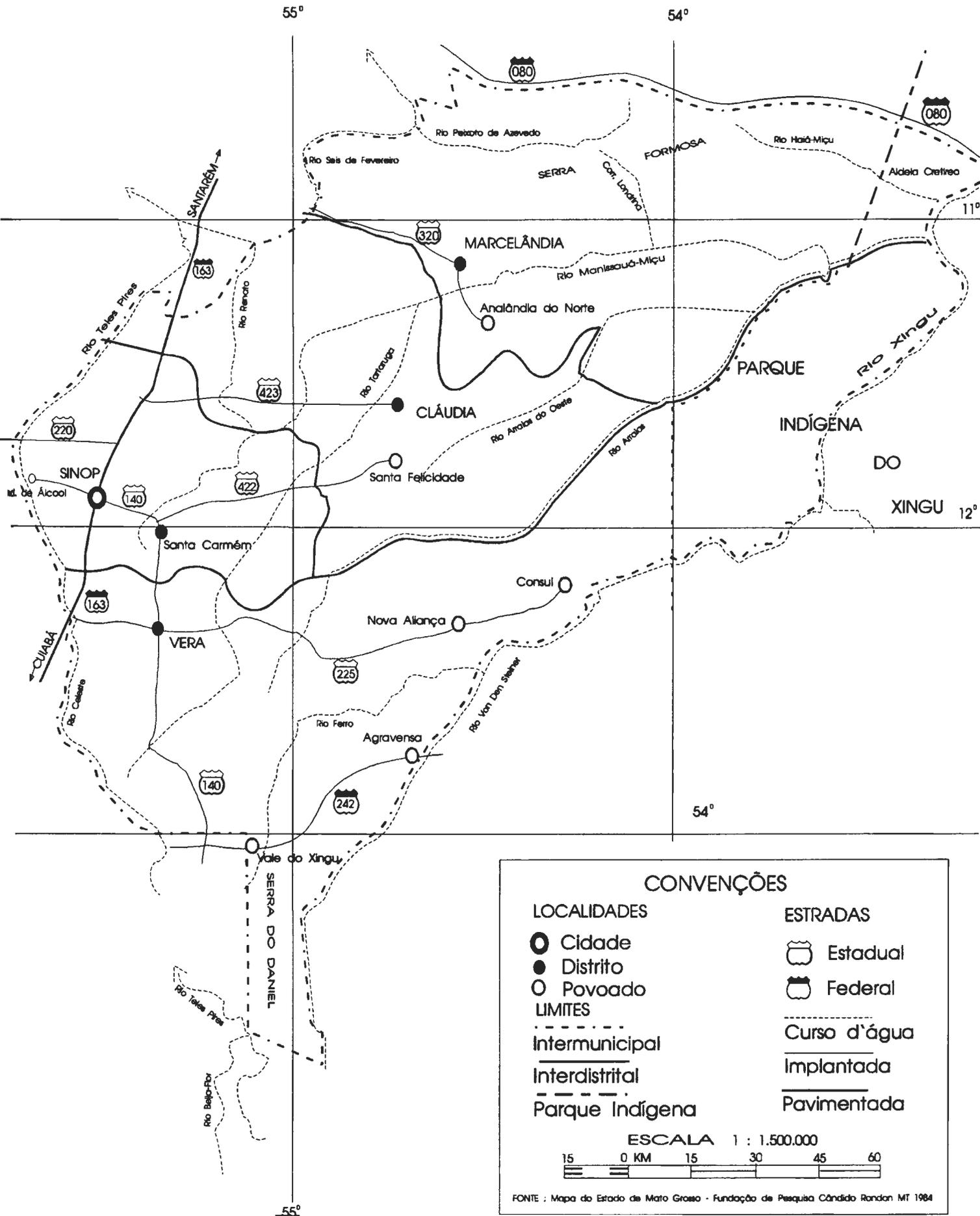


P M D B

Nº 1555

MAPA Nº2

MUNICÍPIO DE SINOP E DISTRITOS DE MARCELÂNDIA , CLÁUDIA , CARMEM E VERA  
1985



## II.1 - AS ORIGENS

Podemos certamente dizer que a história do projeto de colonização da Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná - Sinop - perde-se em brumas de um passado camponês de permanentes lutas contra a exploração do homem pelo homem ao longo dos séculos, trazendo-os, desta feita, como imigrantes europeus que colonizaram o sul do Brasil, na esperança de continuar vivendo da terra e sonhando os mesmos sonhos para seus filhos.

Junto aos descendentes desses imigrantes, havia também grande número de camponeses, autenticamente brasileiros que, através de migrações interestaduais, se localizaram na "área de expulsão" ( oeste do Paraná ) que forneceu o contingente de pequenos agricultores seduzidos pelo projeto de colonização privado da Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná.

Desde 1938 a empresa vinha atuando em vendas de terra para colonização ao noroeste do estado do Paraná. Foi nessa época que Pierre Monbeig situou a identificação da terra como mercadoria, guardada como reserva de valor, loteada e vendida.

No início dos anos 70 a Colonizadora Sinop já tinha um grande acervo de realizações perfeitamente definido e vitorioso no estado do Paraná. A sede da empresa situa-se, até hoje, em Maringá, com escritórios em Cuiabá e na própria cidade que leva seu nome: Sinop.

Como já se viu, a terra produz renda e, se o capital utilizado em sua compra é uma das contradições do capitalismo, a venda da terra dividida em lotes, com uma infra-estrutura já implantada, garante lucro e renda. A venda da terra em etapas é, também, um ótimo negócio, pois, após a venda dos primeiros lotes, aguarda-se a valorização, para vender o restante a preços muito mais elevados, o que possibilita juros de até 1000%.

A expansão do café no noroeste do Paraná, com a total valorização das terras, levou o presidente do grupo Sinop a voltar seus interesses para as terras ao norte do Mato Grosso, localizadas na Amazônia Legal, área beneficiada pelos incentivos fiscais após 1964. A partir de 1970, integrou-se diretamente aos programas da política oficial de "valorização e integração da Amazônia" e, em 1972, foi autorizado pelo Incra a funcionar, iniciando a venda de terras na chamada pré-amazônia matogrossense, município de Chapada dos Guimarães. ( Oliveira:1982 )

Em 1986 o escritório da Colonizadora informava que o núcleo colonial Celeste - posteriormente denominado gleba

Celeste - constava, inicialmente, de aproximadamente 100 mil hectares, expandindo-se, posteriormente, até atingir, por aquisições, cerca de 645 mil hectares.

Em sua dissertação de mestrado, João Mariano de Oliveira nos dá a área da gleba como "*superior a 82.644,63 hectares*" tendo por fonte de informação, um catálogo de propaganda da empresa datado de 1979, constatando-se assim uma divergência em relação aos números fornecidos pela colonizadora em 1986.

A gleba situa-se entre os meridianos 55°W e 56°W e é cortada ao norte pelo paralelo 12 S, sendo limitada ao sul pela rodovia MT-242. Localiza-se no divisor de águas do Rio Teles Pires e do rio Manissauá-Missu. O primeiro pertence à bacia do Tapajós e o segundo à bacia do Xingu. Limitava-se ao norte com Colider, à nordeste com Luciara, à leste com São Félix do Araguaia, à sudeste com Paranatinga, ao sul com Rosário do Oeste, à sudoeste com Nobres e à oeste com Diamantino. é cortada ao meio pela BR-163 Cuiabá-Santarém, sendo ainda servida pelas BR-80, ao norte e pela BR-242, ao sul. Estas duas rodovias ligam a BR-163 Cuiabá-Santarém à BR-158 Barra do Garças-Luciara. (mapa nº 2)

As terras da gleba foram divididas em lotes de diferentes tamanhos, correspondentes à chácaras, sítios e fazendas, por ordem crescente de área e a partir dos núcleos urbanos projetados, com seus respectivos lotes já

As chácaras raramente ultrapassavam a área dos 10 hectares e não cumpriram a função de abastecimento de horti-fruti-granjeiros para os núcleos urbanos como fora planejado, desenvolvendo atividades idênticas àquelas dos lotes rurais: culturas permanentes e de ciclo curto.

As chácaras e os lotes representam unidades territoriais maiores divididas em setores administrativos, cada qual com um centro de convergência ou comunidade, que tem uma função social bem definida, com sua capela, escola, barracão de festas, armazém e um campo de futebol.

As comunidades distam entre si mais de 6 Km, desta forma, aqueles que moram mais longe, percorrem aproximadamente 3 Km para chegar à escola, à venda ou à igreja.

Tanto os lotes rurais como as chácaras, são servidos por uma estrada na frente e, nos fundos, por um curso d'água, nos moldes das áreas de colonização do sul do país.

Segundo o plano de "urbanismo rural" projetado pelo Incra, Sinop estaria enquadrada na denominação de "Rurópolis", por sua importância e pelo papel que vem desempenhando como centro de serviços de todo tipo. Como centros menores, Santa Carmem, Cláudia e Vera se enquadrariam na categoria de "Agrópolis" e os Centros de

Convergência - uma espécie de bairro rural - nos moldes das "Agrovilas". ( Oliveira:1982 )

A estrutura fundiária anteriormente exposta, foi descrita por João Mariano de Oliveira em seu trabalho sobre Sinop. Ao fazer um breve exame dessa estrutura, ele construiu um quadro com base nas informações extraídas de entrevistas realizadas de maio a dezembro de 1981, inferindo, a partir do estudo da frequência acumulada, que a média das propriedades dos colonos entrevistados, situava-se no grupo de área entre os limites de 10 e 30 hectares, correspondendo a 54,54% do total de indivíduos pesquisados; 4,55% encontravam-se abaixo da média e 40,91% acima da média. (Tabela nº 3)

**TABELA Nº 3**

**ESTRUTURA FUNDIARIA DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO SINOP**

**MAIO A DEZEMBRO DE 1981**

GRUPO DE AREA ( Ha )	FREQUENCIA		PERCENTAGEM
	De Classe	Acumulada	%
0 - 10	2	2	4,55
10 - 20	14	16	31,81
20 - 30	10	26	22,73
30 - 40	2	28	4,55
40 - 50	5	33	11,36
50 - 100	3	36	6,82
100 - 150	4	40	9,09
150 - 200	1	41	2,27
200 - 250	0	41	0,00
250 - 500	2	43	4,55
500 e mais	1	44	2,27
<b>TOTAIS</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>100,00</b>

Fonte: João M. Oliveira - 1981

"Por esta tabela, não parece conveniente classificar estas propriedades como pequenas, médias e grandes, pois o módulo rural definido pelo Incra para a Amazônia Matogrossense é de 90 hectares e apenas 18% das propriedades situam-se acima dessa faixa. Em sua quase totalidade ( 95,45% ) compõe-se de pequenos estabelecimentos."  
( Oliveira:1982:93 )

Já em 1986 encontramos alterações na estrutura fundiária, decorrente do andamento do projeto, que modificou quase totalmente o perfil fundiário encontrado e descrito por João Mariano de Oliveira.

## II.2 - OS COLONOS E A OCUPAÇÃO

No Paraná o café vinha causando verdadeiras tragédias por causa das geadas e dos preços no mercado internacional. Também a realidade agrícola do sul do país, fez com que muitos migrassem em busca de novas condições de vida, onde pudessem sobreviver e se reproduzir como agricultores. Sonhavam com a riqueza que o café trouxera a seus antepassados e, assim, buscavam um clima mais ameno e regiões mais amplas, onde pudessem também fugir àquela realidade de decadência à qual se viam destinados e num outro lugar onde pudessem lidar com culturas já conhecidas.

Donos de pequenas e médias propriedades, com dificuldades para viver somente da agricultura, venderam suas terras no sul e rumaram para o novo Eldorado que lhes era oferecido pela intensa e bem direcionada propaganda ( em rádios, jornais e TVs locais do sul do país ) e que se apoiava no discurso oficial veiculado pela mídia.

Os trabalhos que marcaram o período inicial na gleba, definindo a extensão da área adquirida, foram realizados por um contingente de cerca de 400 homens que, após vadearem o Rio Verde, montaram um acampamento onde viriam a passar vários meses dentro da selva, enfrentando

temperaturas de até 42° centígrados e perigosas doenças tropicais.

Desmatar uma terra inteiramente virgem, era trabalho árduo, lento e, na maior parte das vezes, muito perigoso. O isolamento geográfico e as condições climáticas da região - seis meses de estiagem total após chuvas intensas - contrastavam com o rápido aumento da população e a intensa atividade rural e comercial de uma gente cuja resistência e fortaleza se haviam forjado a partir de antigas migrações, suas e de seus antepassados e cuja última parada nessa rude e nunca desesperançada caminhada havia sido no sul do Brasil, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

O primeiro núcleo, foi a cidade Vera, instalada a 27 de julho de 1972. O padre João, que rezou a primeira missa em Sinop, também nos fala de Vera:

"Na Vera, em 72, havia muita gente, verdadeira multidão de pequenos agricultores, plantadores de arroz, feijão e milho. Muitos voltaram ou então foram mais para o norte, pois o plantio não deu."

A cidade Vera foi o verdadeiro ponto de apoio para a conquista definitiva da área comprada. Ergueram-se ainda as cidades de Santa Carmem ( 15/09/74 ) e Cláudia ( 1978 );

em 14 de setembro de 1974, foi inaugurada a cidade Sinop ( um dia antes de Santa Carmem ) contando com a presença de um representante do Presidente da República.

O privilegiamento dessa cidade deve-se ao deslocamento do eixo da estrada projetada para ligar Cuiabá a Santarém. A BR-163 não passaria mais por Vera, como havia sido projetada inicialmente e sim por outra área da gleba. Nesse local fundaram Sinop, pois a colonizadora necessitava de um núcleo às margens da rodovia.

O projeto Celeste, cuja implantação iniciou-se em 1972, sofreu em relação ao setor agrícola, algumas dificuldades adicionais quando comparado com outros na mesma região da Amazônia Matogrossense. Assentado o projeto em região de matas, os colonos supunham - como fora no sul - a implantação, pelo menos inicialmente, de agricultura rotineira, isto é, derrubada de matas, queima, plantio e culturas anuais de "lavouras brancas" mescladas com culturas permanentes ( café e pimenta do reino ).

Após dois anos de atividades, verificou-se a impossibilidade de cultivar aquele solo ácido, de baixa produtividade, sendo preciso corrigi-lo pela adubação. Para tal foi necessário mecanizar as lavouras, sem o que não seria possível produzir arroz, feijão e milho. Este fator veio onerar e complicar a situação da maioria dos agricultores, sem condições financeiras para enfrentá-lo. A mecanização e

a adubação foi iniciada três anos após a chegada, através de financiamento do Banco do Brasil.

Como única opção, os colonos mantinham grandes esperanças nas safras dos cafezais que estavam sendo formados em larga escala e que poderiam concorrer para recuperar econômica e financeiramente esses agricultores, a essa altura, já exauridos. Em vão fizeram-se algumas experiências com o café tipo "robusta" e "arábica". Além disso, seu custo de produção era altíssimo, pois ia de caminhão para ser comercializado no Paraná, perdendo, por isso, na concorrência com o produto do sul e sudeste.

Dos 101 primeiros colonos a comprar terra em Sinop, segundo listagem fornecida pela própria colonizadora, 67,33% eram do Paraná; 16,83% de São Paulo; 10,89% de Santa Catarina; 2,97% do Rio Grande do Sul; 0,99% do Mato Grosso do Sul e 0,99% do Espírito Santo. (Tabela nº 4 e Mapa nº 2)

## TABELA Nº 4

RELAÇÃO DOS 101 PRIMEIROS COLONOS A COMPRAR TERRA DA  
 COLONIZADORA - LISTA ENVIADA PELA PRÓPRIA COLONIZADORA

Nº	*NOME	* ORIGEM	* AREA	* ORIGEM
*		* CIDADE/ESTADO	* Ha	* ÉTNICA
1	Abel Francisco da Silva	Altonia/PR	60,50	Brasileira
2	Abel Junkes Mattei	Vere/PR	121,00	Alema
3	Abilio A. Santos	Rolândia/PR	60,50	Brasileira
4	Abilio Galego	São Jorge/PR	60,50	Brasileira
5	Anísio J. Souza	Oroeste/SP	60,50	Brasileira
6	Adalábio Iser	Mal.C.Rondon/PR	121,00	Alema
7	Adão Camini	Cascavel/PR	121,00	Itália
8	Adão Caos Costa	Itararé/PR	60,50	Brasileira
9	Adão Ferreira Assis	Marialva/PR	60,50	Brasileira
10	Basiliano Carmo de Jesus	Francisco Alves/PR	96,80	Brasileira
11	Belarmino A. Santana	Tangará/SC	60,50	Brasileira
12	Belmiro Ribeiro	Guairaça/PR	121,00	Brasileira
13	Benedito A. Benfati	Iporá/PR	60,50	Itália
14	Benedito Bernardes Oliveira	Terra Rica/PR	111,32	Brasileira
15	Dalci Pedro Alcantara	Santa Helena/PR	60,50	Brasileira
16	Daniel Anselmo	Iporá/PR	198,40	Brasileira
17	Danilo Balduino Weigert	Medianeira/PR	60,50	Alema
18	Dante Regatieri	Tupi Paulista/SP	84,70	Itália

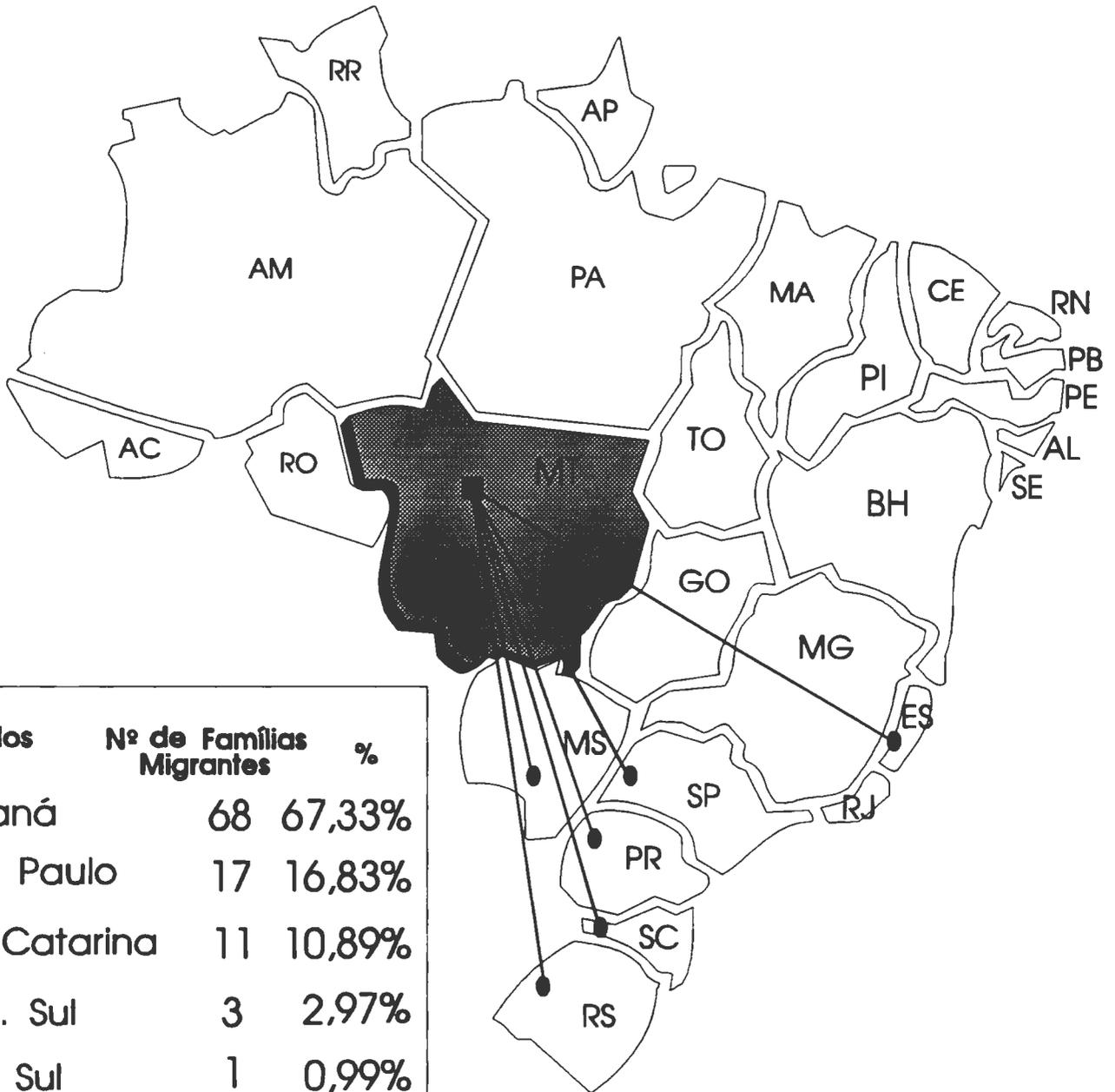
19 Edeval Della Bella	Cruz Oeste/PR	121,00 Itália
20 Ediciel Zanoni	Tupi Paulista/SP	121,00 Itália
21 Edilson Bueno dos Santos	Sto.A.Platina/PR	72,00 Brasileira
22 Edir Macedo	Teodoro Sampaio/SP	84,70 Brasileira
23 Fabiano Blausius Rohoon	Graciosa/PR	72,00 Alemã
24 Faustino Rogo	Dois Vizinhos/PR	60,50 Itália
25 Faustino Hernandez Sanches	Rolândia/PR	121,00 Espanhol
26 Ilídio Moreno	Mariluz/PR	121,00 Espanhol
27 Ilson José Redivo	Quitandinha/PR	242,00 Espanhol
28 Jaci Firmiano Silveira	Iguaraçu/PR	60,50 Brasileira
29 Jacir Gallas	Putinga/RS	121,00 Brasileira
30 Jaime Bertolino Reumer	Ituporangá/SC	60,50 Alemã
31 Jaime Damian Preve	Timbe Sul/SC	60,50 Itália
32 Jaime Jesus de São José	Rolândia/PR	60,50 Portugal
33 Jaime José Rigon	Nova Prata/RS	60,50 Itália
34 Jaime Leonardelli	Guaira/PR	121,00 Itália
35 Jaime Teixeira da Silva	Iporã/PR	60,50 Brasileira
36 Lucas Fermin	Cianorte/PR	60,50 Itália
37 Luciano Benti	Maria Helena/PR	121,00 Itália
38 Lúcio Maracário	Mandaguari/PR	121,00 Itália
39 Luigi Bertazzon	Videira/SC	60,50 Itália
40 Luigi Depaoli	Goi-ere/PR	121,00 Itália
41 Luis Alberto Tardivo	Monte Castelo/SP	60,50 Itália
42 Luiz A. G. Andrade	Pres.Prudente/SP	121,00 Brasileira
43 Luiz Antonio Marson	Tupi Paulista/SP	79,80 Brasileira
44 Luiz Avelar	Xambé/PR	60,50 Brasileira
45 Manoel Paulino dos Santos	Tapira/PR	60,50 Brasileira
46 Manoel Pereira da Silva	Nova Esperança/PR	60,50 Brasileira

47	Manoel Raimundo dos Santos	Campo Grande/MS	60,50	Brasileira
48	Maria José de Andrade	Mirante/SP	121,00	Brasileira
49	Maria Luiza Favareto	Iporã/PR	60,50	Itália
50	Maria Solma Pinto	Toledo/PR	121,00	Brasileira
51	Nelson Aparecido Bordin	São Jorge/PR	60,50	Itália
52	Nelson Cadari	Altonia/PR	90,70	Itália
53	Nelson Ciscoto	S.C. Ivai/PR	121,00	Itália
54	Osmar Jordan	Palotina/PR	242,00	Itália
55	Osmar Junk	Mirador/PR	60,50	Itália
56	Osmar Peres Aussek	Londrina/PR	161,40	Itália
57	Paulino Yamashita	S. J. Barra/SP	60,50	Japones
58	Paulo Faganello	Bandeirantes/PR	242,00	Itália
59	Paulo Gralov	Guaraciaba/SC	60,50	Alemã
60	Paulo Icisaka	Florida Pta/SP	121,00	Japones
61	Paulo Klock	Mal.C. Rondon/PR	169,00	Alemã
62	Raja S. Mousfi	Colorado/PR	169,00	Libanês
63	Reinaldo Pelozzi	Maringá/PR	121,00	Itália
64	Reinaldo Sartorello	Guararapes/SP	121,00	Itália
65	Ricardo Marcon	Mondaí/SC	121,00	Itália
66	Sebasião A. Ferreira	Duartina/SP	60,50	Brasileira
67	Tetsuo Shiguemoto	Pacaembu/SP	72,00	Japones
68	Theodor Schwarz	Maringá/PR	121,00	Austria
69	Theodoro Peczek	Mandaguaçu/PR	96,00	Alemã
70	Ulibaldo V. Gobbo	Taquai/SP	60,50	Espanhol
71	Ulrich E. Grabert	Rolândia/PR	60,50	Alemã
72	Valdemar Quinelato	Nova Olimpia/PR	314,60	Itália
73	Valdir Boni	Alto Paraná/PR	121,00	Itália
74	Valdir Tafarel	Erexim/RS	60,50	Itália

75	Valdomiro R. Gomes	S.J. Ivai/PR	60,50 Brasileira
76	Valdomiro Tomazella	Itambe/PR	121,00 Itália
77	Valdomiro Vicentin	Maria Helena/PR	60,50 Itália
78	Valentin J. Betoni	Umuarama/PR	121,00 Itália
79	Valentin Vandresen	Blumenau/SC	108,90 Alemã
80	Valter Vicentini	São Paulo/SP	96,80 Itália
81	Vandeci M. S. Nascimento	Foz Iguaçú/PR	60,50 Brasileira
82	Vanderlei de Freitas	Guairaça/PR	121,00 Brasileira
83	Vaniro Carlos Ferreira	Moreira Sales/PR	60,50 Brasileira
84	Vantuil Brenide	Cach.Itapemirim/ES	84,70 Brasileira
85	Venute Canellato	Nova Olimpia/PR	363,00 Itália
86	Vergílio Monarim	Maringá/PR	60,50 Itália
87	Vergílio Zancani	Uniflor/PR	72,60 Itália
88	Vilmar Brand	Cianorte/PR	60,50 Alemã
89	Vilson Paloschi	S. J. Cedro/SC	60,50 Itália
90	Vitor Dolla	Rio Negrinho/SC	242,00 Itália
91	Waldemar Lopes Gonsalves	Americana/SP	60,50 Brasileira
92	Walter de Mello	Maringá/PR	90,75 Brasileira
93	Werner Sie Frierlle Saloman	Mal.C. Rondon/PR	145,00 Alemã
94	Willy F. Meier	Maringá/PR	242,00 Alemã
95	Willybaldo Wolfart	Itapirangá/SC	72,00 Alemã
96	Wilmar Luiz Feuser	Palotina/PR	96,80 Alemã
97	Wilson Hidell	Trombudo Central/SC	60,50 Alemã
98	Yaou Kosayashi	Guaicara/SC	197,20 Japonês
99	Yemiko Kosay Takasse	S. J. Avai/PR	242,00 Japonês
100	Yckio Sanada	Terra Rica/PR	726,00 Japonês
101	Yoshio Kato	Paranavaí/PR	726,00 Japonês

## Mapa nº3

# SINOP: Área de origem das migrações



Estados	Nº de Famílias Migrantes	%
Paraná	68	67,33%
São Paulo	17	16,83%
Sta Catarina	11	10,89%
R.G. Sul	3	2,97%
M.T. Sul	1	0,99%
Espírito Santo	1	0,99%

Década de 70

Fonte: Colonizadora Sinop

Do total geral desses migrantes, 38 famílias eram de origem italiana e 33 famílias de origem brasileira propriamente ditas. Dos italianos, 26 eram do Paraná; 5 de São Paulo; 5 de Santa Catarina; 2 do Rio Grande do Sul. Dos brasileiros, 22 eram do Paraná; 7 de São Paulo e apenas uma família dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, respectivamente. Fomos informados que grande parte destes compradores não chegou a vir para Sinop. Presumimos que alguns estavam especulando com a terra, apenas realizando "um bom negócio", enquanto outros desistiram da idéia a partir de informações recebidas.

Sinop não foi só um projeto de colonização; foi também campo de experiência de outros projetos agrícolas desenvolvimentistas.

Tendo já o Brasil sido o maior produtor de borracha natural do mundo, hoje depende da importação de 80% dessa matéria-prima. Para suprir tal deficiência, o governo criou um programa - o PROBOR - que deveria trazer novamente a auto-suficiência do país em borracha natural. Houve o PROBOR I, II e III e o estado de Mato Grosso foi escolhido como região prioritária - juntamente com São Paulo - por possuírem o meio-ambiente mais adequado ao plantio da seringueira.

Em 1975, a Emater destacou um técnico agrícola para implantar o PROBOR em Sinop. Este técnico veio para

trabalhar com os possíveis seringueiros extrativistas na produção de mudas e racionalização do plantio, sem dar, entretanto, assistência técnica ou fazer extensão rural. Ficou até 1979, pois a Colonizadora não se interessava por borracha. Alguns membros da diretoria da empresa insistiram no plantio da seringueira e do guaraná - árvores nativas da região - mas o presidente do grupo foi contra, pois, na realidade, o que contava era a venda de terras e não a realização do discurso ideológico que trouxera - e ainda deveria trazer - os agricultores em dificuldades no sul, principalmente no Paraná, com os problemas surgidos na cultura cafeeira.

O fato de não se implementar em Sinop o plantio da seringueira fez com que, em Mato Grosso, o Projeto de Colonização da INCOL - pertencente à família Briant - e que deu origem ao município de São José do Rio Claro, transformasse sua área na principal zona de plantio da seringueira em Mato Grosso. Este projeto adaptou-se às exigências do PROBOR com grande sucesso, surgindo daí uma outra cidade que chamaram BRIANORTE.

Ao encaixar-se nas estratégias geopolíticas dos governos militares, a colonizadora visava apenas a venda de terras e, mais tarde, o favorecimento dos incentivos fiscais. Posteriormente, em contradição com aquela política governamental, recusou-se a trabalhar com o PROBOR, que também lhe era oferecido e que teria evitado as grandes perdas que sofreram os agricultores de Sinop

Com o fracasso do café e as dificuldades com as culturas anuais de ciclo curto, os agricultores ficaram praticamente sete anos "sem" produção e a cooperativa "sem" faturamento.

A situação tornou-se insustentável, com a malária também fazendo muitas vítimas; os colonos, desapontados e empobrecidos com o fracasso do café e as tentativas com as "lavouras brancas" feitas posteriormente, começaram a voltar para o sul ( outros migraram para Rondônia ).

O "colono retornado" produz efeito duplamente importante: esvazia o projeto com sua saída e com as informações que veicula no sul, onde outros agricultores, propensos a migrar, desistem da idéia. O outro fator, politicamente expressivo, é o desvendamento da realidade, despida de seu invólucro ideológico. Atualmente, os agricultores em grandes dificuldades financeiras no sul, não querem mais ser "pioneiros" na Amazônia. Exigem terra e condições de sobrevivência como camponeses ali mesmo, no sul. Foi assim que se incrementaram as grandes lutas por terras no sul do Brasil.

Foi preciso criar algo novo para salvar o projeto, pois, segundo informação do Dr Newton Ribeiro Lima - Eng Agrônomo, ex-diretor da Cooperativa - 12% de abandono já configurava o fracasso nesse tipo de empreendimento. E ainda havia muita terra para vender.

Nesse período, modificações no mercado internacional interferiram na política econômica do país.

A síndrome do choque do petróleo em 1973 levou o Presidente - Gal Geisel - a lançar o Programa Nacional do Alcool - PRO-ALCOOL - cujo esquema visava substituir os derivados de petróleo por fontes alternativas de energia vinculadas à agricultura. É nesse contexto sócio-econômico que surge a proposta da usina de álcool de mandioca. Tendo por suporte os incentivos fiscais que beneficiavam aquela área, o diretor-presidente do grupo Sinop, postulou junto ao governo federal os recursos necessários à construção de tal usina no "*Portal da Amazônia*", como Sinop era qualificada pelos autores do projeto de colonização.

Era a grande oportunidade para se vender o restante da terra, com a formação de minifúndios que plantassem mandioca.

A estratégia geopolítica para a região, requeria recursos energéticos próprios para a "*ocupação da Amazônia*". Os derivados de petróleo vinham da Paulínea (Campinas, SP) distante milhares de quilômetros do interior amazônico, inviabilizando qualquer projeto de vulto.

O discurso empresarial, baseado nessa estratégia, dirigia-se tanto às instituições governamentais, como aos pequenos e médios agricultores do sul do país. Apontava a

usina como empreendimento de excelente viabilidade econômica, além de ser um mercado certo para esses agricultores que, no momento, estavam criando grande tensão sobre a terra, em razão das inúmeras dificuldades que atravessavam. Essas dificuldades eram agravadas pela concentração fundiária e pelo remembramento de terras, acompanhado de mecanização, nas áreas que passavam a se dedicar à agricultura para exportação.

Esse discurso enfatizava a excepcional finalidade social do projeto. A mandioca, cultura de pequena propriedade, assentaria o camponês, ao invés de expulsá-lo do campo, atuando assim de forma contrária à cana-de-açúcar, que vinha gerando grandes excedentes populacionais nas cidades. A cultura da mandioca tinha mercado garantido na usina e esta, matéria-prima farta e de fácil cultivo.

A partir dessas e de outras argumentações, iniciou-se a maior operação de montagem industrial já realizada no estado de Mato Grosso. Surgiu desse esforço, construída por técnicos de várias procedências, a SAQ - Sinop Agroquímica - hoje a maior destilaria do mundo a produzir álcool carburante do amido da mandioca assim como de outros amiláceos. No início das operações, muitos agricultores sentiram-se encorajados a plantar, pois, com 1 tonelada de mandioca, se processavam 180 litros de álcool, contra 70 litros produzidos por 1 tonelada de cana-de-açúcar.

Após treze anos de existência, os técnicos que assessoravam o projeto - agora ligado ao Pró-Alcool pela construção da destilaria - equacionaram, de certa forma, as dificuldades fundamentais no setor de produção.

Equacionar um problema nem sempre significa resolvê-lo e, como previa o Comité de Produção Agrícola, muitos fracassaram, perdendo tudo; outros, assustados com as dificuldades, abandonaram o projeto, retornando a seus locais de origem. Os que vieram e voltaram, bem como aqueles que perderam tudo o que tinham, venderam suas terras e os minifúndios não se formaram, transformando-se, posteriormente, por remembramento, em grandes propriedades. Informação colhida em 1986 dá conta de que toda a melhor terra agricultável do projeto está dividida praticamente entre cerca de oito grandes fazendeiros, plantadores de soja e arroz.

Na tentativa de resolver o problema, no que concernia à articulação da produção com o financiamento do Banco do Brasil, o Comité de Produção Agrícola - CPA - realizou uma análise em agosto de 1982, encaminhando-a ao Banco do Brasil.

Esta análise detalhada, detectou que nos dois últimos anos (80/82), houve grande expansão da área de terras beneficiadas, significativo aumento na produtividade e na produção, especialmente de arroz. Entretanto,

comparativamente, a quantidade e a diversificação são ainda pequenas em relação às potencialidades do projeto e insuficientes para atender os programas estabelecidos.

Podemos dizer que os agricultores, para conseguir o relativo aumento da produção e produtividade mencionados anteriormente, foram submetidos a tal esforço que se tornaram incompetentes para enfrentar as dificuldades atuais. Em consequência, poderiam perdurar e agravar-se três aspectos fundamentais:

- Deterioramento da economia agrícola;
- Insuficiência de área de plantio e produção;
- Níveis deficientes de produtividade.

Segundo o ponto de vista do CPA, as dificuldades básicas eram:

- A) Deficiência do sistema viário;
- B) Dificuldades normativas do sistema de Crédito Rural.

A deficiência no sistema viário verificava-se tanto em relação ao eixo principal - a BR-163 - como nas estradas internas, no período chuvoso. Com referência à BR-163, os aspectos negativos referiam-se ao encarecimento dos fretes de insumos e produtos em tempo normal, sumamente agravados de novembro a maio pela impossibilidade de tráfego de

caminhões acima de 10 toneladas. Verificava-se o grau de encarecimento comparando-se os preços de frete entre Cuiabá-Sinop ( 500 Km ) com Cuiabá-São Paulo ( 1.800 Km ), distância 3,6 vezes maior. Para o primeiro trecho o preço era de Cr\$ 5,00/Kg e no segundo trecho, o preço era de Cr\$ 7,00/Kg, apenas 1,4 vezes maior.

Obviamente, a distância dos principais centros em relação a Sinop, era o principal fator do aumento do custo de produção e da diminuição na remuneração do produto, pois se pagava 15% a mais na compra do insumo e perdia-se 30% na venda do produto. O grande drama, entretanto, para os produtores e para o sistema como um todo era o tráfego nas estradas internas no período de novembro a maio. Além dos enormes e lamentáveis prejuízos impostos aos colonos, avultavam os prejuízos financeiros, fossem pelo encarecimento dos fretes, como pelas constantes perdas de produtos.

Quanto ao sistema de Crédito Rural, não era segredo para ninguém que nesta região, mais do que em outras, o Crédito Rural é o verdadeiro combustível que alimenta o desenvolvimento direto da agricultura, como indireto de outros setores.

Entre os aspectos normativos que mereciam análise pela ordem de influência, estavam os seguintes: classificação dos produtores, natureza dos recursos

(programas), nível de alçada de deferimento, pendências justificáveis e baixo nível de V.B.C. para lavouras de mandioca. ( VBC - Valor Básico de Custeio )

A classificação dos produtores em mini, médios ou grandes produtores é correta na medida em que distingue quem mais precisa de recursos daqueles que possuem mais recursos. Entretanto, este procedimento não obedecia à lei da lógica e do bom senso ao tentar classificar pela suposição "do que vai ser" uma vez que, estimar por uma suposta renda o que o agricultor poderá obter no futuro, o seu poder de recursos disponíveis, parecia duplamente falso. Incorreu-se, inicialmente, em erros aritméticos, pois supos-se que, dentro de um período de 1 ano para o arroz e 2 anos para a mandioca, o agricultor teria determinado rendimento bruto, o que, na realidade, valeria muito menos devido à inflação. Em seguida, incorreu-se em erro cronológico, pois concedeu-se 70% ou 50% ( médio ou grande ) para determinado agricultor, supondo-se que tivesse 30% ou 50% do valor em recursos próprios, os quais, na verdade ele ainda não dispunha, uma vez que não havia faturado este valor.

Além do mais, pressupor uma determinada produção agrícola e conseqüente renda, é tão incerto como loteria, pois a atividade agrícola é desenvolvida ao sabor das intempéries e sofre influência de tantos fatores, que é praticamente impossível procurar garantir-se determinado nível de produção.

Pareceu-nos muito mais lógico e conveniente que fosse considerada como base, a renda usufruída no último ano agrícola, o que não ocorreu.

Outro equívoco foi considerar-se o valor da renda bruta, quando a aferição seria muito mais precisa e equitativa, se tomasse como base a renda líquida que caracteriza melhor o valor dos recursos efetivamente disponíveis, além de dar igual tratamento ao produtor desta ou daquela lavoura, tendo em vista que nem sempre a lavoura que gera a maior renda bruta é a que promove maior renda líquida.

Com relação à natureza dos recursos o projeto carecia de expansão de área cultivada, pois somente para o programa da mandioca, fazendo a rotação com o arroz, precisaria envolver 60 mil hectares de cultivo. Isto implicava em abertura e estruturação de centenas de novas propriedades. As necessidades mínimas para esta fase em propriedades pequenas e médias eram: derrubadas, moto-serras, destocas progressivas, casa de moradia, abastecimento d'água, correção do solo e depósito.

O programa especial de crédito utilizado era o Pró-Alcool, o qual, a partir daquele ano, não mais contemplava todos aqueles itens. Apenas derrubadas, destoca e calcáreo eram na época financiados pelo Pró-Alcool, a juros de 35% ao ano. Pelo menos quatro desvantagens eram nitidamente observadas com esta utilização:

- Limitava-se a estrutura básica da propriedade, principalmente em relação à moradia, que era essencial para estimular a residência do agricultor no próprio lote.

- Limitava-se o uso da terra, impondo-se o cultivo de mandioca, quando o ideal seria a ocupação racional e equilibrada, estimulando-se o plantio de parte da área em culturas permanentes ( guaraná por exemplo ), partes com arroz e mandioca em rotação e partes menores para desenvolvimento de pequenas lavouras de milho, feijão, etc..., para subsistência.

- Encareciam-se os investimentos com a conseqüente diminuição na capacidade de pagamento, em razão dos juros mais elevados que de outros programas especiais mais adequados às regiões de fronteira agrícola do norte e nordeste, como era o caso do PROTERRA.

- Obrigava-se tomadores de financiamento de pequenos valores a gastos adicionais, com projetos razoavelmente complexos, trabalhosos, morosos e perfeitamente dispensáveis.

Em síntese, o Pró-Alcool, dentro das normas que vigoravam, estava limitando o plantio de mandioca e impedindo um desenvolvimento mais harmônico do setor agrícola da gleba Celeste, em razão de seus condicionamentos.

Já quanto ao nível de alçada, a consequência mais negativa era a demora no deferimento dos financiamentos solicitados, causada pela necessidade de análise da Superintendência de Projetos cujos serviços e/ou aquisições propostos, eram de pequena monta.

A fórmula mais eficiente de se condicionar a liberação de novos empréstimos ao pagamento de débitos vencidos seria reprogramar os prazos de vencimento, permitindo acesso a novos créditos capazes de promover a recuperação dentro de prazos razoáveis, posto que a comunidade agrícola da Gleba Celeste, ainda não conseguira absorver totalmente os efeitos negativos provocados por vários anos de seguidos insucessos, bem como era cliente tradicional da agência, com garantias reais em favor do Banco.

Também tornava-se necessário revisar o critério referente ao Valor Básico de Custeio (VBC) para cultura, tentando uma similaridade com os critérios estabelecidos para a cana-de-açúcar, tendo em vista a mesma finalidade, que era a produção de álcool.

Acreditamos que o Crédito Rural, não era tudo e outros fatores muito importantes deveriam ser considerados. Nessa conjuntura, entretanto, ele foi, certamente, o que teve maior peso. Através dele, poder-se-iam condicionar programas agrícolas adequados, melhoria de condições de

vida, aumento da produtividade e, especialmente no caso de Sinop, consolidar um projeto potencialmente muito forte e importante como o Projeto Celeste.

As dificuldades apresentadas não impediram, de forma absoluta, o acesso do produtor ao crédito. Estavam, isto sim, causando embaraços que prejudicavam, de uma forma ou de outra, a velocidade e o aprimoramento do desenvolvimento do setor, prejuízos estes que se refletiriam em futuro próximo, em outros setores, como é o caso especial do plantio de mandioca em relação à Destilaria de Alcool da Sinop Agroquímica S/A, também financiada pelo Banco do Brasil.

Na realidade, pouquíssimos agricultores ainda plantavam mandioca para fornecer à SAQ - Sinop Agroquímica.

A produção de mandioca passou então a ser tarefa quase exclusiva de peões, contratados pela empresa. Esta produção, entretanto, era irrisória em relação às necessidades da grande e moderna usina montada pela colonizadora.

O técnico da unidade da Emater local, a partir de sua experiência com o pequeno produtor e visando um aumento de produtividade que pudesse melhorar a dramática situação financeira de maior parte dos colonos, fez um levantamento da situação em 1985, apontando, no final, os maiores problemas existentes

Esta avaliação, concluiu que as propriedades rurais existentes no município, apresentavam áreas variando entre 20 e 100 hectares na sua maioria, sendo exploradas com mecanização e, em menor percentagem, com lavoura de toco. Os principais produtos explorados eram: arroz, mandioca, seringueira, soja, café e guaraná, olericultura em maior escala e milho, feijão e frutíferas em menor escala. Destacavam-se as culturas de arroz que vinham sendo utilizadas nas aberturas de áreas, em rotação com a cultura de mandioca que também apresentara boa produtividade ( em média 1.500 Kg/Ha ). A cultura de mandioca sofreu considerável incremento no início da década de 80 ( 3.000 hectares em 1980 para 12.000 hectares em 1984 ) sendo que já começava a apresentar decréscimo na safra 85/86 em virtude dos poucos incentivos dados pelo Pró-Alcool na região e os preços pagos pela Destilaria Sinop Agroquímica S/A.

A seringueira ganhava boa expansão em área e já apresentava alguns seringais em produção, com produtividade média em torno de 200 Kg de CVP/Ha. A cultura da soja com implantação na safra de 83/84, apresentava boa produtividade. A olericultura ia adquirindo importância, tendo em vista a carência de produtos, na região. O cultivo do milho e do feijão, não vinham sendo feitos de forma expressiva, tendo em vista a fertilidade natural dos solos da região, que necessitavam de aplicação de boa tecnologia ( mecanização e correção do solo ). A tecnologia utilizada era um misto de tradicional e moderna, característica dos pequenos e médios produtores na região.

A pecuária na região estava representada por rebanhos de corte, pertencente quase na sua totalidade a grandes produtores dispersos em todo o município e rebanho leiteiro situado em pequenas propriedades, próximas às áreas urbanas. Estimou-se o rebanho bovino em torno de 47.106 mil cabeças e a avicultura com 88 mil cabeças.

Inúmeros problemas foram apontados pois ainda afetavam o desenvolvimento do município tais como:

- Descapitalização dos produtores pelas frustrações dos primeiros projetos ( lavoura branca em área não destocada e o cultivo do café );

- Juros elevados para financiamento da lavoura;
- Mão-de-obra carente e onerosa para o setor agrícola, devida à absorção quase total pelas indústrias madeireiras;

- Concentração das chuvas a um determinado período do ano, tornando precárias as condições das estradas vicinais, dificultando o transporte, principalmente para o escoamento da produção;

- Longo período de seca, interferindo no comportamento e desenvolvimento, sobretudo das pastagens e culturas perenes;

- Dificuldades na aquisição de insumos, uma vez que a oferta se concentrava na sede do município.

- Uso de tecnologias impróprias, pois oriundas de outras regiões, consequência da carência de pesquisa;

- Comercialização de cereais feita, basicamente, a preços mínimos, diminuindo a receita da propriedade.

No caso da cultura da mandioca, os critérios de reajuste de preços da matéria-prima submetido às normas do Pró-Alcool, foram pouco adaptados à cultura da mandioca, dificultando ainda mais o projeto que visava a produção total da usina a partir desta cultura.

Atualmente, o colono que produz arroz, ou o seca em máquina alugada, vendendo-o para a cooperativa ou para o CPF ( Companhia de Financiamento da Produção ). A cooperativa deposita na Cibrazem, que armazena o produto. Quem faz a descarga na Cibrazem, é a Associação dos Saqueiros, trabalhadores autônomos. O arroz é classificado pelo INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária. Finalizando o processo, a produção é paga pelo Banco do Brasil, que nem sempre foi um bom pagador. Na safra de 86, os colonos receberam pelo arroz entregue à Cibrazem, apenas uma parte em dinheiro, mais cinco promissórias. Havia famílias com razoáveis quantias a receber, sem ter dinheiro sequer para comprar remédios ou fazer face a qualquer imprevisto.

Cabe aqui voltar a lembrar que os produtores eram classificados pela renda e não por hectare de propriedade, em pequenos, médios ou grandes (conforme a tabela nº 5).

T A B E L A N O 5

Pequeno e mini produtor	de	1 a	600 MVR
Médio produtor	de	601 a	3.000 MVR
Grande produtor	acima	de	3.000 MVR
( MVR = Maior Valor de Referência )			
Fonte: Relatório Agrônomo EMATER			

Cabe lembrar também que um produtor novo, era sempre classificado pelo Banco do Brasil pela projeção da renda que deveria ter.

No período da primeira parte da pesquisa de campo (1986), a Cooperativa já não cobrava mais 1% na revenda das terras e oferecia secagem de arroz em Sinop, Carmem e Cláudia, bem como também comprava os cereais produzidos.

A produção agrícola atual de Sinop, pela ordem de importância é: arroz, soja, milho, feijão e sorgo, havendo também culturas perenes como guaraná, seringueira e até café, com irrigação por gotejamento.

A mecanização foi introduzida para adubação e correção do solo. Criou grandes problemas em virtude do pequeno tamanho das propriedades, que não conseguiram, em sua maior parte, suportar o ônus dos financiamentos.

Assim, ao analisarmos o projeto de colonização da Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná, podemos perceber, nitidamente, a subordinação/apropriação da renda da terra do pequeno e médio produtor de tipo camponês ao capital. Isto se deu tanto na comercialização da produção pela cooperativa, como no financiamento das máquinas - algumas vezes até desnecessárias - e na estratégia da usina, que, inicialmente, serviu como incentivo à venda do restante dos lotes, tentando, posteriormente, extrair também uma renda da agricultura, através do fornecimento da mandioca como matéria-prima.

Aqueles que sobreviveram e se encontram hoje em boa situação, foram os mais capitalizados e capacitados desde o início, em condições de se integrarem às relações de produção capitalistas aí implantadas.

### II.3 - A USINA

No decorrer do processo de colonização, a usina surgiu como um sub-projeto, a despeito de seu porte.

Para a Colonizadora, foi a tábua de salvação que permitiu a venda do restante da terra ( a cidade Cláudia foi idealizada a partir de 78/79 ), além dos benefícios que trouxe, criados pelo Pró-Alcool.

A capacidade plena da usina é de 150 mil litros de álcool/dia e para essa produção, necessita, diariamente, 833,3 toneladas de mandioca. Visto que um hectare nos fornece em média 12 toneladas, seriam necessários 69,44 hectares/dia, para que a usina funcionasse a plena capacidade (ou cerca de 40.000 Ha plantados com mandioca).

Esse grande empreendimento, cujos custos foram estimados oficialmente em US\$ 40 milhões, foi aprovado pelas instituições que concedem os incentivos fiscais sem ter sequer um projeto agrícola para a mandioca, que forneceria a matéria-prima para a usina. O mesmo pode ser dito para o Banco do Brasil, tão rigoroso e exigente na análise de pequenos projetos agrícolas que demandavam modestos financiamentos.

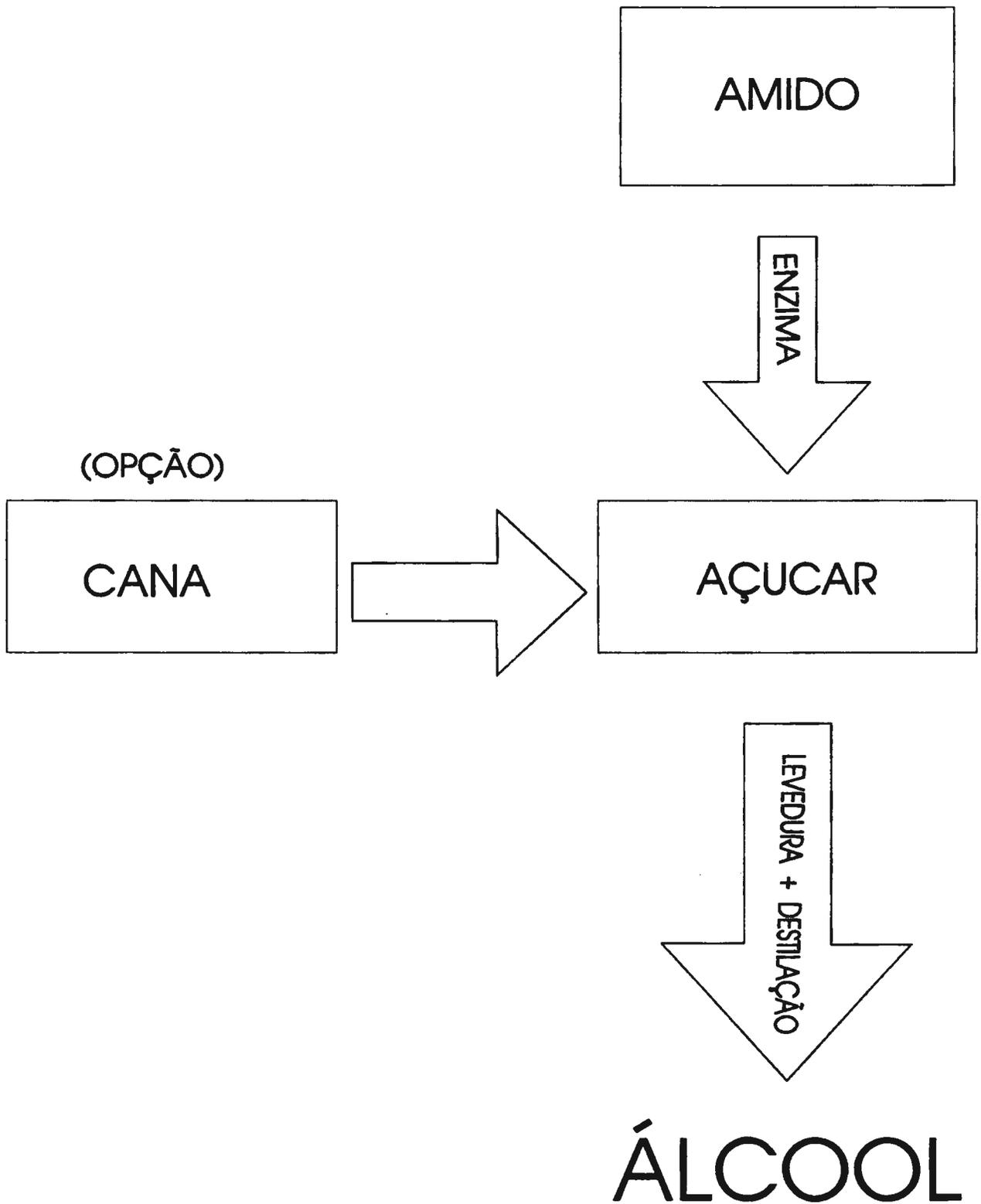
Segundo a empresa, a SUDAM colaborou no empreendimento com um investimento de Cr\$ 195.567.077,00; o Banco do Brasil e o Pró-Alcool com Cr\$ 242.243.897,00 e apenas Cr\$ 65.189.026,00 foram de recursos próprios.

"Em plena Amazônia Matogrossense, às margens da BR-163, o lavrador planta mandioca que pode consumir dentro de seus hábitos alimentares e conseguir recursos financeiros, com rentabilidade muitas vezes superior a outras culturas no Brasil meridional, que exigem equipamentos sofisticados e grandes extensões territoriais." ( A um passo da Amazônia:1979: in Oliveira,1982:122/123 )

Este discurso, veiculado tanto para pequenos agricultores compradores de terra como para órgãos governamentais fornecedores dos incentivos fiscais, foi um dos discursos ideológicos mais bem articulados dessa época, pois logrou camuflar a triste realidade para os agricultores, bem como justificar a estratégia da expansão do capital em sua ocupação efetiva da Amazônia.

A construção da usina adequou-se, portanto, às necessidades da Colonizadora, que ingressou no processo de articulação da agricultura com a indústria, podendo assim oferecer, ao comprador da terra, uma garantia para sua produção, além de, para si, o ingresso de grandes quantias sob a forma de incentivos fiscais.

# ESQUEMA DO FUNCIONAMENTO DA USINA



Por este esquema, podemos ver que a usina também serve para processar a cana-de-açúcar.

Dados comparativos entre a mandioca e a cana-de-açúcar, nos mostram que 1 tonelada de mandioca produz 180 l de álcool, enquanto 1 tonelada de cana-de-açúcar produz apenas 70 l de álcool. Um caminhão carrega o dobro da quantidade de mandioca do que com cana-de-açúcar.

Por outro lado, a cana-de-açúcar produz, por hectare, muito mais do que a mandioca e se transforma diretamente em açúcar, sem necessidade da enzima que é importada da Alemanha, onerando demais o processo.

### II.3.1 - Processos Técnicos da Usina

O funcionamento da usina começa no pátio e, pode-se dizer, conclui-se quando o álcool produzido chega aos tanques de armazenamento.

As fases pelas quais passa a matéria prima, até esta finalização, compoem-se de: lavagem, moagem e diluição da mandioca (no pátio), cozimento, hidrólise e sacarificação, pré-fermentação, fermentação e destilação com retificação.

#### 1 - Lavagem, Moagem e Diluição

A mandioca é carregada para a SAQ em caminhões dos colonos ou da própria empresa e é pesada em uma balança industrial na usina. Após a descarga, o caminhão é pesado novamente para aferir-se a quantidade entrada. De toda a carga que entra no pátio, tira-se uma amostra, para se saber o teor de amido. A descarga no pátio é automatizada; o caminhão basculante descarrega direto numa esteira metálica chamada "talística". O caminhão não basculante, descarrega através de um trator.

É ainda no pátio que se inicia o processo de preparo da massa, dividido em três etapas: lavagem, moagem e diluição. Esta última fase, é necessária porque a mandioca quando chega do campo tem um teor médio de amido por volta de 30% e no processo industrial a concentração ideal é por volta de 15%.

Após a dosagem de água, esta solução cai dentro de um tanque que contém pás internas que servem para homogeneizar a solução. Deste tanque é bombeada para os tanques intermediários, dos quais é enviada, através de bombas, para a outra etapa do processo industrial.

## **2 - Cozimento, Hidrólise e Sacarificação**

A finalidade do cozimento, é abrir os grânulos de amido para facilitar o contato com as enzimas que vão quebrar a cadeia de amido. Também serve para elevar a temperatura de massa à temperatura ideal para a hidrólise e sacarificação.

Na hidrólise, já se tendo a solução ( mosto ) no PH desejado, faz-se a adição da enzima Termomyl com o auxílio de bombas. Esta enzima localiza-se dentro de câmaras frigoríficas.

Na sacarificação, o mosto hidrolizado é enviado a um tanque para resfriamento e bombeado para um reator, onde é feita a correção do PH com ácido clorídrico. Está pronto para receber a enzima glucoamilose, dando-se início à fase de sacarificação. Após a adição da enzima, o produto é sacarificado em 4 reatores em série, sendo o período de retenção nestes reatores de aproximadamente uma hora.

O mosto sacarificado sofre um resfriamento para 30°C e, posteriormente, é bombeado, continuamente, para a área de fermentação.

### 3 - Pré-fermentação e Fermentação

É chamado de Pré-fermentação o processo onde se dá a multiplicação de leveduras ( fermento ).

A fermentação é feita em grandes tanques chamados "dornas" de fermentação. Para se obter um bom rendimento na fermentação, é necessária a mais absoluta assepsia. Após a dorna estar preparada, isto é, absolutamente desinfetada, joga-se o fermento com alta concentração de células e, em cima dele, vai sendo jogada a solução açucarada, juntamente com uma solução de uréia que servirá de fonte de nitrogênio para as leveduras. Nessas condições - temperatura de 30°C a 32°C - as leveduras começam a trabalhar, transformando o

açúcar em álcool. Enquanto existir açúcar dentro da dorna, as leveduras trabalharão, transformando o açúcar em álcool.

#### 4 - Destilação e Retificação

A destilação separa o álcool da solução açucarada da qual foi fermentado. A retificação separa o álcool bruto da solução fermentada, isto é, retira o vinhoto, que será usado como adubo orgânico, deixando o álcool bruto de 35% a 50% e o restante água e impurezas. Este álcool bruto é enviado para a coluna de retificação ( purificação ) que o separa da água e das impurezas. Com o álcool pronto, a água é jogada fora e as impurezas são concentradas e vendidas como o chamado "óleo fusil".

O álcool é resfriado seguindo para os tanques de estocagem, finalizando-se aí o processo de produção.

### II.3.2 - As Relações de Trabalho

A sofisticação da maquinária e da tecnologia usadas pela SAQ, emprega, na maioria dos setores, trabalhadores altamente especializados. Somente aqueles que trabalham nas operações do pátio são sazonais e em geral contratados sem garantias trabalhistas.

Na produção propriamente dita, tem-se como trabalhadores o encarregado da produção, o operador de painel, o operador industrial e o auxiliar de operação.

Os trabalhadores qualificados, têm garantia de emprego mesmo quando a usina interrompe a produção, pois são trabalhadores especializados ( mesmo que em nível baixo ) difíceis de serem substituídos na região. Foram recrutados através de anúncios em grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em ocasiões que a usina interrompe o funcionamento, eles são enviados para fazer cursos de especialização em Piracicaba - SP, por conta da Copersucar. O setor de manutenção também é pago "full time", pois tem grande significado na estrutura geral da usina, dada a localização geográfica do município, muito afastado dos grandes centros tecnológicos. Possui um Engenheiro Encarregado-Chefe da Manutenção; um Engenheiro Eletricista e

um Engenheiro Mecânico, contando com aproximadamente 46 funcionários, distribuídos em diferentes funções: mecânicos, lubrificadores, soldadores, ferramenteiros, encanador industrial ( cuida das tubulações ) "afiador de faca" ( faca automática especial para picar lenha ), eletricitas, instrumentadores, torneiros, ajudantes e faxineiros.

No total a usina emprega de forma permanente pouco mais de 50 trabalhadores, em função do elevado nível tecnológico.

### **II.3.3 - A USINA VISTA POR DENTRO**

Uma avaliação sobre a usina, sua tecnologia, seu porte e capacidade de produção diária, é feita considerando a visão de diferentes setores da população de Sinop, além dos documentos disponíveis. Nas entrevistas, surgiu um dado considerado importante, dada a frequência com que aparece: o papel da firma Becker. Pudemos verificar como é contraditório esse papel nos diferentes relatos. A tentativa de aprofundar essa questão junto a funcionários da empresa Sinop, esbarrou sempre em reticências e negativas.

Em primeiro lugar, algumas entrevistas destacam as grandes controvérsias e visões diferentes, com referência à participação da firma Becker.

O primeiro entrevistado afirmou:

"A usina de Curvelo (experiência da Petrobrás em Minas Gerais) era em sistema descontínuo, por isso não teve sucesso. A Becker alemã, dominava há um século a tecnologia da transformação do amido em glicose. Possuíam a tecnologia do álcool de amiláceos e um sistema contínuo de hidrólise e sacarificação, exclusivo da Becker (do grupo Sinop).

(...) A Becker consultoria, mais técnicos brasileiros, adaptaram o projeto-mãe às condições brasileiras. (...) A Becker queria, com o 'know how' que tinha, fazer em Sinop um modelo (protótipo) para vender.

(...) Do projeto simples, evoluíram e encareceram. A Becker não se preocupou com o retorno financeiro. O Sr. Enio não percebeu.

(...) Não havia necessidade de tanta tecnologia. A Becker alemã faliu e foi absorvida pelo grupo Sinop. A Becker possuía 40%." (entrevistado nº 1)

Um outro entrevistado contradiz o primeiro:

"A SAQ foi criada exclusivamente para pegar os benefícios do Pró-Alcool. Também achavam que, com a implantação da Destilaria, os colonos que compraram terras viessem logo. (...) O Sr. Enio Pipino, junto com sua esposa D. Nilza de Oliveira Pipino, para facilitar a administração da implantação da usina, criou, junto com um ou dois alemães, a firma Becker consultoria. (...) Falam que os assessores disseram que uma usina de 60 mil litros/dia era inviável economicamente e como os recursos do Pró-Alcool estavam à disposição, por que não construir uma de 150 mil litros/dia? Ninguém pensava na produção, só no porte da usina. Não mediram a quantidade de mandioca, lenha, etc... que seriam necessárias. Erro do empresário por estar mal assessorado e do Banco do Brasil, por ter aprovado um projeto tão grande sem um plano agrícola da mandioca; quem sabe, erro da cúpula, que lá em Brasília desgoverna este país.

(...) O projeto da Becker consultoria era particular, mas os recursos vieram do Pró-Alcool, através do Banco do Brasil e do FINAM através do BASA. O grupo Sinop entrou só com as terras.

(...) Também existe dinheiro do Bamerindus, Bradesco, BNDS.

(...) A usina é totalmente particular. 89% da Colonizadora e 11% dos acionistas." (entrevistado

Entretanto um dos diretores da Colonizadora responsabiliza a inflação e a especulação financeira pelo fracasso da produção do álcool da mandioca, pois, segundo ele, os pequenos proprietários preferiram especular com o dinheiro da venda de suas terras no sul, ao invés de se engajarem no projeto da Colonizadora. Este diretor expressou-se da seguinte forma:

"(...) 90% da SAQ pertencem ao Grupo Sinop. São sete sócios dos quais os majoritários são o Sr. Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. (...) A usina foi reprogramada para funcionar com 10% de produção própria e o restante de pequeno produtor que viria pela Colonizadora. Em 77, em função da inflação e da especulação financeira, deixaram de vir para Mato Grosso e de investir em terras. Então a empresa começou a plantar seu próprio mandiocal e a buscar matéria-prima fora da gleba, em Colider. (...) Acho que ele devia plantar cana-de-açúcar; pode fazer isso em menos de 25% das terras que tem; mas ele insiste na mandioca. Pra mim é só idealismo dele." (entrevistado nº 3)

Um outro entrevistado, coloca a culpa da capacidade ociosa da usina, na Becker e no presidente da empresa, que visava exclusivamente os financiamentos da SUDAM e do Pró-Alcool.

"Se o Geisel queria um milhão de litros por mês, seriam 50 mil litros por dia. 150 mil foi dimensionado pela Becker, no interesse deles de vender tecnologia. O Sr. Enio é quem decide e ele também tem interesse na grande usina, por causa do financiamento do Pró-Alcool e da SUDAM. (...) O pior erro da SAQ é não ter diretoria de nível. É preciso colocar 'caras' de peso, com responsabilidade para decidir. O Sr. Enio coloca 'peões' e ele fica mandando em tudo. A SAQ não tem administração, não tem gerenciamento. (...) Os pequenos agricultores engajados no plantio da mandioca para a usina, não tiveram condições de se manter e foram vendendo. A usina foi o seu fracasso." (entrevistado nº 4)

No meio deste debate contraditório sobre a usina, um representante da igreja, afirma através de um discurso ideológico de "salvação do pequeno agricultor", mostrando o leque de ações da colonizadora em diferentes frentes de atuação:

"A usina surgiu como uma solução para os problemas do pequeno agricultor. Foi idéia do Padre Antônio, da Vera. Então, o Sr. Enio mandou sete toneladas para a Alemanha para fazer experiência." (entrevistado nº 5)

Ainda sobre a atuação da Becker, um outro entrevistado procura mostrar a seriedade do projeto:

"O Sr. Enio mandou amostras de amido e farinha para a Alemanha, para teste de sacarificação e fermentação. Um grupo alemão - Geler/Becker - veio pesquisar o projeto industrial e a parte agrícola." (entrevistado nº 6)

Além do anterior um outro entrevistado nega que o vulto do empreendimento fosse a busca de dinheiro fácil:

"O Sr. Enio pensou em fazer uma usina modelo para depois vender este modelo. Não houve pressão da firma Becker para a grande usina. Queriam uma com capacidade de 25 mil litros/dia. Foi o próprio Sr. Enio que quis o grande projeto. (...) Mas não se sustenta que o projeto de 150 mil litros/dia, era para trazer mais dinheiro para ser jogado noutras partes do grupo. O Sr. Enio fazia disputa com os outros colonizadores e nisso envolveu-se emocionalmente, perdendo os caminhos da lógica e da racionalidade." (entrevistado nº 7)

Em decorrência das múltiplas e divergentes informações, tanto sobre a posição da Beker quanto sobre o volume de produção da usina, pode-se verificar que ainda que

houvesse seriedade com relação ao projeto, a realidade demonstrou que os estudos foram poucos e não há dúvidas que praticamente o estado bancou o projeto.

#### II.3.4 - A USINA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Pelo cronograma industrial a SAQ deveria ficar pronta em 1980, o que não aconteceu. A falta de sincronização da parte agrícola com a parte industrial causou grandes prejuízos aos agricultores, que não puderam vender sua safra como o acertado com a usina. O diretor-presidente do grupo recusou-se a ressarcí-los do prejuízo, gerando grande insatisfação entre todos que, por isso, desistiram dessa cultura, buscando, desde então, outras alternativas.

Além disso, houve o problema dos agricultores que não vieram ocupar suas terras e dos que abandonaram o projeto em consequência do fracasso das lavouras anteriores.

Os idealizadores da SAQ partiram do princípio de que, na época ( 1976 ), já havia 2.800 cooperados na Cooperativa, porém, esqueceram-se que à gleba Celeste só haviam chegado cerca de 200 famílias. Esperavam que o projeto da usina estimulasse a vinda desses colonos, o que não aconteceu.

Pela quantidade de lotes ocupados na época, a usina ideal deveria ter a capacidade de 60 mil litros/dia.

Os motivos do aumento da capacidade para 150 mil litros são desconhecidos da maioria das pessoas e diferentes argumentos são veiculados por grupos de pessoas de posições divergentes e com interesses contraditórios, como a pesquisa de campo constatou.

De toda a controvérsia a respeito da necessidade de construção daquela usina, o elemento que parece óbvio, foi o raciocínio do lucro.

Dadas as facilidades com que a ideologia desenvolvimentista da época recobria a doação de dinheiro público para o empreendimento alcoleiro, a empresa colonizadora privada, em crise, lançou mão de incentivos não fiscalizados, técnicos que não desempenhavam as funções enunciadas e propaganda comercial, para aumentar suas margens de lucro.

Mais uma vez, se confirma a idéia generalizada entre os críticos das políticas públicas desenvolvimentistas do país, de que a propaganda de seus fins sociais, servem como mascaramento de transferências maciças do setor público para os capitalistas.

## II.4 - A COOPERATIVA

A Cooperativa Mista Celeste - COMICEL - fundada em junho de 1972, foi o "carro chefe" da Colonizadora Sinop, bem como a perspectiva de apoio que daria às lavouras de café que os colonos pretendiam plantar em Mato Grosso. Pertencer a uma cooperativa, atraía os agricultores, que pagaram, compulsoriamente, 1% do valor da terra comprada, pelo direito e pela segurança de serem cooperados.

A cooperativa prometia ao futuro cooperado, segurança e apoio na nova terra; forneceria sementes, mudas adequadas, defensivos agrícolas, fertilizantes e, sobretudo, compraria a produção. Assim a cooperativa sempre funcionou como uma estratégia na venda de terras.

Para dirigir a COMICEL, o diretor-presidente do grupo Sinop, contratou um agrônomo do IAC de Campinas. Este profissional não levou em consideração que os solos dos chapadões centrais do Brasil não são adequados à cultura cafeeira. É provável que também ignorasse que "lavouras brancas" não vingariam naquele solo com tão alto teor de acidez, como a pesquisa verificou posteriormente.

Apesar de ter conseguido recursos do IBC para plantar café, o programa foi desativado em 1978, tendo-se perdido no empreendimento 500 mil mudas. Outro fracasso que lhe pode ser atribuído, foi o projeto inicial da mandioca que programou o plantio de 2.400 hectares de maniva que deveriam ser distribuídas aos agricultores. Essa mandioca veio de diferentes estados ( MG, BA, MT, SP ) e eram de variedades também diferentes, muitas delas doentes e infectadas. Tanto misturaram as variedades sadias e doentes, que o resultado tornou-se quase que totalmente inadequado para o plantio.

Muito poucos agricultores tinham tradição na cultura da mandioca, podendo escolher apenas as mudas sadias, alcançando assim, algum sucesso. A maioria, entretanto, praticamente desconhecia totalmente essa cultura. Sem alternativa, pois o Banco do Brasil financiava o agricultor dando o dinheiro para a cooperativa, que, por sua vez, financiava para ele, eram obrigados a receber qualquer das mudas que lhes ofereciam.

Mesmo nessas condições de subordinação do colono, a cooperativa não tinha receita para cumprir com as obrigações mínimas de fornecer sementes, mudas adequadas, defensivos agrícolas e fertilizantes, bem como processar e comercializar a produção. Para atender a essas necessidades, retinha até 3% do valor da produção e quando precisava construir um armazém, fazia um rateio entre os cooperados.

Entre 72 e 79, com o fracasso do café e das "lavouras brancas", não houve produção e os agricultores, sem renda, esgotaram seus últimos recursos. Nessa ocasião, a cooperativa tomou empréstimos em seu próprio nome, distribuindo-os entre os que se encontravam em maiores dificuldades, fazendo, posteriormente, um acerto de contas entre os colonos. Esse procedimento visava amparar a produção e salvar o projeto, que já havia atingido quase 12% de abandono, limite extremo admitido como suportável para um projeto de colonização privado.

Muitos pagaram indevidamente para que outros sobrevivessem e sempre tiveram grandes dificuldades para compreender a prestação de contas dessa alquimia. Entretanto, foi esse procedimento que conseguiu estancar parcialmente o processo de abandono dos colonos do projeto.

## II.5 - A MADEIRA

### II.5.1 - O Problema da Madeira na Ocupação da Terra

Cortar madeira para transformá-la em dinheiro, tem sido um vício na ocupação da terra e, no Brasil, as florestas foram sendo totalmente devastadas do sul para o norte e de leste para oeste.

Esta tarefa, de verdadeiros "cupins", tem sido executada por grupos que se consideram modelo de desenvolvimento e cultura, superiores aos caboclos e mestiços do restante do país, apenas pelo fato de descenderem de brancos e louros europeus. Os caboclos, entretanto, desmatam apenas para cultivar a terra, como os índios, que sempre sobreviveram sem destruir a natureza.

Se o projeto de colonização da Sinop pretendia vender terras para agricultores em dificuldades no sul do país, muitos dos que adquiriram terras, já vieram com a intenção de abrir madeireiras que, de início, proliferaram com a derrubada inicial da mata para construção de casas, sendo a madeira aproveitada na própria gleba.

Grande parte da madeira retirada, era de alta qualidade - as chamadas "madeiras de lei". São também espécies perenes, que levam muitos anos para atingir novamente um tamanho comerciável, ecologicamente ideal. Nesse tipo de mata, as árvores são de porte muito alto e raiz curta, sustentando-se, praticamente, por suas copas. As castanheiras, espécie nativa da região, à despeito da proibição legal, são derrubadas para aproveitamento da madeira.

A legislação prevê que para cada metro cúbico derrubado, devem ser plantadas quatro árvores, o que jamais foi cumprido. A reposição florestal é paga em dinheiro ao IBDF que, teoricamente, deveria usá-lo na conservação e manutenção dos Parques Nacionais, administrados por este órgão.

#### II.5.2 - O IBDF e o Desmatamento

Até 1986 o IBDF não possuía uma política específica para a Amazônia, sendo sua tarefa generalizada proteger a flora e a fauna do país.

As maiores dificuldades apontadas pelo chefe do Posto em Sinop, referiram-se ao controle da caça e à fiscalização das queimadas, principalmente dos grandes

projetos agropecuários que sequer permitiam a entrada em suas propriedades de técnicos do órgão local. Os ricos fazendeiros financiados pela SUDAM, praticamente queimavam as matas com todas as valiosas madeiras aí contidas. Quando necessitavam de madeira, compravam nas madeireiras.

Para desmatar, o IBDF exige o título definitivo do INCRA, que, por sua vez, só o concede se o desmatamento já tiver sido feito. O código florestal é de 1965 e precisa ser reestruturado, segundo informação do encarregado do posto.

A arrecadação do IBDF é grande, por causa do número de madeireiras. Somente de "guias", vendem-se, em Sinop, 2 mil por dia. Paga-se também "autorização para desmatamento *propriamente dito*". Neste item está incluída autorização para a retirada da madeira, que não é desmatamento, mas, tão somente a "puxada" dos troncos pelos "toreiros". Apesar da diferença de situação, tudo é pago como desmatamento.

Em 1986 o encarregado do posto nos informou que se aguardava para breve uma mudança nessas normas. Deveria ser criada uma autorização própria para "retirada de madeira", bem como deveria ser adotado um "plano de exploração ou corte".

Poucos dias após esta informação, saiu a Lei 7.511 de 07/07/86 que dizia:

"O artigo 19 da Lei 4.771 de 15/09/65, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 19 - Visando a rendimentos permanentes e à preservação de espécies nativas, os proprietários de florestas explorarão a madeira somente através do manejo sustentado, efetuando a reposição florestal, sucessivamente, com espécies típicas da região.

Parágrafo 1º - É permitido ao proprietário a reposição com espécies exóticas nas florestas já implantadas com essas espécies.

Mas, na prática, nada mudou.

### II.5.3 - O IBDF e a SAQ

A SAQ consome 500 m<sup>3</sup> de material lenhoso para alimentar suas caldeiras em 24 horas e para isso compra de lavradores e madeireiras, apesar de ainda possuir 26 mil hectares de terras próprias. Pela compra desse material lenhoso, o IBDF quer que a usina pague "reposição florestal". A SAQ alega que os lavradores queimam áreas e lhes vendem os resíduos. Aliás, há até anúncios na rádio

local veiculando seguidamente o preço que a usina pagava pela tonelada desses resíduos, mandando buscá-los através de seus próprios caminhões.

Segundo instruções normativas do IBGE ( 001/80 ), "toda pessoa física ou jurídica que aproveite e industrialize matéria-prima ou resíduos da floresta, deve pagar reposição florestal".

Entretanto, para um dos diretores da usina, "o IBDF muda de atuação com as mudanças de chefia; consideram a SAQ 'cliente' pois dela lhe vem muita renda; não estão preocupados com a preservação ecológica".

Para o trânsito de caminhões carregando madeira, o IBDF exigia uma "guia florestal" que requeria um prévio cadastramento e um PIFI - Plano Integrado Florestal Industrial - que a SAQ se recusava a fazer, pois sua direção tinha grande influência política nos governos militares, o que lhe permitia "ignorar" as regras do IBDF.

Em 1984 a fiscalização do IBDF parou vários caminhões na entrada da usina. A multa calculada era de cerca de 700 mil cruzados, mas a dívida total era muito maior. A direção da usina conseguiu liberar os caminhões pagando apenas 18 mil cruzados e comprometendo-se a apresentar o PIFI, o que fizeram em fins de 1984, mas nunca deram andamento ao projeto. Em setembro de 1985, um delegado

do IBDF, com influência política na Nova República, lacrou e multou a SAQ em 760 mil cruzados, parcelando o restante das multas.

Como o inquérito é administrativo, não cabe recurso à justiça e, na área administrativa, a briga "esquenta" ou "esfria" segundo as forças políticas em jogo. Em 1986, o processo estava "parado" em Brasília.

O atual responsável pelo posto do IBDF não multa nem fiscaliza a usina, deixando este procedimento por conta do órgão em Cuiabá. Aliás ele é partidário da SAQ, pois além desta ser grande fonte geradora de empregos e de desenvolvimento para o município, fornece energia grátis para a cidade.

#### II.5.4 - As Madeireiras

Algumas madeireiras são apenas serrarias, trabalhando com peças grandes para assoalhos, vigamentos de construção e tábuas para móveis. Outras são também laminadoras; estas formam uma indústria complementar, vendendo para as fábricas de compensados.

A mão-de-obra mais importante utilizada nas madeireiras é o "torneiro", que trabalha na máquina de laminação. É considerado o empregado mais qualificado, pois seu trabalho é especializado. As mulheres só trabalham nas laminadoras, mas seu trabalho é considerado "leve". O "toreiro" - puxa as toras serradas da floresta e as transporta em caminhão para as madeireiras; pode ser autônomo, dono de seu próprio caminhão, ou empregado da madeireira.

Um madeireiro entrevistado demonstrou grande preocupação com o problema do reflorestamento - ao contrário da maioria. Numa avaliação realista, nos informou que em Sinop se desmata uma média de 100 m<sup>3</sup>/dia. Isto são 2.000 m<sup>3</sup> por mês. Prevendo a grande devastação, esse madeireiro e seu grupo, comprou 1.700 mil alqueires na cidade Vera para uso futuro através de "manejo sustentado". Ele nos informou que considera o reflorestamento correto, mas se o IBDF prefere o dinheiro, para ele, no momento, é melhor. "Reflorestar é o certo, mas é trabalhoso" afirmou ele.

A partir de 1983 as madeireiras começaram a proliferar rapidamente, pois antes não se conhecia o valor das madeiras locais. Os grandes projetos agropecuários derrubavam as matas com correntes de navio, puxadas por possantes tratores. Derrubavam, esperavam um ano para secar e depois punham fogo.

Atualmente o procedimento é diferente. O madeireiro "paga" a árvore duas vezes: primeiro ao dono da terra e outra vez ao IBDF. Até 1984 buscava-se madeira a 15 ou 20 Km da cidade. Já em 86 está sendo comprada a cerca de 100 Km de distância. *"Estão caminhando em direção ao Pará, de onde outras madeireiras vêm também caminhando na direção contrária"*.

Durante muito tempo nenhum engenheiro florestal quiz assumir as dificuldades criadas pela Associação dos Madeireiros do Interior de Mato Grosso - AMIM ( presidente: José Carlos Haas; vice-presidente: Elvino Gebauer ); por esta razão o posto do IBDF ficou vago. O atual titular aceitou o desafio e passou a atuar conseguindo uma *"coexistência pacífica"* com a AMIM. Segundo ele, *"procura usar o bom senso e a intuição"*, na relação com os madeireiros.

É bom registrar que nem mesmo o IBDF conhece a situação real do município, pois é praticamente impossível cumprir corretamente sua atribuição de fiscalizar as 340 madeireiras locais. Segundo opinião do encarregado do posto, não é o madeireiro quem destrói, mas o fazendeiro que desmata para plantar o pasto, enfim, as empresas agropecuárias. Em nosso entender, essa explicação pode ser em parte verdadeira, pois os fazendeiros desmatam também porque têm para quem vender as madeiras. Aliás as madeireiras sempre se mostraram implacáveis com a natureza e, por onde passaram, deixaram um rastro de devastação na terra

Sinop não tem se mostrado diferente das outras regiões ocupadas na Amazônia em relação ao problema do desmatamento, feito sem planejamento ou reposição, ignorando ostensivamente a lei, pois as madeireiras são a grande força econômica da região.

Orlando Valverde descreve, de forma ímpar, a Devastação da Floresta Amazônica em artigo na Revista Brasileira de Geografia ( volume 52 nº 3 ). Neste artigo ele nos fala da fúria devastadora das empresas exploradoras de madeira na Amazônia. Quando a SUDAM publicou uma contribuição para o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento - o II PND sugeria uma política para a conquista do mercado mundial de madeiras - já funcionavam naquela região três grandes madeireiras multinacionais: A Georgia Pacific ( EUA ), a Toyomenka ( japonesa ) e a Brumasa, subsidiária da firma holandesa Bruynzeel. ( Valverde, RGB; vol 52, nº 3 pg 18 ).

As madeiras saem pelo porto de Belém, atualmente o maior exportador de madeiras do Brasil. O maior comprador é o Japão, através do ITTO - Internacional Tropical Timber Organization. Este grupo chegou a propor ao governo do Acre fazer o asfaltamento por sua própria conta da rodovia Rio Branco-Cruzeiro do Sul e completá-la até Pucallpa, no Peru. Dali o acesso ao mercado do Japão seria muito mais curto e barato. ( Valverde, RGB; vol 52, nº 3 ).

Para o Pacífico certamente irão as madeiras de todo o sudoeste da Amazônia e para o Brasil, virá, provavelmente, a cocaína, pois a ITTO já concluiu, com os governos do Peru e do Equador, acordos para construir estradas asfaltadas de Lima até Pucallpa e de Guayaquil até os campos de petróleo do vale Napo, prolongando-se até a fronteira brasileira em Boqueirão da Esperança e Tabatinga, respectivamente. Então o Brasil ficará com uma via de acesso muito fácil ao narcotráfico, pois a oeste de Pucallpa há uma importante região produtora de coca, no vale do Uallaga, sob o controle dos traficantes.

Valverde, em seu artigo, mostra os problemas para se chegar a área total desmatada na Amazônia:

"Os governos do último regime ditatorial no Brasil sempre procuraram ocultar os dados sobre a devastação da selva da Amazônia. (...) O Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, informou, em sua edição de 29/01/80 que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE - avaliara a devastação em 7.700.000 hectares, o que correspondia apenas a 1,551% da superfície da Amazônia Legal.

"Esta expressão - Amazônia Legal - significa, no Brasil, a área de jurisdição de órgão regional de planejamento e foi criada pela Lei nº 1.808 de

01/01/1946. (...) Tal delimitação deixa para a Amazônia Legal a vasta superfície de 4.906.784,4 Km<sup>2</sup> de campos naturais, revestidos principalmente de cerrados." (Valverde, RGB; vol 52, nº 3 pg 18)

"Um técnico do Banco Mundial, chegou a avaliar, recentemente, o desmatamento total naquela região em 598.921 Km<sup>2</sup>, área equivalente a 12% da Amazônia Legal. Não sabemos em que se baseou para fazer tal declaração. Isto obrigou o governo brasileiro a mandar o INPE apurar a verdade e publicá-la." (Dennis Mahar; Inpe: in Valverde, RGB vol 52 nº 3 pg 18 )

O INPE informa que a área desmatada equivale a 5,12% da superfície da Amazônia Legal, que é de 4.906.784,4 Km<sup>2</sup> e acrescenta que observara também mais 92.556 Km<sup>2</sup> de terras com desmatamentos antigos.

Valverde entretanto formula uma avaliação que lhe pareceu mais séria da devastação da floresta amazônica no Brasil, utilizando os próprios dados do INPE.

Embora sem dispor de imagens de satélite nem de aparelhagem sofisticada, o geógrafo Lúcio de Castro Soares, baseado em fotografias aéreas trimetrogon e sobrevôos apoiados na Carta do Brasil ao milionésimo, pôde traçar os limites meridionais e orientais da hiléia, há mais de 35

anos e daí, calcular a área por ela coberta no Brasil, chegando a um resultado da ordem de 4.150.000 Km<sup>2</sup>. Por muito impreciso que isso nos pareça hoje, esse dado está, sem dúvida alguma, muito mais próximo da realidade que o da área da "Amazônia Legal" forjada no Congresso por políticos latifundiários sequiosos de sugar dinheiro à custa do povo brasileiro.

Tomando como referência a área da hiléia calculada por Soares, a porcentagem dela totalmente devastada, em tempos recentes, seria de:

$$\begin{array}{r} 251.429 \times 100 \\ \hline 4.150.000 \end{array} = 6,058\%$$

A devastação antiga precisa, entretanto, ser também somada. Assim teríamos:

$$251.429 + 92.556 = 343.985 \text{ Km}^2$$

A porcentagem da hiléia brasileira efetivamente desmatada é, portanto, maior do que a oficialmente divulgada, ou seja:

$$\begin{array}{r} 343.985 \times 100 \\ \hline 4.150.000 \end{array} = 8,288\%$$

"(...) A razão para existir tanto pasto em abandono na Amazônia é porque as grandes clareiras foram abertas para garantir aos latifundiários e grileiros, a posse da terra e afastar possíveis invasões de posseiros, que dependem das cinzas da floresta para fertilizar os seus roçados.

A vegetação secundária que cresce nos pastos ociosos, dá uma reflectância diferente da dos pastos nas imagens de satélite. Esse fato induziu Malingreau e Tcker, técnicos da NASA, a criarem uma categoria na classificação das terras, chamada área perturbada, diferente de "área desmatada".

Infelizmente, o referido trabalho cobriu somente os estados de Acre, Rondônia e Mato Grosso. (...) Em Mato Grosso e Rondônia, a área perturbada é praticamente igual ao triplo da área devastada. No Acre chega a ser superior ao quádruplo dessa última.

Extrapolar para o restante da Amazônia esta relação três por um, talvez seja um exagero, já que no Amazonas ( o maior estado do Brasil ), ela não deve atingir tal valor. Nestas circunstâncias, parece mais acertado extrapolar, para toda a região, a razão de dois por um. Então, teremos atualmente, para o conjunto da Amazônia brasileira, processos de degradação já iniciados numa área total de:

$$343.985 + 2 \times 343.985 = 1.031.955 \text{ Km}^2,$$

correspondentes às seguintes porcentagens:

$$\frac{1.031.955 \times 100}{4.150.000} = 24,866\%$$

isto é, aproximadamente, um quarto da superfície da hiléia brasileira.

Usando apenas os dados do Estado de Mato Grosso, somente no que se refere a parte da floresta amazônica, temos:

Area perturbada ==> 148.893 Km<sup>2</sup>

Area devastada ==> 56.646 Km<sup>2</sup>

Total do desmatamento ==> 205.539 Km<sup>2</sup>

Porcentagem de desmatamento em relação à hiléia brasileira:

$$\frac{205.539 \times 100}{4.150.000} = 4,952\%$$

Embora a exportação de madeira em toras esteja proibida, deve ser posta igualmente fora da lei e ser permitida apenas a exportação de madeira beneficiada. Como

faz a Austrália, o Brasil deve permitir somente a exportação de madeira em artefatos.

O valor agregado pela industrialização regional, vai gerar empregos e tecnologia na Amazônia". ( Valverde, RGB Vol 52 nº 3 )

Sinop é um verdadeiro "laboratório" para pesquisas, enquanto núcleo colonizador de povoamento e exploração. Nesse sentido, no nível do comportamento dos agentes, apresenta uma profunda ambiguidade, decorrente de sua dupla condição de colonos e migrantes sistemáticos. As pessoas, em sua maioria, vão para ficar: fundam agremiações, clubes de lazer, como se aí fossem viver para sempre e os abandonam repentinamente, como se já estivessem indo embora: como se intuissem um novo deslocamento.

A despeito do terrível desmatamento que realizam, juntamente com um tipo de caça e pesca predatórios, parecem, paradoxalmente, presos àquela terra por fortes raízes.

Constatou-se que, tanto a SAQ quanto a COMICEL e o Banco do Brasil, a despeito das falhas e irregularidades, da falta de planejamento, da improvisação que sempre visou beneficiar a Colonizadora e seus interesses - ou talvez exatamente por isso - foram elementos positivos na conquista e ocupação daquele "território vazio" na Amazônia Legal e nos moldes idealizados pela estratégia geopolítica para aquela região.

Com relação à finalidade social do projeto, percebemos que, plantando mandioca, restam apenas alguns pequenos agricultores sem alternativas e os peões trazidos desde o início pelos "gatos" para trabalhar no desbravamento da terra, bem como, posteriormente, no mandiocal da própria SAQ, em regime de semi-escravidão, num sistema de pagamento por "vales", onde, o tradicional barracão, foi substituído pelo supermercado da cidade, reproduzindo-se, através desse mecanismo, a mesma sujeição que houve no "sistema de aviação" e que hoje é denominado "peonagem".

## II.6 - OS PEÕES E A PEONAGEM

### A relação de trabalho na produção da mandioca pela SAQ

Dadas as especificidades já apresentadas neste trabalho referentes ao processo de colonização em Sinop, não se registra de modo significativo a presença da categoria "peão" nas pequenas propriedades "tocadas" por trabalho familiar. A presença do peão vai se registrar no grande projeto empresarial, que é a produção de mandioca, sorgo, batata doce - donde se retira o amido para sua transformação em álcool pela SAQ e de forma mais constante o peão esteve e ainda está presente nas grandes fazendas de criação de gado.

Conseqüentemente, as informações sobre essa categoria de trabalhador em Sinop, são escassas. Os peões, portanto, vão ser encontrados nas terras da usina, vivendo em regime de semi-escravidão, como no passado recente nos projetos agropecuários.

A sua presença, embora não tão grande, permitiu o contato, quando pudemos também ouvir alguns e suas histórias.

Numa enfermaria de um hospital da cidade encontramos uma mulher muito pobre, acompanhando um bebê que tomava soro. Perguntamos de onde ela era, e a resposta veio:

"Vieno do Paraná e meu marido trabalha no mandiocá da Agroquímica."

Indagamos como pudera internar o bebê no hospital, já que naquela região, a maioria dos trabalhadores não estão devidamente cadastrados no Funrural. Ela respondeu:

"Nóis não pode pagá o Funrural. É o 'empresário' que paga; depois nós paga pra ele, mas muito mais."

Aquele que chamam de 'empresário' é o famoso "gato", que os recruta em lugares onde o desemprego é grande e os mantém cativos através da dívida. O "gato" é um autônomo que trabalha para o grande empresário que, assim, se vê desvinculado do serviço "sujo", não configurando, portanto, o fazendeiro ou a própria usina, como empregadores destes trabalhadores, obrigados a registrá-los devidamente.

Posteriormente, informaram-nos que, em caso de doença, o patrão ( o gato ) vai ao hospital, mostra o título de propriedade da terra da Colonizadora e diz:

"Este homem trabalha para mim."

Só então eles são atendidos.

No caso da mulher, seu discurso significava que o "gato" se responsabilizava como patrão pela internação e pagava os medicamentos necessários. Eles ficavam a dever-lhe, como tudo o mais.

Através de algumas artimanhas, foi-nos possível visitar um dos acampamentos da peonagem do mandiocal. Na entrada havia uma guarita com bloqueio para impedir o acesso de pessoas ou carros estranhos, que não fossem autorizados por um funcionário da Agroquímica no escritório da cidade.

Em meio à mata amazônica, via-se uma grande clareira aberta, chão de barro vermelho cheio de sulcos e buracos, já produzidos pela erosão dos períodos de 6 meses de chuva. As habitações eram pequenas, feitas com cascas de troncos de grandes árvores. Estas cascas formavam as paredes e, como teto, um grande plástico negro. No interior, um calor infernal. Crianças chorando, pedindo comida; uma delas pedia "uma batata".

As mulheres entrevistadas se queixaram muito, principalmente da falta de salário pago em dinheiro para seus maridos. Eles eram pagos com vales para comprar mantimentos no supermercado da cidade. Elas não entendiam a contabilidade do "gato" e poucas sabiam informar o valor do salário.

Apesar de muitos serem nordestinos, todos foram contratados no Paraná em cidades onde grassava a crise na agricultura e o desemprego. A vista de um bom contrato, embarcavam num caminhão com as famílias ( os que tinham ) e seus poucos pertences pessoais. Iam para uma terra "abençoada", finalmente encontrada, onde, depois de trabalhar duro, poderiam juntar dinheiro ou ter sua própria terra. Mal sabiam que, a partir daquele momento, começavam a contrair uma dívida, pagável, às vezes, com 6 meses de trabalho de toda uma família. Pagavam o transporte, a comida e, finalmente, a lona de plástico preto de seus "barracos". Enquanto essa conta não fosse saldada - segundo contabilidade do "gato" - não eram livres. Os campos eram vigiados por homens armados e os trabalhadores eram transportados do local de sua moradia até o mandiocal, num caminhão fechado a cadeado para não fugirem no percurso. Se alguém, de alguma forma, conseguia fugir, os guardas corriam para a rodoviária, onde, em sua ingenuidade, a maioria era capturada.

Quem tentasse abandonar a área pela mata, era caçado como animal e, nessa fuga, muitos morreram fuzilados impiedosamente.

O "gato" agora era "empresário" ( em algumas regiões chamados empreiteiros ). Trabalhava por conta própria, como prestador de serviços à grande empresa que, oficialmente, desconhecia o acordo. A empresa tinha seu

próprio mandiocal e o "empresário" fornecia os trabalhadores. A empresa tinha "suas mãos limpas".

Alguns peões vinham conscientes da exploração - pois vinham de experiências iguais anteriores - e, como tal, sabiam se defender melhor. Continuavam peões, por falta de opção na luta pela sobrevivência.

Ao entrevistar o Bispo, membro da CPT e com seu nome na lista dos "marcados para morrer", perguntamos-lhe sobre as condições sub-humanas daquela pobre gente. Respondeu-nos que somente há pouco tempo havia tomado conhecimento do fato e que já "exigira" do Sr. Enio Pipino a construção de uma vila em condições dignas de um ser humano, e acrescentou:

"Se D. Nilza, esposa do Sr. Pipino, fosse viva, isso não estaria acontecendo. Ela era muito humana. O próprio Sr. Enio não devia saber desse fato."

Procuramos também o empreiteiro ou o "gato" ou o "empresário" como muitos o chamavam. Ele morava noutro acampamento e sua casa se destacava das demais. Era toda de madeira, sala ampla, mobiliário, quartos e cozinha separados. Recebeu-nos com muita gentileza e finuras. Cafezinho, bolo, etc... Ao inquiri-lo sobre salários pagos em mantimentos, piscou-nos o olho cúmplice:

"A senhora sabe, essa gente não tem jeito. Se der dinheiro, gastam tudo em cachaça e a pobre família fica passando necessidade. É assim que dou proteção às crianças."

É a consciência do processo de exploração como instrumento de conquista da riqueza, ainda que a ideologia procure mostrar outro objetivo na relação.

Numa habitação coletiva na cidade, conhecemos um ex-proprietário, que retratava o percurso do expropriado do campo, até atingir a categoria "peão". De origem alemã, nascido no Rio Grande do Sul na cidade de 3 de maio, estava em Sinop há 15 meses. Sua trajetória de vida estava marcada, simultaneamente, pela realidade dura da expropriação e pelo imaginário sempre otimista dos camponeses:

"Eu tinha uma terra no sul, em Boa Vista do Buricá. O lugar chamava "Linha Fátima". Lá vendi 8 hectares e comprei 12,5 hectares em Horizontina, Boa Vista. Plantava soja. Era lindo! Tinha duas "colhedeiras". Uma 1.000/SLC e outra IDEAL 800. Estavam pagas. A enchente de 83 não deixou colher. Tinha dívidas com uma cooperativa, a Cotrimaio. Então tive que vender as máquinas e a terra para pagar as dívidas. Hoje trabalho de peão na terra dos outros."

Aqui, entre os peões trabalhadores na produção de mandioca da SAQ, estava a união e a igualdade a que a expropriação expunha, simultaneamente, fossem nordestinos fossem sulistas descendentes de europeus.

Extração e industrialização:

# A madeira dominando a Economia local

As áreas próximas ao município de Sinop, em Mato Grosso, são ricas em madeira. A extração e a industrialização da madeira são as principais atividades econômicas da região. A extração da madeira é feita por meio de grandes empresas que possuem maquinário pesado e mão de obra especializada. A industrialização da madeira é feita por meio de pequenas e médias empresas que produzem produtos como móveis, serragem e toras.

A extração da madeira é feita por meio de grandes empresas que possuem maquinário pesado e mão de obra especializada. A industrialização da madeira é feita por meio de pequenas e médias empresas que produzem produtos como móveis, serragem e toras.

A extração da madeira é feita por meio de grandes empresas que possuem maquinário pesado e mão de obra especializada. A industrialização da madeira é feita por meio de pequenas e médias empresas que produzem produtos como móveis, serragem e toras.

A extração da madeira é feita por meio de grandes empresas que possuem maquinário pesado e mão de obra especializada. A industrialização da madeira é feita por meio de pequenas e médias empresas que produzem produtos como móveis, serragem e toras.



**Durante os meses de seca as madeiras são estocadas em grandes pilhas de toras que serão trabalhadas nos meses chuvosos. Aqueles que não dispõem do suficiente capital de giro para estocar, perdem muitas semanas de trabalho, entre outubro e abril.**



**José Carlos Haas**

Reserva legal

### Reserva legal

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

### Carências

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

### Energia e impostos

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.

Os produtores locais não têm a mesma perspectiva de futuro que os produtores de outros estados. A reserva legal é de 50% apenas das madeiras. A legislação prevê, segundo José Carlos Haas, na Associação e Waldemar Antônio, do Sindicato dos produtores locais, uma reserva em madeira de 50% apenas das madeiras.



## À disposição de Sinop e região a Retífica de Motores Rei oferece

- Serviço autorizado DVM
- Serviço autorizado SMM
- Serviço autorizado Renault
- Veículos: Maggotra 40, 400cc
- Peças de motores e seus acessórios
- Montagem de motores a Diesel e a gasolina

Retífica de Motores Rei Ltda.  
Rua Fenômeno, 1.000 — Fone: (65) 341-2114 — Cx. 000000

**PARABÊNS, SINOP, PELOS 12 ANOS DE DESENVOLVIMENTO**

— O Grupo Caixa Econômica



**Na desfile em comemoração do aniversário da cidade, os alunos mostram as espécies de madeira: peroba, maciã, angelim, cedrinho e outras.**



**Moças e adolescentes são de sua ajuda em muitas unidades familiarizadas.**

## CAPITULO III

### A SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO

# O município em números



Arroz, o produto agrícola de maior volume

## Os números do Banco do Brasil

A agência do Banco do Brasil em Sinop atende também produtores de Sorriso e Colíder, além de pequena parte do extenso território do Diamantino. Na safra 85/86, com prioridade para Sinop, a agência custeou em parte 14.600 hectares de lavouras de arroz, 12.300 ha de soja, 4.700 ha de mandioca e 1.800 ha de milho, em número de produtores. Mas o maior volume de recursos aplicados pelo Banco, através de sazonais, está na área de Quantum (predial), atendendo a necessidade de capital de giro das empresas em fase de desenvolvimento.

se empréstimos a longo prazo.

### A falta

Para a safra iniciante, está faltando dinheiro ao Banco do Brasil de Sinop. A direção da Cooperativa Mista Agrícola Celeste e produtores independentes movimentam-se para carrear recursos que atendam ao grande volume de pedidos de custeio, sem que até agora tenham sido resultados.

Por outro lado, dezenas de produtores se aproximam para investimentos imediatos, mas são deixados de lado pela gerência, não atendendo os produtores sob alegação de que a direção ou a superintendência regional não aloca recursos.

Quanto a recursos dos bancos comerciais, os interessados conhecem a realidade.

## Seringueira abre espaços

Equipam novas atividades rurais, como a pecuária e o plantio de café e a mandioca adiantem parcelas e desenvolvem áreas degradadas destinadas ao município que já produz extensivamente os látex e o látex puro (látex 100%) em 450 hectares situados entre 1962 e 1968. Fo-

ram financiadas pelo Probor até este ano. São há em pequenas propriedades, enquanto outros produtores efetuaram plantios com recursos próprios. Ao todo são 3.000 ha ocupados pelas seringueiras em cujo cultivo o produtor pode cultivar outros animais ou fazer pastagens.

## Aspectos físicos

O município de Sinop se localiza ao norte de Mato Grosso, na Bacia Amazônica, na altura do km 805 da Ciaaba-Santarém, distante 500 km de Curitiba. Limita-se ao norte com Itaúba, ao Sul com Vera, a Oeste com Sorriso e Diamantino. Possui em sua área o distrito de Ciaaba e Santa Carmem. Topograficamente a 130 e 25 km distantes da sede. Sua topografia é predominantemente plana, com espaços 2 por cento de terras acidentadas e 3 por cento onduladas. Em sua hidrografia encontramos os rios Tolo, Pires, Arriolas, Tartaruga, Caiabi, Roqué e Azul, todos perenes e, em alguns trechos, navegáveis. O clima é tropical úmido, com duas épocas distintas: chuvas de setembro e abril e seca entre maio e agosto, alcançando a precipitação pluviométrica de 2.096 milímetros.

	ÁREA (HA)	Nº DE PRODUTORES	TON	ÁREA EM FORMAÇÃO (HA)
<b>MANDIOCA</b>	6.890	2.400	170.000	<b>8.400</b>
ARROZ	11.066	700	21.000	
SERINGUEIRA	310	760	376	3.800
CAFE	1.460	870	1.170	870
GUARANA	203	430	240	640
FEIJÃO	300	330	310	
PIMENTA DO REINO	98	104	173	
SOJA	10.186	2.300	15.300	
OLIVICULTURA	12	50		
MILHO	5.022	5.400	6.780	13.190
<b>TOTAL</b>	<b>36.197</b>	<b>11.344</b>	<b>207.251</b>	

### Alcool:

## Bons resultados com o sorgo

Redirecionando o papel que exerce na comunidade, com a oferta de milhares de empregos diretos e indiretos a Sinop Agroquímica S/A está obtendo bons resultados com a utilização do sorgo para produção de álcool. O cereal fornece um produto sob o chamado nome comercialmente à bebida e à perfumaria, obtendo por isso ótimo preço de mercado, e diz das dificuldades encontradas para o estabelecimento de destilarias com a mandioca, revela-se a intenção de Agroquímica de, em breve, ter o sorgo como principal produto a ser incentivado com vistas ao álcool.

Informam os técnicos que o sorgo rende 408 litros de álcool fino por tonelada, contra menos da metade disso oferecido pela mandioca ou a batata doce. Outro produto experimentado há pouco tempo pela destilaria e cuja produção se revelou insuficiente. Além disso, afirma a direção da empresa, com o sorgo haverá economia de 500 kW/hora de energia para processar a matéria-prima.

### Compras

A empresa, cuja produção de álcool poderá atingir 150 mil litros/dia em breve, pode industrializar 125 mil toneladas de açúcar por ano o que demanda

na o plantio de 45 mil hectares de cereal. No momento ele é comprado em outras regiões e usado em alternância com a batata e a mandioca. Assim, para conseguir seu objetivo de produzir apenas álcool fino, cujo custo é extremamente oneroso atualmente pelo frete do sorgo adquirido até em outros Estados brasileiros, os agricultores que fornecem matéria-prima à Sinop Agroquímica poderão em breve receber o necessário incentivo ao seu plantio.

Por outro lado, com a cultura praticamente nova exigindo correção mais acentuada do solo, é de se esperar um concomitante e acentuado incremento na produção de soja e milho, que não utilizam as mesmas áreas do sorgo, em período diferente.



## Boas pastagens

A pecuária de corte sempre foi o último cume a 135 mil cabeças no município de Sinop, desenvolvida predominantemente nas propriedades mais extensas. De rotinas, na região, são os grandes rebanhos de bubalinos plenamente adaptados ao ambiente e mostrando bem menos tendência a molestias do que o rebanho bovino, cujas primeiras levadas introduzidas sofreram graves sequelas até se adaptarem.

Cabeças de búfalos e 150 mil aves

Esquanto isso, a introdução de novas variedades vem ocorrendo rapidamente para amenizar os problemas de estação seca quando os pastos de colênio e braquiária sofrem grande perda de material nutritivo.

Na opinião dos técnicos da Emater, a pecuária tende também a firmar-se como um dos eixos da produção do campo, em todo o município.

## ENTIDADES SOCIAIS

- Associação dos Índios
- Associação dos Agricultores do Município - Sindicato Rural
- APROFAM - Associação dos produtores de farinha
- AMM - Associação Pasteiros e Maternos
- Sindicato dos Mestres de Sinop
- ANAM - Associação dos Mestres de Condição
- Associação Rural
- Associação dos Produtores de Leite
- Associação dos Produtores de Leite
- Movimento Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito
- Associação de Artesãos do Distrito

## SAÚDE

- HOSPITAIS
- MEDICOS
- LEITOS
- ATENÇÃO PRÉ-NATAL
- ATENÇÃO POST-NATAL
- CUNIBO DENTAR
- CURSOS
- GINECOLOGISTA
- PEDIATRA
- ORTOPEDISTA
- CARDIOLOGISTA
- BIOQUIMICO
- LABORATORIOS
- POSTO DE SAUDE
- OPTALMOLOGISTA
- ÓTICAS
- FARMACIAS
- CLINICA DE OSSOS
- CLINICA DO CORAÇÃO
- DENTISTAS
- PROTETICOS

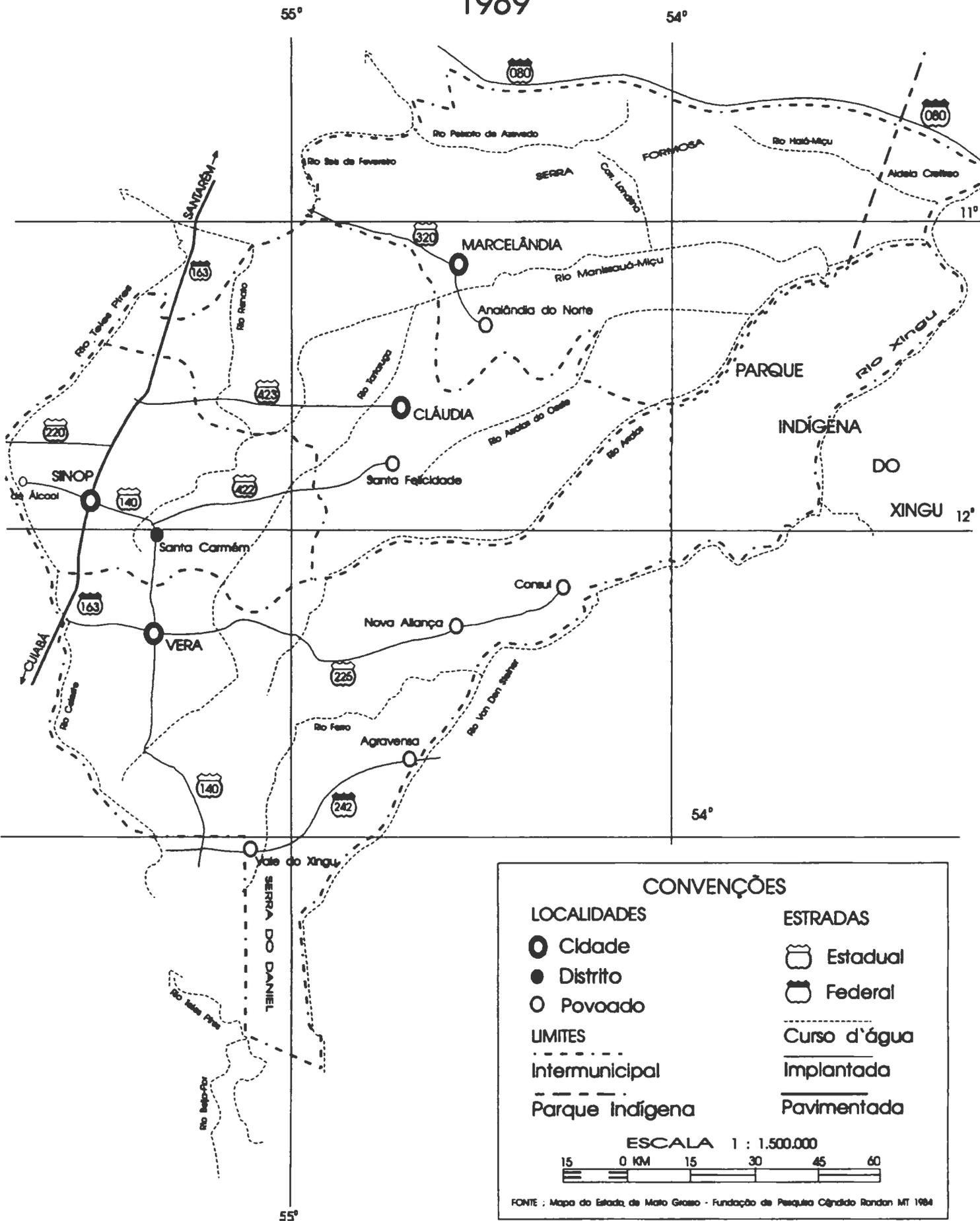
## TRANSPORTES

- 4 empresas de ônibus metropolitanas
- 1 empresa de ônibus urbano
- 1 empresa rodoviária
- CRV — 6 linhas que ligam diariamente à Capital do Estado
- 1 ADSRCECO - INTERNA
- CLONAL - com rota de pontos de 1.600 de comprimento, por 40m de largura, asfaltada
- CRV - atendido pelos ônibus da empresa regional TABA

## Comunicação

Sinop possui 2 rádios (AM e FM), capta os sinais de 4 redes de televisão e está ligada ao sistema nacional de telecomunicações. Possui 841 telefones residenciais, 487 telefones comerciais, 13 telefones públicos, 7 postos de serviços telefônicos, 24 PABX e 49 troncos KS instalados. Os telefones são 65.

MAPA Nº 4  
MUNICÍPIOS DE SINOP , MARCELÂNDIA , CLÁUDIA E VERA  
( os três últimos desmembrados de Sinop )  
1989



**CONVENÇÕES**

<b>LOCALIDADES</b>	<b>ESTRADAS</b>
● Cidade	Estadual
● Distrito	Federal
○ Povoado	Curso d'água
<b>LIMITES</b>	Implantada
Intermunicipal	Pavimentada
Parque Indígena	

**ESCALA 1 : 1.500.000**

15 0 KM 15 30 45 60

FONTE : Mapa do Estado de Mato Grosso - Fundação de Pesquisa Cláudio Rondon MT 1984

De nosso ponto de vista, o projeto de colonização e seu correspondente discurso ideológico, desmascarou-se completamente ao não atender aos colonos a que se destinava.

Ainda se valendo das necessidades desses agricultores em dificuldades no sul do país, o cerne do projeto passou a ser a construção da usina, que supostamente serviria aos interesses daqueles colonos, então ligados à plantação de mandioca.

Muitas das pequenas propriedades foram vendidas, à proporção que se concretizava o fracasso de uma agricultura camponesa, "tocada" com o trabalho familiar.

Na área de colonização, a mudança inicial foi para soja. Uma parte dos colonos começou a plantá-la, já nos meados da década de 80.

A atividade pecuária, já existente de forma expressiva anteriormente, foi bastante intensificada com a criação de novas pastagens.

Na entrada da soja existe um problema delicado que é o preparo da terra. A destoca é cara; além disso, a soja do Mato Grosso tem seu custo ainda mais onerado pelos milhares de quilômetros que tem de percorrer até o porto de Paranaguá-PR, por onde é exportada. Em 1989 o governo

retirou todos os subsídios para a soja plantada acima do paralelo 11. Com isso os agricultores sinopenses e de outras regiões abrangidas pela nova ordenação, pararam de plantar.

A indústria madeireira continua sendo a grande força econômica do município, até agora a de maior dinamismo, com a presença, atualmente, não só de serrarias, mas de laminadoras e três fábricas de compensado, de onde já saem produtos acabados. Há ainda, um grande número de empresas de aproveitamento da madeira se implantando. A atividade madeireira em Sinop se estende por 18 Km ao longo da BR-163 Cuiabá-Santarém.

Entretanto, alguns entrevistados que conhecem bastante os caminhos que a cidade vem tomando em seu desenvolvimento, avaliam com certo pessimismo o futuro da atividade madeireira, pois a madeira já vem sendo cortada há cerca de 150/200 Km de distância da cidade, o que começa a encarecer a atividade que, dessa forma, deixará de atrair novos investimentos nessa área.

Com o declínio da soja, a atividade que passou a predominar no campo foi a pecuária em áreas cada vez mais ampliadas, pois essa atividade é uma alternativa de "dupla mão": no início, com poucas cabeças, tem sua expansão limitada pelo tamanho da propriedade.

A atividade pecuária, inicialmente, requer muito trabalho, até a completa formação do pasto. A partir daí, sabe-se perfeitamente que, se é grande geradora de lucro, utiliza um número mínimo de trabalhadores.

A análise da realidade atual de Sinop aponta a necessidade de se rever certos parâmetros teóricos de parte da chamada sociologia do campesinato no Brasil. Por exemplo, para a maioria dos autores, a expansão da pecuária, inevitavelmente provoca a redução da população agrária, com conseqüente decadência dos pequenos núcleos urbanos que prestam serviços a esta região. Isto baseando-se na idéia de que a diminuição demográfica decorrente da concentração fundiária, faria com que essa oferta de serviços fosse superior à demanda.

O que a pesquisa constatou foi que, pelo contrário, como se demonstrou ao longo deste trabalho, a cidade de Sinop, à par da profunda concentração fundiária, registrada atualmente, é um núcleo florescente de prestação de serviços, atraindo a população de perímetros urbanos e rurais cada vez mais distantes.

A cidade transformou-se num grande pólo de prestação de serviços para os fazendeiros de Carmem, Cláudia, Vera e também fora do projeto, como Alta Floresta e Peixoto de Azevedo. Todos buscam em Sinop os serviços bancários, lojas de insumos e peças de roupas, de tecidos,

bem como toda sorte de serviço de profissionais liberais como médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, etc...

Vinte anos após a chegada dos primeiros colonos, a soja - até 1989 - e a criação de gado modificaram a estrutura fundiária inicial, que hoje se assemelha cada vez mais àquela de onde os colonos migraram pela última vez. Grandes propriedades surgiram a partir do remembramento, com a "*substituição de titularidade*" dos pequenos lotes vendidos.

Podemos verificar objetivamente este fato pela análise dos dados dos censos de 80 e 85, que nos informam que, em 1980, o município tinha 2.306 estabelecimentos, contra 1705 em 1985, tendo havido um decréscimo de 35,24% no número de estabelecimentos. Em 1980, a área ocupada que abrigava esses 2.306 estabelecimentos era de 814.118 Ha; em 85, os 1.705 estabelecimentos ocupavam uma área de 1.236.055 Ha. Desses dados podemos também verificar a variação da área média por estabelecimento nos dois períodos: em 1980, tínhamos a área média por estabelecimento de 353.043 Ha, enquanto que em 1985, tivemos uma variação para maior de 105,34%, ou seja, a área média por estabelecimento passou para 724.958 Ha.

Já em relação ao pessoal ocupado e à mecanização, o Censo de 1980 nos forneceu o número de 6.536 pessoas ocupadas na agricultura em Sinop, bem como a existência de

152 tratores. Para 1985, tivemos apenas 7.591 pessoas. Uma área que cresceu 51,82%, teve um acréscimo de pessoal ocupado de apenas 16,14%, enquanto o número de tratores teve um acréscimo de 235,52% (662 tratores).

A análise dos dados sobre a estrutura fundiária do município, desta forma, demonstra a existência de um forte processo de concentração da terra. Esta evidência, pode ser melhor retratada pela análise dos dados por extratos de área. Os estabelecimentos com menos de 10 Ha, representavam em número, em 1980, cerca de 277 e ficaram reduzidos a 100 em 1985, o que equivaleu a um decréscimo de 177%. Já aqueles dos extratos entre 10 e 100 Ha, passaram também de 1318 em 1980 para 1018 em 1985, ou seja, diminuíram 29,47%. Estes dados, como podemos verificar, demonstram a diminuição das pequenas unidades de produção em SINOP.

Entretanto, quando analisamos os dados dos grandes estabelecimentos, o processo foi oposto. Nos extratos entre 1.000 a 10.000 Ha, por exemplo, o número de estabelecimentos passou de 78 em 1980 para 137 em 1985, com um crescimento de 75,64%.

O mesmo fenômeno pode ser observado em relação aos dados referentes à área ocupada. Os estabelecimentos com menos de 10 Ha, ocuparam em 1980 a área de 929 Ha e que em 1985 caiu para 622 Ha, ou seja, houve uma queda de 49,36%. Os estabelecimentos com área entre 10 e 100 Ha, passaram de

57.056 Ha em 1980 para 40.153 Ha em 1985, o que revela queda de 42,10%.

No entanto, no outro pólo da estrutura fundiária, os extratos entre 1.000 e 10.000 Ha, passaram de 288.624 Ha de área ocupada em 1980 para 383.962 Ha em 1985, crescendo pois 105,56%.

Apesar dos altos e baixos por que passou, a cidade de Sinop continua sendo cada vez mais importante na região, pela dinâmica dos serviços prestados por seu núcleo urbano, pela riqueza proporcionada pela indústria madeireira cuja presença se estende por 18 Km ao longo da rodovia e, também, pela "força" de uma pecuária cada vez mais extensiva.

Cabe colocar aqui também que há uma grande campanha no estado de Mato Grosso pela redivisão do estado. Aliás, já existe no Congresso nacional um projeto, que poderá ser discutido a qualquer momento, visando criar o Território Federal do Araguaia - exatamente a área da prelazia de São Félix, de D. Pedro Casaldáliga. Como Território Federal, o governo poderia conseguir anular esse reduto de liberdade e luta pelos despossuídos do campo, bem como dos povos indígenas.

Há também um forte movimento de emancipação do "Nortão", onde Sinop seria a capital. Os movimentos de emancipação municipais são grandes nesta região. Vera, Cláudia e Marcelândia já se tornaram municípios (mapa nº 4).

Podemos afirmar, do ponto de vista antropológico, sociológico e geográfico, que o Mato Grosso vem se transformando numa grande e tropical extensão do sul do país.

O "*chimarrão*", a "*bombacha*", o linguajar, nos fazem lembrar aqueles rincões. Em cada núcleo urbano surgido, há um CTG ( Centro de Tradições Gaúchas ) onde "os tchês", suas "*prendas*" e seus "*piás*" se encontram para reviver seus hábitos e valores originais, seja na música, na dança, nos jogos ou nos esportes.

Desta forma, além dos nordestinos, migrantes tradicionais e "oficiais" desse país, constatamos hoje que os gaúchos também seguiram para o norte, abandonando seus "*pagos*" orientados pela Via Lactea; "*gaúchos cansados*" de caminhar, mas caminhando sempre, com a coragem do homem que ama a terra e que não apenas conhece, mas vive o simbolismo da "*grande mãe*" que ela representa; aquela que tudo provê e sem a qual o ser humano não sobrevive.

## CAPITULO IV

### A IDEOLOGIA NA COLONIZAÇÃO

UMA PRIMEIRA AVALIAÇÃO DA HISTÓRIA VIVIDA PELOS PRÓPRIOS  
ATORES

# Pioneiros, a memória viva da cidade

"Era como se fosse uma viagem de avião. Estava sobrevoando a floresta amazônica quando uma pessoa se pôs do meu lado e me perguntou se eu o conhecia.

Lembrava de seu rosto, mas não conseguia pronunciá-lo. Foi aí que dei por mim: Era Crisco.

Este sonho Lindolfo Triewailier um dos pioneiros de Sinop, o teve bem antes de chegar definitivamente em Mato Grosso. Foi ainda na década de 60, quando morava em Santa Catarina. Coincidentemente, logo depois recebeu uma carta de um amigo contandolhe as dificuldades que encontrava para quitar umas terras que havia adquirido no Norte mato-grossense.

Visitou o amigo e acabou adquirindo as terras. Não de uma vez só, porque o dinheiro era curto. "Viemos a Cuiabá, acertamos tudo com o doutor Eugênio Meyer (genro do então governador e fundador do extinto Departamento de Terras). Paquei uma quantia e assumi que voltamos a Cruzzeiro D Oeste no Paraná. Não dei a mão faltar e peguei a escritura".

Para Lindolfo conquistar a Amazônia era seguir o sonho dos avós, que tinham vindo da Europa para conquistar o Brasil. Conhecer e conquistar novas terras estava no sangue da gente.

Mas antes de vir definitivamente para Mato Grosso Lindolfo ainda se mudou para o Norte do Paraná. "As dificuldades para se viver da terra em Santa Catarina já estavam se tornando muitas".

Um outro pioneiro, Osvaldo de Paula, 46 anos, enterrado em Sinop há 13 anos, veio para a região fungindo da especu-



Olimpio Piccinatti Guerra junto à máquina de arroz pioneira. Seu caminhão era o responsável pelo abastecimento das primeiras povoações: Vera e Sinop. Fossem produtos industrializados, ou mesmo gado e suínos, tinha de ir buscar em Cuiabá, Diamantino ou Nobres.

lação imobiliária na região Sul. Além de ser "um apaixonado pela terra", as condições eram propícias. "Com a venda de quatro alqueires no Paraná, a gente conseguia adquirir 90 em Mato Grosso. E como o homem quer sempre crescer e o local apresentava inúmeras oportunidades, não pensei duas vezes: fiz minhas malas e aqui estou".

Osvaldo de Paula cita como exemplo, as razões que o levaram a trocar o Paraná por Sinop. "Olha, quando já estava há uns oito meses aqui, fui passear no Paraná para rever os parentes. Fiquei chocado. O mesmo dinheiro que precisava

para comprar dois hectares de terra aqui em Mato Grosso, dava para comprar apenas um par de sapatos na minha cidade."

Cada um deles tem uma história diferente, mas todas tem um ponto em comum: a busca de novas oportunidades. Olimpio Piccinatti Guerra, por exemplo, que deixou Goio-Erê, no Paraná, para se aventurar na floresta, deixa bem claro este aspecto. Apesar de ter adquirido suas terras — através da Colonizadora — em 1970, chegou em Vera, a primeira vila, somente em 1972.

"Só havia um posto no meio da mata. Era um barracãozinho que servia de alojamento para as caravanas que iam chegando — uma média de duas por semana. Mas apesar de todas as dificuldades, cada família que chegava era motivo de festas.

Revela Piccinatti, que as maiores dificuldades eram para se conseguir alimentos ("tinhamos de buscá-los em Nobres ou em Cuiabá"), e a inexistência de estrutura de saúde.

E a malária, seu Piccinatti? "Pois é, era preciso ter muito cuidado. Vi morrer várias pessoas. Apesar de eu nunca ter pego, um filho meu ficou doente duas vezes. E o pior era que só possuíamos uma farmácia. Quando a malária pegava alguém, tínhamos de levá-lo para Cuiabá. Senão, era morte certa."

## Junto com a religião

Como no sonho de Lindolfo Triewailier, a religiosidade sempre esteve presente na vida dos primeiros colonizadores de Sinop. Antes mesmo da cidade ter se transformado numa realidade, a primeira capela já havia sido construída, na própria serraria de Lindolfo. E foi ali que, padre João Salarini rezou a primeira missa para os fiéis, na Gleba Celeste.

O próprio Lindolfo, ministro de Eucaristia, foi sempre um dos grandes incentivadores no sentido de unir seus novos "conterrâneos" em torno da religião católica. E o jesuíta João concorda com isso e vê nos migrantes um extremo ato de boa vontade. "Quem veio, veio para trabalhar, para construir um mundo melhor para si e sua família. E, apesar de todas as dificuldades, jamais deixou de dar importância à sua religião. Para mim todos entenderam a mensagem gravada na placa de inauguração da nossa Igreja de Santo Antônio: "Buscai primeiro o reino do céu, que o resto vos será dado por acréscimo".

O mistério é explicado por Padre João como "aventura no desconhecido". Segundo ele, muitos compraram terras pensando que eram "ótimas", mas havia nelas deficiências. No entanto, diz que essas dificuldades foram amenizadas



Osvaldo de Paula, juiz de Paz e o primeiro prefeito da cidade, era sempre o primeiro a ser lembrado, para enfrentar situações de perigo ou urgência.



Lindolfo Triewailier montou a primeira serraria e um dos primeiros comércios da cidade: "Viemos atrás de um sonho".



Geraldino Dal Maso, atual prefeito, trouxe para Sinop o segundo caminhão a atender os pioneiros.

os colonos tiveram amparo da colonizadora e do Governo, através da implantação de escolas, hospitais e, até, a construção de templos.

Aliás, a aventura para o Padre João é algo familiar. Seus 25 anos de sacerdócio, todos eles foram vividos em Mato Grosso, onde chegou antes de ser ordenado padre, em 1956. Trabalhou durante dois anos com os índios, em Diamantino, depois foi para Alto Paraguai, onde ficou 12 anos como vigário e atendendo basicamente a garimpeiros.

"Em 1976, quando cheguei aqui, apenas 1.300 pessoas moravam em Sinop. Oito anos depois — 1982 — já estava formada a Diocese, desmembrada de Diamantino".

## As histórias

O colono pioneiro — que não deixa de ser um bandeirante dos tempos modernos — é a memória viva da cidade. A princípio como Piccinatti, ele prefere passar a responsabilidade para os mais novos que vieram crianças para a Gleba. "Eles acompanharam melhor o crescimento da cidade, e a gente já está com a memória meio cansada" — tenta desculpar.

Mas, afinal, concorda em contar. Sentado junto de sua antiga máquina de descascar arroz, sempre pegando e deixando escorrer da mão o bica-corrada, seu Olimpio conta que foi o primeiro freiteiro da cidade: "condução era pouca, éramos apenas eu e a firma a dispor. Mas, pra escorrer tinha de ser comigo. Fazia até frete de passageiros



## Em Sinop, Bosch é Rei Diesel Bombas

— Peças e recuperação completa de bombas injetoras  
— Serviço autorizado Bosch p/ toda a região  
— Atendimento de garantia

Rei Diesel Bombas Ltda.  
Rua Penapolis, 2.715 — Fone (065) 531-2544  
Parabéns Sinop, pelos 19 anos de desenvolvimento.  
Alonso Celso Teixeira



#### IV.1 - OS COLONOS E O ENCONTRO DE CULTURAS

No início dos anos 70, os colonos chegaram em grandes grupos. As terras podiam ser adquiridas na sede da Colonizadora, em Maringá, ou na própria gleba, à chegada.

Aventuravam-se agora onde só haviam chegado uns poucos sertanejos, com a mesma fibra, mas com uma outra filosofia, mesmo porque em condições históricas, sociais e econômicas diferenciadas. Incorporavam-se à fronteira agrícola como proprietários de suas terras, participando de um empreendimento capitalista desde sua origem. Instalavam-se diretamente como "frente pioneira" ao contrário de outros pioneiros que surgiam em decorrência da ocupação de uma "frente de expansão" já existente, espaço territorial conquistado aos índios, pelo deslocamento de posseiros expulsos de suas terras, caminhando rumo ao pôr-do-sol, à terra sempre prometida do reino da liberdade.

Para avaliarmos a ideologia dos agricultores engajados no projeto da Colonizadora Sinop, devemos considerar, de início, a formação sócio-econômica das regiões sul e sudeste, onde se localizou a "área de expulsão" desses agricultores.

Ao contrário do sertanejo, em geral de origem nordestina, que, expulso inexoravelmente da terra, migrou para os grandes centros urbanos e para a Amazônia, o camponês do sul/sudeste do Brasil - em sua grande parte descendente de imigrantes europeus - pode desenvolver-se, apesar das grandes dificuldades iniciais, e reproduzir-se numa fase de grande expansão da agricultura capitalista naquelas regiões.

Além do mesmo arraigado sentimento de amor à terra, aqueles imigrantes e, mais modernamente, seus descendentes, já estavam familiarizados com as novas imposições que o desenvolvimento do capitalismo impunha. Mais recentemente, puderam tomar contato com a extrema racionalização da agricultura, através da aquisição de tecnologias modernas, mecanização de lavouras e introdução de toda a sorte de insumos agrícolas.

Entre os colonos que adquiriram terras em Sinop, havia aqueles que buscavam ampliar seu espaço de produção, enquanto que outros queriam maior extensão territorial, visando o futuro de seus filhos. Alguns vieram expulsos do Sul pela grande presença das máquinas, com as quais não podiam concorrer; outros, pela perda das suas, o que os deixava quase em situação de igualdade. Uns nem chegaram a vir, pois seu intuito era o lucro na revenda. Muitos compraram e, cautelosamente, ficaram aguardando o momento que consideravam propício para vir. Buscavam, pois, por múltiplos caminhos o progresso material

As entrevistas realizadas com diferentes membros da sociedade local, evidenciaram a óbvia adequação do discurso, a este espírito empreendedor do camponês, que quer progredir.

Em 1986, foram realizadas entrevistas com vários "pioneiros". Dessas, selecionamos aquelas que são representativas de pessoas que alcançaram "sucesso". Coincidentemente, exerciam ao mesmo tempo, atividades diferentes (urbana e rural) o que nos foi explicado por elas como "uma garantia contra o fracasso de uma".

O Sr. Lindolfo, veio "só para conhecer". Trouxe uma mala cheia de roupas para vender, vendeu-as todas e resolveu ficar. A família veio depois.

"(...) Quando a cidade Vera foi inaugurada, teve uma parada cívica onde desfilou uma D. Helena, vinda do Paraná, onde já fora uma desbravadora. Seu marido morreu aqui de malária e ela seguiu para Rondônia. Em 1972 abriu-se a primeira trilha em Sinop. 15 famílias vindas de Guaira acamparam pra baixo do atual cemitério. Compraram terras da Colonizadora mas vieram para trabalhar comigo, na minha serraria. Comecei com uma serraria no Rio Preto, antigo Córrego da Onça."

Hoje esse comerciante tem uma grande loja de tecidos, na rua principal da cidade. Essa atividade,

evidentemente, não se choca com sua nova posição de proprietário de grandes extensões de terra, onde cria gado.

O Sr. Pissinati Guerra, também chegou em 1972, com toda a mudança de 7 famílias, 4 das quais eram de seus filhos. Foi dos primeiros a comprar terras e só não veio antes por não querer ficar na cidade Vera, que foi o núcleo original da colonização, mudando-se portanto, apenas depois da fundação de Sinop.

"Vendi 60 alqueires no Paraná a Cr\$ 2.000,00 o alqueire e comprei 450 alqueires em Sinop a Cr\$ 331,00 o alqueire. Dei 40 alqueires para cada um dos dez filhos e fiquei com 50 alqueires para mim. (...) O chefe era eu, mas todos os filhos trabalhavam juntos na mesma coisa, apesar de serem proprietários. Comecei derrubando mato e abrindo invernada para plantar pasto. Fiquei um ano parado sem pasto. Tava plantado mas não saía. Vivia da renda da máquina de beneficiar arroz. Fretava meus caminhões. Até o pasto brotar, levou três anos."

Da mesma forma que em relação à usina, havia também, desde o início da colonização, diversas outras questões polêmicas entre os colonos. As mais frequentemente encontradas referiam-se às vantagens ou desvantagens dos financiamentos do Banco do Brasil, da mecanização das

lavouras ( cuja consequência era o citado financiamento ), do Plano Cruzado, da Cooperativa, das relações e da eficiência entre os colonos vindos do sul e os "baianos" ( nordestinos ) e cuiabanos.

A análise dos discursos de alguns entrevistados da usina e da administração municipal, evidencia a existência de grande preconceito contra "baianos" e cuiabanos, apontados nesses discursos como inferiores aos colonos vindos do sul, à luz da ideologia da eficiência. Os colonos "vindos do sul" entrevistados, ao contrário, não se referiram em nenhum momento a esse tipo de julgamento.

Dois membros do clero entrevistados guardavam este certo preconceito velado, inconsciente, logo, a nível ideológico, detectado em meio a seus discursos progressistas e de opção pelos pobres.

Para o senhor Bispo:

"(...) a minha igreja é a da Teologia da Libertação. Estamos com a CNBB, contra o Ministro Brossard. Como disse D. Ivo: saímos da sacristia e não vamos voltar.

(...) O nordestino não tem amor à terra. Lutamos para conseguir-lhes um título da terra e em seguida ele vende. (...) Os europeus e os

japoneses têm tecnologia melhor que os nordestinos. Quando você pergunta: Por que você não planta frutíferas? ele diz: Pra que? Não vou ficar mesmo aqui sempre. Ele está acostumado a ser empregado; nunca teve sua terra. Precisa ser reeducado para o amor à terra. Não tem hábito de ser proprietário."

Uma breve análise de discurso, decodifica essa mensagem, transformando-a, aproximadamente, na seguinte: os nativos ( nordestinos, caboclos mestiços com negro ou índio ), são inferiores aos brancos ( europeus ) e amarelos ( japoneses ). Não têm amor à terra pois não fazem questão de título de propriedade. Precizam ser reeducados para o capitalismo.

Esse preconceito aparece sem disfarces nas entrevistas de um membro da administração municipal, de um ex-diretor da Cooperativa e de um técnico da usina, respectivamente.

"Eu vim do Paraná e pretendo ficar. Sou fã de Sinop. Acho esta cidade uma prova da capacidade do homem do sul. Se fossem "baianos", trabalhavam, ganhavam e depois gastavam em cachaça. O trabalhador nordestino 'bóia-fria', gasta seu dinheiro em cachaça. Depois do seu serviço ( acho que na entre-safra ) chamamos para

uma empreitada, pagando igual e ele não quer. Enquanto isso, você entra uns quilômetros na mata a dentro e vê um jovem casal, duas crianças, trabalhando a terra. São sulistas. Estes vencem. Também sou contra essa tal de Reforma Agrária que o governo tá pensando. Diz que não vão fazer nada, reformar nada. Os padres é que estão criando confusão. Os latifúndios que estão improdutivos é porque não produzem mesmo. Se não produzem na mão do fazendeiro, como é que vão produzir na mão dessa gente 'sem-terra'?"  
(membro da administração municipal)

"A Amazônia não é boa. Se fosse, teria começado por aqui. O processo é de seleção negativa. Quem vem para cá, é porque tem menos capacidade. É pouca coisa lá, vêm para cá. Tem que gostar."  
(ex-diretor da Cooperativa)

"Tou satisfeito de ter vindo pela parte profissional. Só não tou satisfeito com a vida na cidade. A vida na cidade é difícil. A turma da cidade é muito ignorante. (...) Cuiabano é simples: não querem nada com o trabalho. São índios. Cuiabano só vai prestar quando ficar 'homogêneo'." (técnico da SAQ)

Entretanto, os nordestinos entrevistados, ignorando sua imagem construída pelos discursos transcritos eram, em sua maioria, peões semi-escravidados, com imensa determinação de vencer, conquistando um pedaço de terra, cobrando como dívida, a propaganda que os levara a assinar o contrato.

## IV.2 - OS FINANCIAMENTOS E A MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

### A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO

O Banco do Brasil também foi alvo de diferentes considerações por parte dos entrevistados, pela importância dos projetos que tem financiado naquela região e seu papel na veiculação da ideologia da modernização agrícola:

"No Rio Grande do Sul, plantava 5 alqueires de soja e trigo, sob trabalho braçal; mudei para São Miguel do Iguazu, no Paraná, onde vivi 8 anos. Em 1973 vim para Sinop onde comprei 25 alqueires de terra... mas tive que vender a terra para pagar as máquinas que financiei pelo Banco do Brasil." (colono entrevistado)

O Padre João procura também mostrar sua opinião sobre esta questão:

"(...) O plantio de mandioca pelo Banco do Brasil não deu lucro, pois a venda da produção era pra pagar o banco. Muitos ganharam dinheiro com a mandioca, mas só quem plantou por

conta própria. Antes da mandioca para a Usina, havia farinheiras na Vera, Cláudia e Carmem. Eram colonos alemães acostumados com mandioca. O padre Antonio, de Vera, sabe muito bem sobre o plantio. Braçal..." (padre João)

Esses financiamentos e o papel do Banco do Brasil, no entanto, não são avaliados de maneira homogênea pelos informantes. Algumas entrevistas revelam o caráter seletivo desempenhado pelo financiamento bancário, em relação as possibilidades de sucesso dos colonos em SINOP:

"O Banco do Brasil começou a pressionar para os colonos pagarem. A ordem de cima era para receber os débitos; o país precisava dinheiro. Aí foi o segundo refluxo de gente. Venderam para pagar. Aí é substituição. O menos preparado vende para o mais preparado." (entrevistado)

Dessa forma, estas opiniões procuram mostrar também, avaliações extremamente desaprovadoras da forma como foram feitos os financiamentos. Ora apontam a mecanização financiada como causa da perda da terra, ora o enriquecimento de quem recusou os empréstimos e, por fim, o incentivo de mandioca para a usina como fator de destruição da industrialização da mandioca para a produção de farinha.

Havia aqueles que não recriminavam o Banco do Brasil. Entrevistamos também, um próspero fazendeiro para quem, não só a cooperativa mas também os financiamentos, sempre foram vistos numa outra perspectiva.

"O Banco do Brasil é igual a qualquer banco comercial. É um bom banco." (fazendeiro)

Já na visão de um técnico da EMATER, a necessidade técnica foi a justificativa para a ação do banco:

"O Banco do Brasil chegou forçado pela necessidade de financiamento para a mecanização, que surgiu como necessidade de adubar a terra para as *'lavouras brancas'*." (técnico da EMATER)

A produção da mandioca para a usina, com financiamento do Banco do Brasil pelo Pró-Alcool, é avaliada por um outro colono com nova variável.

"Lá era muito ruim. Frio e muita pedra. Vendi 25 alqueires lá e comprei 45 alqueires aqui. Pedi financiamento no Banco do Brasil e não tenho reclamações. Entrei no Pró-Alcool. A mandioca produziu. Só o preço que era ruim.  
(colono)

O papel da mecanização, que já havia aparecido em entrevista anterior como geradora da necessidade do empréstimo do Banco do Brasil e conseqüente perda da terra para seu pagamento é uma variável muito polêmica nos discursos dos moradores de Sinop. Para um agrônomo entrevistado:

"Um homem sozinho não 'toca' mais do que dois alqueires por ano. A agricultura tradicional, braçal, está fadada ao insucesso...mas aqui, ao se tentar mecanizar, danou-se, porque é cultura de pequeno." (agrônomo)

Por essa visão, haveria fatalmente uma impossibilidade entre produção camponesa com trabalho braçal e mecanização.

No entanto, o êxito econômico da região, não é conseqüência exclusiva da mecanização, para o filho de um dos grandes acionistas do grupo:

"A mecanização já é um vício do pessoal do sul. Plantei café sem máquina. Estava lindo, mas o período de seca matou tudo. Esta seca dura 6 meses. Hoje se faz irrigação por gotejamento e para modificar a colheita, se derruba a florada. Assim podemos controlar os meses bons para a colheita." (entrevistado).

A questão da mecanização também aparece discutida na composição literária de Guido Ferdinando Caron, conhecido na cidade como "O poeta do Sertão".

"Naqueles tempos, pelas estradas eu ia indo  
pra fazer financiamento  
que o governo estava emitindo  
eu não queria nem saber  
de viver sempre carpindo

Mas foi pura ilusão  
cadê minhas vacas de leite  
cadê meus bois carrero  
porque comprei o trator  
vendi tudo pro açougueiro."

Mas é através das palavras de um dos diretores da Colonizadora, através da qual as máquinas eram vendidas, que encontramos a expressão de um depoimento todo atravessado pela ideologia desenvolvimentista e as contradições desse modelo que se tentou implantar na região:

"por causa da inflação, o pequeno agricultor não mecanizou sua lavoura. Se, por um lado, as máquinas eram caras, por outro, 'aplicar' o dinheiro dava lucro e sem mecanização não se progride, não há condições de concorrência; com

50 alqueires não se pode mecanizar, pois o IBDF exige "apenas" 50% de desmatamento." ( diretor da empresa )

#### IV.3 - A COOPERATIVA E A IDEOLOGIA DA "AJUDA MÚTUA"

A Cooperativa foi o instrumento básico da veiculação da ideologia da "ajuda mútua". Este fato pode ser notado pois o maior número de comentários e reclamações nas entrevistas, referiram-se à Cooperativa. As opiniões como sempre foram discordantes pois, um dos colonos que não se queixou dos financiamentos do Banco do Brasil, defendeu a Cooperativa:

"Não tenho queixas da Cooperativa. Pelo contrário, me ajudou muito." (colono)

Para um engenheiro agrônomo, ex-diretor da Cooperativa, ela teve papel fundamental no projeto de colonização. Para ele:

"...quando uma Colonizadora atinge um retorno de 12% está falida. A Cooperativa 'segurou' jogando dinheiro nos que mais precisavam, para não voltarem." (ex-diretor)

Esta visão, no entanto, não é partilhada pela grande maioria dos entrevistados que se sentiu prejudicada pela COMICEL (Cooperativa Mista Celeste), como demonstram os depoimentos de outro agrônomo e do Bispo, D. Henrique Fröhlich:

"No início funcionou mais ou menos; depois fracassou em vários sentidos; mudas mal produzidas, vacas financiadas, totalmente pagas, que o colono não recebia, insumos de baixa qualidade. O cooperado, preso à Cooperativa pelo financiamento, era obrigado a pegar mudas e insumos de baixa qualidade." (agrônomo)

"(...) a Cooperativa não é bem vista, é uma Sociedade Anônima. A Igreja tem outra Cooperativa da Diocese; ela organiza tudo e depois deixa por conta dos agricultores; é em Diamantino. Fiz a proposta de por um padre para organizar a Cooperativa. A Cooperativa não deve ter política, nem sindicato. O trabalho social deve ser para todos." (bispo)

Essa perspectiva desfavorável à Cooperativa, vai se justificar segundo outros três depoimentos, por fatores tais como, ligação entre Cooperativa e a Carteira de Financiamento do BB; desorganização; má fé e a ligação entre Cooperativa e a Colonizadora na especulação da terra:

"O Banco do Brasil financiava o agricultor mas dava o dinheiro para a Cooperativa; esta financiava para o agricultor. Este, com o financiamento, não podia escolher nada. Tinha que ser o que a Cooperativa oferecia, bom ou mau." (entrevistado)

"Os dirigentes da Cooperativa não eram gente boa. Pagamento de 6 em 6 meses tive que pagar 3 vezes por ano. Aumentavam da cabeça deles. Não queriam dar recibo; não davam e cobravam de novo. Pagava as prestações do financiamento e não recebia o dinheiro. Peguei um financiamento de Cr\$ 12.000,00 para fazer um bebedouro. Paguei tudo e não recebi nada. Não sei nem se o Banco do Brasil mandou o dinheiro para a Cooperativa. Roubo de todo o lado. Me queixei pro seu Enio. Não tinha pra quem me queixar. Só o curral a Cooperativa financiou; no tempo de Dr. Newton. A Cooperativa ajudou alguns e prejudicou outros." (entrevistado)

"Pra pagar as dívidas da Cooperativa, tive que vender 100 alqueires que ainda tinha para desmatar, mas não tinha mais dinheiro, nem mais direito ao Próterra; aí vendi os 100 alqueires pra própria Colonizadora. O preço era Cr\$ 12,00; ofereceram Cr\$ 6,00; acabaram dando Cr\$ 8,00.

Paguei tudo. Fiquei sem terra, mas meus filhos ficaram com seus 40 alqueires cada um. Fiquei vivendo da máquina de arroz. Apesar da luta, estamos todos felizes. Só um filho não veio e outro voltou." (entrevistado)

Outra questão que aparece entre os entrevistados é a relação entre os cooperativados e a organização interna da Cooperativa, a uma variável considerada importante por um dos ex-diretores, Dr. Newton, que afirma:

"(...) Só lamento que quando começaram as grandes produções - a hora e a vez da Cooperativa - ela não se aproveitou das boas produções. Não é um mal exclusivo dessa Cooperativa. É do Mato Grosso. Só as do Paraná, que estão vindo, são bem estruturadas. O sistema cooperativo no Brasil é falho. No Mato Grosso, Cooperativa de sucesso, talvez, só uma. O resto é de fora." (ex-diretor)

Já o sucesso e o insucesso de empreendimentos agrícolas, paradoxalmente, foram atribuídos igualmente ao Plano Cruzado, como atestam estas entrevistas:

"O Plano prejudicou, pois fizemos as despesas de plantio na alta da inflação e fomos obrigados a vender a colheita na tabela. Uma saca de arroz que pretendíamos vender a Cr\$ 230,00/250,00 foi tabelado em Cr\$ 100,00." (entrevistado)

"O Plano Cruzado beneficiou. Com a parada da inflação e da especulação financeira, estão investindo novamente na compra de terras."  
(entrevistado)

#### IV.4 - A USINA:

##### AVALIAÇÕES CONTRADITÓRIAS

Sobre a usina, tomamos dois depoimentos contraditórios. Eles revelaram bem a gama complexa das causas e efeitos dos processos atuantes na área, seu entendimento e o resultado obtido pelos colonos. Um primeiro colono afirma que:

"(...) a usina foi boa. 95% está plantando soja. Se for uma propriedade estruturada no plantio de soja, pode plantar sorgo também."

Enquanto que outro de opinião contrária afirma que:

"(...) Os pequenos sofreram e perderam mais, principalmente quem tinha financiamento. Muitos tiveram que fazer outro empréstimo para pagar o primeiro. Para eles a usina não ajudou em nada."

#### IV.5 - O COLONO E A CONSCIÊNCIA SOBRE A HISTÓRIA VIVIDA

Finalmente, apresentamos um depoimento/denúncia, da nora de um agricultor, que de certa forma revela a consciência sobre a história vivida por estes colonos:

"No Paraná nós tinha lavoura mecanizada, mas na hora de comprar na Colonizadora, disseram que não podia trazer as máquinas, que era muito pesado sobre a carreta. Nós ia ter financiamento pra comprar outras. Quando chegamos, o Banco do Brasil só financiava pelo Pró-Alcool, quer dizer, pra quem fosse plantar mandioca pra usina. Mandioca não pode ser mecanizada. É trabalho braçal. Só quem tinha dinheiro é que ficou bem na Gleba Celeste."

Seu sogro, Guido Ferdinando Caron, "*O Poeta do Sertão*", apesar de vibrar com a nova região do Mato Grosso, lamenta os tempos passados e a diferença para os atuais, em versos sensíveis que captam o "*Real*" com pureza e poesia:

"No tempo do cerealista  
a gente vivia tão bem  
porque uns vendia por oitenta  
outros vendia por cem.  
Tempo bom igual aquele  
no mundo nunca mais tem.

Todos trabalhavam com amor e alegria  
colhia seus produtos e vendia pra quem queria  
o povo tinha união  
aquilo era democracia.

O que vida amargurada,  
que o pobre da roça tem  
parece um comunismo  
só vende no preço mínimo  
entregando na Cibrazem

Pra entregar os seus produtos  
tem que ser classificado  
Se é bom vai pro preço mínimo  
se é ruim, ele tá 'ralado'  
entregando pro governo  
ainda tem que ser fiado."

#### IV.6 - A IGREJA E A IDEOLOGIA CAMPONESA

Sinop bem cedo mereceu um bispo, ou teve-o para ganhar importância.

O progresso e o desenvolvimento do núcleo colonizador eram evidentes e a maioria esmagadora dos colonos professava a religião católica.

No início, a igreja não cogitava de problemas políticos em relação à terra, sendo mesmo, aparentemente, uma igreja profundamente conservadora, tradicional e, segundo algumas opiniões, até mesmo reacionária.

Entretanto em 1986, o Bispo da prelazia de Sinop, D. Henrique Fröhlich, pertencia à CPT e assumia que sua igreja seguia a Teologia da Libertação. Seu nome constava na lista daqueles "*marcados para morrer*".

Apesar desse fato, o espaço territorial de Sinop sob sua jurisdição era "tranquilo", pois consistia em área dividida entre proprietários legais de suas terras, sem nenhuma contestação.

O Bispo de Sinop tinha uma visão do colonizador Sr Enio Pipino - como aliás a maior parte dos colonos - como

sendo uma espécie de "Salvador". Para ele, os objetivos da SAQ são positivos e a usina, como solução para os problemas do pequeno agricultor, teria sido idéia de Padre Antônio, da cidade Vera, como já apontamos.

D. Henrique acreditava mesmo, que o governo federal faltou com os compromissos assumidos para com a usina, e afirma: *"Como consequência, o Sr Enio Pipino teve que vender bens pessoais para saldar compromissos assumidos"*.

O bispo chegou a colocar para o dono da Colonizadora, a proposta de que um padre formasse uma cooperativa que não se constituísse em uma S/A - o que não teria sido aceito.

A igreja em MT mantém o IMATEC - Instituto Matogrossense de Tecnologia e Educação - que atua na reeducação do pequeno colono para a agricultura, ou seja, no preparo ideológico para o trabalho com a terra. Começaram o trabalho com 6 famílias e atualmente trabalham com 250 famílias em Sinop e 200 famílias em Santo Antônio do Rio Bonito.

O IMATEC oferece a todos que trabalham nos projetos:

. Garantia da terra;

- . Assistência tecnológica ( agrônomo para acompanhamento total, inclusive para seleção de sementes );
- . Auxílio na comercialização, sem lucro; pagamento em cereais à igreja, garantindo o preço de mercado para não venderem a atravessadores;
- . Assistência à saúde; médicos ou enfermeiras fazendo acompanhamento e palestras sobre agricultura e saúde preventiva para as mães;
- . Escola - os Centros Comunitários deveriam assumir essa estrutura de base e se responsabilizar pelo prosseguimento; pretendem inclusive construir uma escola agrária em Matupá.

Segundo D. Henrique, é como afirmou o funcionário do INCRA em Diamantino: "O IMATEC está fazendo a verdadeira Reforma Agrária". Embora, na realidade, também existam problemas, a instituição tem conseguido levar adiante o trabalho, recebendo inclusive para isto, auxílio de organizações religiosas estrangeiras.

Todos os colonos entrevistados, valorizavam bastante tudo o que se relacionava com seu desempenho com a

terra. Como bons camponeses que procuram ser, preocupavam-se, acima de tudo, com a produção de sua lavoura.

O Banco do Brasil, as máquinas, a usina, eram assuntos que os mobilizavam na medida em que interferiam em sua vivência camponesa.

De um modo geral, percebemos nos sinopenses um grande entusiasmo pela nova terra, a despeito das vicissitudes por que todos passaram. Sentem-se orgulhosos e se consideram pioneiros, desbravadores, num discurso simples, sem soberba, mas ufanista e de cunho altamente ideológico, apesar de muitos perceberem, claramente, o engodo grosseiro, os erros gritantes e as negociatas ostensivas.

Nas pesquisas de campo, ninguém pôs em dúvida a boa-fé, o idealismo e o espírito de sacrifício do Diretor-Presidente do grupo Sinop. Ele é visto como o supremo árbitro e é dele a palavra final sobre qualquer assunto, mesmo nos dias atuais, quando a cidade não depende mais da usina para sobreviver.

Os que lá vivem hoje, foram "os eleitos" nessa nova "área de expulsão". São os vencedores de uma rude batalha que se trava diariamente no Brasil.

Muitos camponeses não tiveram condições de se expressar igualmente, pois venderam suas terras e seguiram mais para o norte, orientados pela via Lactea - como nos diz Martins - em busca da Terra Prometida.

Os peões das grandes empresas estavam no mais baixo patamar da hierarquia do trabalho agrícola. Formavam entre as mais despossuídas e despreparadas categorias de trabalhadores rurais. Geralmente analfabetos - consequentemente crédulos, ingênuos e desprotegidos da lei - têm sido presa fácil para o "gato" com suas artimanhas.

Entretanto, alguns peões já foram proprietários de terra, ou são filhos de agricultores em dificuldades que saem para tentar a vida por conta própria.

Os peões do mandiocal da SAQ, em sua maioria, eram nordestinos que já haviam migrado para o Paraná, em busca de uma vida melhor. Mas havia também um número expressivo de trabalhadores vindos da região Sul, louríssimos descendentes daqueles colonos europeus que povoaram inicialmente o Brasil meridional.

Os peões não tinham qualquer tipo de organização, sendo assim presa fácil da ganância e da exploração pelo lucro desmedido. Alguns viviam em regime de "escravidão ou semi-escravidão"; como aqueles que entrevistamos.

Quanto à Igreja Progressista, vinha lutando há muito tempo pelos "desprotegidos e injustiçados da terra" e D. Henrique, que também fez sua opção pelos pobres, tem empenhado-se nessa tarefa. Percebe-se sua posição, através da oposição que lhe fazem setores reacionários e tradicionalistas da cidade.

Mesmo a despeito desse procedimento, a igreja de Sinop tem sido uma aliada do grande capital explorador, a partir do momento em que não consegue perceber o "real" disfarçado pelo discurso ideológico "idealista" dos grandes empresários de Mato Grosso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL

# Sinop

ADM. GERALDINO DAL'MASO

## COMO ADMINISTRAR UM MUNICÍPIO QUE CRESCE 79 POR CENTO AO ANO?

**O**bviamente, os primeiros colonizadores portugueses, ao dividir o território brasileiro em Capitânicas Hereditárias, sequer imaginavam que, quatro séculos depois, o País continuaria a contar com unidades municipais com as mesmas dimensões de sua primeira divisão geo-política. Este é o caso, por exemplo, do município de Sinop, fundada por uma empresa comandada pelo paulista de Penápolis, Enio Pipino, no início da década de 70.

Sua área territorial soma ainda 46.678 quilômetros quadrados. E mesmo com a emancipação de dois de seus distritos, Sinop conta ainda com uma área equivalente à metade de Santa Catarina, de acordo com a comparação do prefeito Geraldino Dal'Maso. Isto é, cerca de 25 mil quilômetros quadrados que abarcam ainda 105 quilômetros de extensão da rodovia BR-163, a Cuiabá-Santarém.

Tendo em seu currículo o fato de ser o primeiro prefeito eleito, em 1982 (o município foi emancipado em 1979 e seu primeiro administrador, Oswaldo Paula, foi indicado pelo então governador Frederico Campos), Geraldino Dal'Maso teve e continua tendo a difícil tarefa de administrar uma região cujo crescimento é vertiginoso — cerca de 79 por cento ao ano. Além disso, o município conta com mais quatro localidades, além de Sinop: Vera e Marcelândia (cujo processo de emancipação se finaliza em novembro próximo), Carmem e Cláudia. Naturalmente, esta realidade dificulta ainda mais o trabalho de Dal'Maso, se for levado em consideração não só o tamanho do território como as distâncias entre uma e outra localidade.

Somado ao fato de que o mu-



Geraldino Dal'Maso teve de deixar sua empresa de postos de abastecimento, em 1983, para dedicar-se inteiramente a administração de um município do qual foi o primeiro prefeito eleito: "A luta — conta esse ex-camioneiro — tem sido muito dura, mas graças a Deus a Prefeitura está em dia. Se mais não fazemos, é porque realmente não dá".

nicipio conta hoje com uma população dispersa de 145 mil habitantes, as dificuldades aumentam ainda mais. Vão desde a necessidade constante de abertura de novas ruas e estradas, construção de pontes, passando ainda pela responsabilidade tomada pela Prefeitura em arcar com despesas extras, que seriam de competência ou do Estado ou da União.

Segundo Dal'Maso, todo o ônus para se dotar a região de serviços públicos recai sobre sua administração: "Como a cidade vem crescendo a taxas enormes, a não-aceitação desses tipos de serviços provocaria o caos. Nossos municípios ficariam de braços amarrados para, por exemplo, realizar uma simples operação de venda de mercadorias. Ou teriam de se deslocar a outras cidades ou à própria Capital do Estado para fazê-lo".

Para evitar que isso aconteça, Dal'Maso se vê obrigado a arcar com as despesas de aluguel, equipamentos e pagamento da mão-de-obra dos servidores órgãos estaduais e federais, "uma vez que sua instalação depende, basicamente, da gente. Se não nos responsabilizarmos pelos gastos, ficaríamos sem os serviços. E eles são imprescindíveis".

Um outro detalhe, levantado por Geraldino Dal'Maso, refere-se às diferenças existentes no cálculo da população do município". Se, por um lado, os indicadores mostram que o nosso contingente populacional está na casa dos 145 mil habitantes, por outro o IBGE registra a existência de apenas 32 mil pessoas em nosso território".

"Isto quer dizer — completa — que estamos sendo prejudicados no que se refere à transferência de recursos do Governo Estadual para o nosso

município. O cálculo destes rapazes são baseados pelo total da população existente. Para se ter uma idéia, no mês de julho arrecadamos de ICM mais de 12 milhões de cruzados. Pela lógica, o município teria direito a Cz\$2 milhões e 400 mil, isto é, 20 por cento do montante. No entanto, recebemos uma primeira parcela de apenas 220 mil cruzados e a segunda, ainda não repassada, está prevista para Cz\$520 mil".

Mas apesar destes obstáculos, este camioneiro de Toledo (Paraná) que chegou à região há 11 anos e foi a segunda pessoa a exercer a profissão na cidade não esmorece e encara o problema de frente: "Toco a Prefeitura como se fosse uma empresa. Aqui se trabalha 24 horas por dia. E se hoje não temos nenhuma dívida na Prefeitura, isso não quer dizer que os problemas não existem. Já vivemos tempos piores. Basta dizer que, ao assumirmos nosso mandato, encontramos a Prefeitura com um equipamento mínimo. No caixa, entretanto, encontramos recursos. E hoje temos um parque de máquinas pelo menos regular". Basta conversar com alguns dos primeiros moradores de Sinop para comprovar a veracidade desta afirmativa. Mas, a partir do momento em que dificuldades foram solucionadas, outras surgiram em seu lugar. É a dinâmica do progresso. Para se ter uma idéia, se os primeiros desbravadores contavam apenas com um acampamento para alojar os que iam chegando, hoje a cidade conta com uma rede de 33 hotéis. O que não quer dizer que conseguir hospedagem nesta época do ano, seja uma tranquilidade. Ao contrário. O próprio Geraldino Dal'Maso diz que normalmente dezenas de pessoas ficam, diariamente, sem

A luz da pesquisa feita, podemos avaliar a eficiência do Projeto de Colonização sobre três pontos de vista: o de quem vendeu a terra; o de quem a comprou, baseado na propaganda do discurso ideológico assumido pela Colonizadora e também o do atendimento aos objetivos geopolíticos do governo.

Do ponto de vista da empresa, podemos dizer que seus objetivos foram plenamente atendidos, apesar das dificuldades, surgidas de sua própria falta de planejamento e organização. O restante das terras foi todo vendido com a construção da usina, ampliando, assim, sua área de investimentos.

Do ponto de vista dos colonos, não se pode dizer o mesmo. Daqueles camponeses que compraram terra pensando em ter sucesso e sobreviver da agricultura, restaram alguns, contados a dedo; outros "enricaram" na criação de gado e com a plantação de soja, adquirindo as vastas áreas perdidas por aqueles que fracassaram. A grande maioria migrou para novas áreas, com novas esperanças em seus corações, ou voltaram para seus locais de origem, desiludidos, mas com uma grande lição aprendida, graças à qual o "real" pode ser apreendido e transmitido a seus conterrâneos, que não mais serão enganados como eles o foram. Hoje, aqueles que se engajam num projeto de colonização, o fazem com muito maior conhecimento de suas reais possibilidades e tem havido

projetos de muito sucesso. Os "sem-terra" também não aceitam mais ser assentados na Amazônia; querem a terra na região que habitam, como o têm exigido aqueles do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul etc.

Do ponto de vista do pesquisador, os objetivos geopolíticos do governo também foram plenamente atingidos. A área de Sinop e circunvizinhanças - o "Nortão" enfim - é hoje uma região ocupada nos moldes a satisfazer as necessidades atuais do desenvolvimento capitalista no campo, bem mais sofisticada tecnologicamente, é verdade, mas do ponto de vista econômico, estrutural, não muito diferente daquela do "ciclo do açúcar" nos primórdios da colonização brasileira: dependente/exportadora.

Definida geopoliticamente como "território vazio", aquela área transformou-se num grande "entrepasto" onde houve uma "seleção da espécie" não porque ali agisse aquela lei biológica da sobrevivência do mais forte, mas porque a lógica do capital é implacável e reserva sempre o sucesso e o progresso material para poucos.

A construção da usina ampliou a área de investimento do grupo Sinop. Injetou dose maciça de capital no projeto, fosse pela vinda dos colonos que faltavam para vender o restante da terra, fosse pelo volume de capital surgido dos "incentivos fiscais" para a Amazônia e que trouxeram "sangue novo" para o então debilitado projeto

O grupo Sinop aproveitou-se da crise do petróleo e da necessidade de fontes alternativas de energia vindas da agricultura, bem como do quadro de grande tensão social causado por problemas de terra no sul do país. Um empreendimento que atendesse a essas duas prementes necessidades, poderia ser defendido sem dificuldades junto aos governos militares. Com o dinheiro fácil dos incentivos fiscais, surgiu, da noite para o dia, a SAQ - Sinop Agroquímica - já hoje funcionando com amiláceos próprios à fabricação de álcoois finos para a indústria de bebidas e que também podem ser utilizados na indústria farmacêutica. A matéria-prima vem, principalmente, de áreas vizinhas do município e das plantações do sorgo em Sinop ( o sorgo é uma cultura que pode se alternar ao cultivo da soja ).

Pode-se dizer que as instituições públicas como o IBDF e o Banco do Brasil não desempenharam a contento suas funções. O primeiro ( apenas um pequeno posto sem nenhuma força de decisão ) impotente em relação à área a ser fiscalizada e à força econômica da AMIM ( Associação dos Madeireiros do Interior do Mato Grosso ). Quanto ao Banco do Brasil, pode-se perceber nitidamente suas falhas e co-responsabilidade no fracasso de grande parte da produção camponesa em Sinop. Os financiamentos não tiveram destinação social e, no início, estiveram articulados aos interesses e necessidades da Cooperativa. Pudemos verificar pelas entrevistas e pelo relatório da Comissão de Produção Agrícola, as lamentáveis falhas deste Banco, tomando como

exemplo o fato de estimar a renda de um produtor, não pela última safra, mas pelas possibilidades que teria na safra que ainda seria plantada. Como critério econômico, nada poderia ser mais subjetivo, aleatório e baseado na ficção, como têm sido feitas as análises do país.

Demograficamente, podemos dizer que a ocupação territorial do Centro-Oeste vem se realizando com bastante sucesso, do ponto de vista da expansão de uma agricultura capitalista, que reproduz a mesma estrutura fundiária pré-existente. Consequentemente, não se pode afirmar que aqueles migrantes do sul foram fixados à terra, como lhes fora oferecido. Aquela estrutura democrática de pequenas propriedades não tem podido sobreviver numa estrutura econômica em tudo e por tudo favorável à manutenção do "status quo". Somente aqueles que tinham mais capital ou melhores condições de enfrentar as adversidades pelas quais todos passaram, puderam sobreviver, e se transformaram em grandes proprietários de terra. Desta forma, o sonho de uns e a propaganda de outros da formação de um pequeno campesinato autônomo, não é uma realidade absoluta em Sinop.

Edward Singer, sociólogo americano, especialista em Pesquisa Econômica e consultor da EMBRAPA, elaborou em julho de 1985, um relatório sobre Sinop intitulado: "*Summary Analysis of the SAQ-Colono supplier Relationship and some issues for EMBRAPA/EMBRATER*" (Análise resumida da relação Colono produtor/SAQ e algumas saídas/caminhos para EMBRAPA/EMBRATER )

Em uma análise bastante realista e riquíssima em detalhes, Singer percebe os desencontros entre o que ele chama de *"três atores principais"*: os colonos produtores, a SAQ e a pesquisa/extensão realizadas pela EMBRAPA e EMATER. Ele aponta rumos, que, pensamos nós, não poderiam ficar de fora dessas considerações finais.

Inicia a análise em relação à questão da intervenção da EMBRAPA e da EMATER na situação de Sinop. Confessa-se logo no começo em *"desvantagem, pois desconhece as 'legítimas' maneiras de intervenção, tendo por base os convênios de cada instituição"*.

Afinal:

"A intervenção da pesquisa/extensão na relação entre a SAQ e os colonos produtores, terminou confrontando os assuntos básicos de quem seriam os clientes da pesquisa e da extensão pública e como estes clientes seriam servidos.

...A usina foi idéia de um homem: o colonizador e proprietário da usina, Enio Pipino, que é uma espécie de 'político' por ser um efetivo mobilizador do suporte público. No impulso do proprietário/gerente para expandir a capacidade industrial, necessita-se da matéria-prima, dos produtores, em quantidades determinadas e em um prazo determinado.

...É como construir uma ponte sem rio. Depois pede-se a Deus que faça surgir um rio correndo sob a ponte, para que esta tenha utilidade. O meio de fornecer matéria-prima, o produtor, tudo isso é dispensável. Eis aqui a tendência de se divergir dos objetivos sociais originais.

...A usina dera maior atenção à criação de um grupo cativo de produtores, do que a criação de condições de suporte da produção de matéria-prima. Disso resultou uma colheita fracassada e este foi o pretexto para a entrada da EMBRAPA e EMATER. Estas duas instituições, enfrentaram um problema socialmente criado, demandando soluções técnicas para cultivar a mandioca e em precária situação financeira, não tinham o mínimo de conhecimento sobre a adaptação da mandioca na região.

...A manipulação dos preços por parte da SAQ ( ao contrário dos preços da cana-de-açúcar, os da mandioca não são regularmente ajustados em um índice fixado no Pró-Alcool ), tornou-se um meio para a reprodução de suas relações com os produtores.

...Duas novas iniciativas da SAQ - instalar seus próprios campos de produção de mandioca e uma

política de preços para a matéria-prima, que, essencialmente, permitia à usina, capturar os benefícios dos aumentos do governo no preço do álcool - sinalizam o interesse cada vez menor em depender de pequenos produtores no atendimento de suas necessidades de matéria-prima.

O papel da pesquisa pública e da extensão começou na fase inicial de resolver as coisas em um primeiro estágio, também se expandiu. Agora a pesquisa/extensão foi convocada para tratar problemas nos próprios campos da usina.

...O pequeno valor que o DAG - Departamento de Agricultura da SAQ - tinha concedido à pesquisa/extensão agrícola, continuava a diminuir ( baixa produtividade do produtor, culpa da pesquisa/extensão etc... ). Em lugar disso, a EMBRAPA/EMATER veio a ser usada para apoiar elogios exagerados à cerca do projeto da mandioca e também para criar uma imagem favorável para seus credores e ao seu público ( incluindo produtores ).

...O crescente interesse do produtor em soja, arroz, milho e feijão está colocando novas demandas sobre a equipe de extensão de Sinop. Estes eventos, naturalmente, desmoralizam aqueles

treinados e dispostos a ajudar o produtor de mandioca.

Entrementes, o DAG está dedicando uma atenção cada vez maior à oferta e controle de mão-de-obra para a colheita de seus próprios campos. *O que começou como um projeto para fixar o pequeno produtor na terra, agora tem os indícios reais de exigir 400 famílias empobrecidas de 'bóias-frias' ( ou 800 trabalhadores do campo ), para colher a safra deste ano. Observe que 800 trabalhadores do campo é apenas um número um pouco menor do que os 900 colonos atuais fornecedores da usina."*

Lembra Singer também que, com as intoleráveis diretrizes da SAQ para os produtores, a EMATER começou a desempenhar um papel mediador entre a usina e os produtores, servindo tanto para manter a credibilidade da instituição entre os produtores, como um meio parcial de garantir a viabilidade da produção de mandioca na região.

Singer faz perguntas e sugere temas para debate na intenção de esclarecer algumas situações ambíguas, que tanto afetam a situação da EMBRAPA/EMATER como os próprios produtores.

"Quem deve ser o cliente da EMBRAPA/EMATER?  
Quais são os objetivos sociais destas  
instituições públicas?"

...parece haver, pelo menos duas fontes em  
competição no conflito entre a pesquisa  
pública/extensão e a SAQ: ou uma diferença  
estrutural no sentido de que a SAQ *persegue a  
apropriação privada de valor ( álcool ) e não  
está interessada nos produtores;* ou a  
administração inepta da SAQ de suas relações com  
os colonos fornecedores."

Entretanto, após esta análise bastante lúcida, pode  
causar estranheza, a afirmação de Singer a seguir, mas ela  
faz parte de sua visão globalizante do que deveria ser o  
projeto da SAQ:

"O que eu suspeito da experiência de minha  
viagem, todavia, é a falta de fé da usina no  
colono fornecedor ( quatro colheitas  
insatisfatórias, fornecedores descontentes,  
etc... ). Assim... a usina pode dar boas vindas  
a uma alternativa viável ( e.g., uma  
colheitadeira de mandioca mecanizada para seus  
próprios campos, a conexão soja/sorgo e uma  
variedade de batata doce adaptada à região )."

E por fim trata em sua análise, das questões que envolvem os trabalhadores peões, que ele chama de "boias-frias":

"Existem quase tantos 'boias-frias' (trabalhadores do campo) como há colonos fornecedores. Em termos de um assunto social, as necessidades dos 'boias-frias' parecem pesar, pelo menos tão fortemente como as necessidades dos colonos. Sinop oferece uma situação na qual *a pesquisa pública/extensão, pode começar a pensar criativamente sobre as formas nas quais os trabalhadores do campo são também seus clientes.* Em um mínimo, pode-se dirigir a atenção a orientar os trabalhadores agrícolas a cultivar suas próprias culturas de subsistência ( e convencer a SAQ a estabelecer 'terra de subsistência' como uma solução parcial aos problemas de oferta de mão-de-obra ). A extensão e a pesquisa pública, podiam também criar elos de ligação com organizações que, explicitamente, defendam os direitos dos trabalhadores rurais."

Apesar de sua análise lúcida e pertinente, Singer não aprofundou seus estudos, de modo a avançar também na conceituação, confundindo mesmo "boias-frias" com "peões".

Também suas duas sugestões podem ser consideradas perfeitas do ponto de vista de uma lógica racional e democrática. Ele pensa, não apenas em melhorar a situação dos "peões" mas também em "*criar elos de ligação com organizações que, explicitamente, defendam os direitos dos trabalhadores rurais*".

Sua idéia pode ser apropriada, mas o que vem acontecendo no Brasil é um processo completamente inverso, pois quem tinha terras de subsistência, as vem perdendo sistematicamente. Os órgãos de governo trabalham em Sinop para os donos do capital. Mesmo quando o fazem para os mais despossuídos, de alguma forma estão tentando resolver os problemas dos "*grandes*".

De qualquer maneira, Singer percebeu claramente a dependência da EMBRAPA/EMATER - no preenchimento de seu papel público - em relação à SAQ e pergunta:

*"Como reverter essa dependência?"*

*"Quem a pesquisa/extensão pública seguirá?"*

Estas respostas são nitidamente de cunho político no sentido de alteração das políticas analisadas nesta dissertação.

Estas duas últimas perguntas, reforçam a afirmação inicial de Singer ao se confessar "*decididamente em desvantagem*", pois desconhecia as "*legítimas*" maneiras de intervenção, tendo por base os convênios da instituição.

Ora, sabemos, e o temos documentado, que a pesquisa/extensão ( EMBRAPA/EMATER ) conveniaram-se com a empresa - SAQ - e seu proprietário, não levando em consideração as necessidades dos colonos, nem os escrúpulos e as questões éticas e sociais enfrentadas pelos pesquisadores de suas instituições.

Neste caso particular de Sinop, pudemos observar com clareza "*como estas políticas públicas, através de seus órgãos governamentais, mediam a relação com a terra entre grandes e pequenos proprietários, interferindo e direcionando a vida do homem do campo*".

E isto só foi possível - pelo menos no caso de Sinop - a partir da estratégia geopolítica militar, que estruturou as diferentes políticas públicas e os respectivos órgãos governamentais que as viabilizaram (Banco do Brasil, IBDF, EMBRAPA/EMATER, etc...) neste processo de expansão da fronteira agrícola.

Entretanto o sangue camponês parece ser mais forte do que todas as estratégias, geopolíticas ou políticas.

Ele continua pulsando forte, sempre renovado, seja em seus filhos, seja em companheiros distantes em luta permanente por seu pedaço de terra, no Rio Grande do Sul, Maranhão ou sul do Pará.

Não se trata de retroagir, como muitos afirmam, mas de conquistar "de direito" o que apenas existiu "de fato": direito à cidadania como camponês e à aceitação de sua identidade social como classe, do que, parece-nos, aqueles que sobrevivem, não abrem mão.

As lições da luta pela terra, poderão, talvez, ganhar novo aspecto algum dia. Um caboclo maranhense, vivendo como posseiro no sul do Pará, disse-nos, com sua fala tranquila e seu correto português:

"Se eles não fizerem a Reforma Agrária, nós vamos fazer. *Só que de baixo para cima, como deve ser.* Se for preciso morrer, preferimos morrer com uma arma na mão do que morrer de fome."

## BIBLIOGRAFIA

- 01 - Becker, Berta - Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos - Zahar - RJ - 1980
- 02 - Brandt, Vinicius C. - Do Colono ao "Bóia-Fria" : Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis - Cebrap - SP - 1975
- 03 - Cardoso, Fernando Henrique; Muller, Geraldo - Amazônia, Expansão do Capitalismo - Brasiliense - SP - 1978
- 04 - Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo - Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica - Zahar - RJ - 1981
- 05 - Carvalho, Abdias Vilar; D'Incao, Maria Conceição ( coordenadores ) - Reforma Agrária: Significado e viabilidade - Vozes - Petrópolis - 1982
- 06 - Costa, Wanderlei Messias da - O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. A "montagem" do território brasileiro; geografia política e geopolítica e as políticas territoriais pós 64 - Contexto - Edusp - SP - 1988
- 07 - Costa e Silva, Golbery do Couto - Geopolítica do Brasil - 3a edição - Bibliex - 1981
- 08 - Dennis, Pierre - Le Brésil ou XX<sup>e</sup> Siècle. - Quatrième Edition - Librairie Armand Colin - Paris - 1911
- 09 - Feder, Ernst - Counterreform - Mimeo
- 10 - Foweraker, Joe - A luta pela terra: A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais - Zahar - RJ - 1981
- 11 - Freund, Julian - Sociologia de Max Weber - Forense Universitária - RJ - 1980
- 12 - Garcia, Afrânio Raul - Terra de Trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores - Paz e Terra - 1983
- 13 - Garcia, Antônio - Tipologia de Las Reformas Agrárias Latino-Americanas - Mimeo

- 14 - Goodman, Sorj, Wilkinson - Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais; análises recentes sobre a agricultura brasileira - in Revista de Economia Política, vol 5 nº 4 - OUT/DEZ - 1985
- 15 - Gramsci, A. - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno - Civilização Brasileira - 1980
- 16 - Graziano da Silva, José - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura brasileira - Hucitec - SP - 1978
- 17 - Holanda, Sérgio Buarque - O Extremo-Oeste - Brasiliense - co-edição com a SEC - SP - 1986
- 18 - D'Incao, Maria Conceição - O "Boia-Fria": acumulação e miséria - Vozes - Petrópolis - 1979
- 19 - Ianni, Octávio - Ditadura e Agricultura; O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia - Civilização Brasileira - RJ - 1986
- 20 - Kautsky, Karl - A Questão Agrária - Nova Cultural - SP - 1986
- 21 - Lacerda, Guilherme Narciso - Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira - IPE - USP - 1985
- 22 - Leite Lopes, José Sérgio - O Vapor do Diabo; o trabalho dos operários do açúcar - Paz e Terra - RJ - 1976
- 23 - Lenin, V. I. - O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia - Nova Cultural - SP - 1985
- 24 - Lipietz, Alain - Le Capital et Son Espace - Librairie François Maspero - 1984
- 25 - Luxemburgo, Rosa - A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo - Zahar - RJ - 1976
- 26 - Martins, José de Souza - Expropriação e Violência. A questão política no campo - Hucitec - SP - 1982
- 27 - Martins, José de Souza - O Cativo da Terra - Hucitec - SP - 1982
- 28 - Martins, José de Souza - Os Camponeses e a Política no Brasil - Vozes - Petrópolis - 1986
- 29 - Martins, José de Souza - Conde Matarazo: o empresário e a empresa - Hucitec - SP - 1976

- 30 - Martins, José de Souza - Sobre o Modo Capitalista de Pensar - Hucitec - SP - 1986
- 31 - Martins, José de Souza - A Militarização da Questão Agrária no Brasil: Terra e poder. O problema da terra na crise política - Vozes - Petrópolis - 1985
- 32 - Martins, José de Souza - A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária - Revista Encontros com a civilização brasileira nº 22, vol III nº 4 - Civilização Brasileira - RJ - 1980
- 33 - Marx, Karl - O Capital: Crítica da Economia Política vol I parte 2, capítulo IV item 3, compra e venda da força de trabalho - Fondo de Cultura Econômica - 2a edição espanhola - 1946
- 34 - Marx, Karl - O Capital: Crítica da Economia Política vol I parte 7, capítulo XXIV, Acumulação Primitiva - Fondo de Cultura - 2a edição espanhola - 1946
- 35 - Marx, Karl; Engels, F. - A Ideologia Alemã - Martins Fontes - 1980
- 36 - Menezes, Cláudia - A Mudança: Análise da ideologia de um grupo de migrantes - Imago/MEC - 1976
- 37 - Monbeig, Pierre - Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo - Hucitec - SP - 1952
- 38 - Moura, Margarida - Camponeses - Atica - 1986
- 39 - Oliveira, João Mariano - A esperança vem na frente - tese de mestrado, departamento de Geografia - USP - 1982
- 40 - Oliveira, Ariovaldo Umbelino - Modo de Produção Capitalista e Agricultura - Atica - SP - 1986
- 41 - Oliveira, Ariovaldo Umbelino - A Apropriação da Renda da Terra pelo Capital na Agricultura Paulista - In Revista Terra Livre nº 1 - 1986
- 42 - Oliveira, Ariovaldo Umbelino - Monopólio, Expropriação e Conflito - Papirus - SP - 1987
- 43 - Oliveira, Ariovaldo Umbelino - Integrar para NAO entregar: Políticas Públicas na Amazônia - Papirus - SP - 1988
- 44 - Oliveira, Francisco - Elegia para uma Re(li)gião: Planejamento e conflito de classe - Paz e Terra - RJ - 1977

- 45 - Passos Guimarães - Quatro Séculos de Latifúndio - Paz e Terra - RJ - 1977
- 46 - Portelli, Hugues - Gramsci e o Bloco Histórico - Paz e Terra - RJ - 1977
- 47 - Poulantzas, Nicos - Poder Político e Classes Sociais - Martins Fontes - RJ - 1977
- 48 - Prado Jr, Caio - A Questão Agrária no Brasil - Brasiliense - SP - 1979
- 49 - Pinto, Lúcio Flávio - Amazônia: no rastro do saque - Hucitec - SP - 1980
- 50 - Pockchichevsky, V. V. - Les migrations interieures en tant qu'objet d'étude géographique - XVIII Congresso Internacional de Geografia - 1956
- 51 - Rattner, H e Udry, H.R.O - Colonização na Fronteira Brasileira. Expropriação e conflitos - IPE - USP - 1987
- 52 - Roche, Leon - A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - Globo - RGS - 1969
- 53 - Sandroni, Paulo - Questão Agrária e Campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil - Polis - SP - 1980
- 54 - Silva, Sérgio - A Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil - Alfa-Omega - SP - 1978
- 55 - Sorj, Bernardo; Pompermayer, Mallory - Sociedade e Políticas na Fronteira Amazônica: Interpretações e (contra)argumentações - Caderno DCP - SET/85
- 56 - Sorj, Bernardo - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira - Zahar - RJ - 1980
- 57 - Velho, Otavio Guilherme - Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica - Zahar - RJ - 1972
- 58 - Velho, Otavio Guilherme - Capital Autoritário e Campesinato. Um estudo comparativo - Difel - 1979
- 59 - Valverde, Orlando - Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro. Separata de Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia, vol. XII 24 - Lisboa - 1977

- 60 - Valverde, Orlando - Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul - Revista Brasileira de Geografia - 1948
- 61 - Valverde, Orlando - Revista Brasileira de Geografia - Fundação IBGE - Vol 52 nº 3 - RJ - 1990
- 62 - Waibel, Leo - Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil - Separata da Revista Brasileira de Geografia nº 2 ano XI - 1949
- 63 - Weber, Max - Ensaios de Sociologia - Zahar - RJ - 1979
- 64 - Revista "A um passo da Amazônia" - 1979
- 65 - Revista "Floresta Amazônica" - Diocese de SINOP - 86/87/88
- 66 - O Sinopeano - Colonizadora SINOP - 86/87
- 67 - SINOP Especial - Uma metrópole na Selva - Revista - DEZ/83
- 68 - Contato. A revista de Mato Grosso: "SINOP faz Figueiredo chorar" - Ano VI nº 54 - NOV/DEZ/1984
- 69 - "Summary Analysis of the SAQ colono supplier relationship and some issues for EMBRAPA/EMBRATER" - Edward Singer - Sociólogo americano especialista em pesquisa econômica e consultor da EMBRAPA.
- 70 - Relatório agrônomo Emater - 1985
- 71 - Relatório do CPA encaminhado ao Banco do Brasil

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

